MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Planalto – PR, 03 de agosto de 2026.

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE DEMANDA

Secretaria/Setor: Secretaria Municipal de Saúde e Gabinete.

Responsável pela Solicitação: Angela Regina Garcia Caneppa e Amauri Machado de Mello.

Email: saude@planalto.pr.gov.br.

☐ CONVITE ☐ PREGÃO ☐ TP
LICITAÇÃO N.º: ____ /2026
SOLICITAÇÃO: 079 /2026
PROCESSO(S): 157 /2026
158 /2026

Justificativa da Demanda:

A presente aquisição tem por objeto a aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Planalto-PR, conforme especificações e quantitativos definidos no processo de contratação e em observância às necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como às disposições da Resolução nº 1514/2025 da SESA/PR. A relação contempla equipamentos destinados ao apoio às atividades assistenciais, procedimentos clínicos, atendimento de urgência e emergência, esterilização e demais serviços desenvolvidos pela rede municipal de saúde.

A aquisição mostra-se necessária para garantir a adequada estruturação e o pleno funcionamento dos serviços de saúde disponibilizados à população, proporcionando aos profissionais equipamentos apropriados para a execução de suas atividades e contribuindo para a segurança, qualidade e continuidade dos atendimentos.

Ressalta-se que os equipamentos pretendidos já foram objeto de procedimentos licitatórios anteriores, especificamente o Pregão Eletrônico nº 057/2025 e o Pregão Eletrônico nº 014/2026, nos quais os respectivos itens restaram desertos. Dessa forma, apesar das tentativas anteriores de contratação, a Administração não conseguiu concluir a aquisição dos equipamentos necessários, permanecendo a demanda existente e a necessidade de promover nova tentativa de contratação, a fim de evitar a descontinuidade ou a precarização dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.

A ausência desses equipamentos pode comprometer a execução adequada de determinadas atividades e procedimentos, especialmente aqueles relacionados ao atendimento de situações de emergência, suporte à vida, avaliação dos pacientes, preparação e esterilização de materiais e demais procedimentos assistenciais.

Assim, considerando a necessidade permanente de assegurar condições adequadas de funcionamento da rede municipal de saúde, a importância dos equipamentos para o desenvolvimento das atividades assistenciais e administrativas da Secretaria Municipal de Saúde e, principalmente, o fato de que os itens já foram submetidos a procedimentos licitatórios anteriores, nos quais restaram desertos, justifica-se a realização de nova contratação, buscando possibilitar a efetiva aquisição dos equipamentos e atender à demanda existente.

A nova tentativa de contratação também se mostra necessária sob a perspectiva do interesse público, uma vez que a manutenção dos serviços de saúde em condições adequadas depende da disponibilidade de equipamentos compatíveis com as atividades desenvolvidas. A aquisição permitirá suprir as necessidades atualmente existentes, melhorar a estrutura disponível aos profissionais e proporcionar melhores condições de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Planalto-PR.

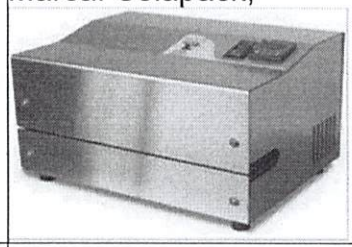
30/1

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

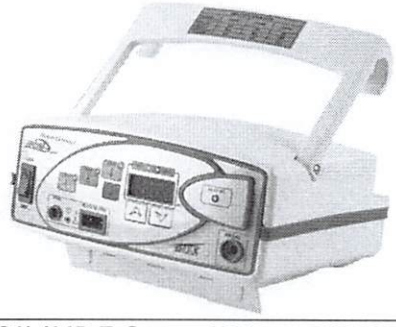
Por fim, a aquisição deverá observar integralmente as especificações técnicas estabelecidas para cada item, de modo a assegurar que os equipamentos fornecidos sejam compatíveis com as necessidades dos serviços municipais, apresentem qualidade e segurança adequadas e atendam às exigências aplicáveis aos equipamentos utilizados na área da saúde, garantindo, assim, que a contratação alcance efetivamente os resultados pretendidos pela Administração Pública.
A Secretaria Municipal de Saúde realizou um levantamento para estimar o valor a ser gasto na referida contratação, sendo este apresentado abaixo na tabela de valor.

Objeto: Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR. Segue as especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	UN	OBJETO	CATMAT	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	UN	SELADORA HOSPITALAR PAPEL GRAU CIRURGICO AUTOMÁTICA HORIZONTAL, de esteira, ideal para selagem de papel grau cirúrgico e filme bilaminado nas versões analógicas e/ou digitais; Temperatura programável até 300º C; Velocidade de selagem de 10 metros por minutos; Espessura de selagem de 13 mm; Comando de aquecimento e motor independente. Especificações Seladora específica para rolos de papel grau-cirúrgico e filme bilaminado; Possui temperatura de selagem programável; Espessura de selagem de mínimo 13 mm conforme normas internacionais; Selagem rápida e eficiente; Comando de aquecimento e acionamento do motor independente; Velocidade de selagem de 10 metros por minuto. Largura da Solda: aproximadamente 13 mm; Procedência: Brasil; Potência: 280 Watts;	306486	01	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00

		C; Voltagem: 220 V- 60 Hz; Assistência Técnica garantida Certificado de calibração térmica RDC 15 Anvisa seção III Resistência em conformidade com norma ABNT 14990-9 **Garantia mínima de 12 (doze) meses.** MODELO DE REFERÊNCIA: Marca: Selapack; 				
02	UN	ESTADIOMETRO Tipo: Régua Material: Alumínio Anodizado Escala Graduação: 1 METRO C/ Escala Métrica - Mm E Cm Componente: Desmontável, C/ Cursor Deslizante Adicional: C/ Base Plástica P/ Pés, portátil **Garantia mínima de 12 (doze) meses.**	442930	01	R$ 500,00	R$ 500,00
03	UN	DESFIBRILADOR AUTOMÁTICO DEA DESFIBRILADOR DEA, externo automático, até 250 choques autonomia da bateria; e 2 pares de eletrodos (adultos e pediátrico) cada. Operação com botão único: Inteligência artificial: diagnóstico acurado das condições do paciente, indicando ou não a aplicação do choque e impedindo o uso acidental. Compacto: 225 x 225 x 69 mm e peso entre 1,2 kg e 1,9 kg. Orientação por voz e por indicadores visuais na tela LCD ou LED. Choque Bifásico, IP56, Gravação de	615328	01	R$ 11.000,00	R$ 11.000,00

		eventos e som ambiente para posterior análise, Display LCD de 4,3" com visualização de ECG, BPM, cronômetro de RCP e indicação de nível de bateria Autodiagnóstico de funções e bateria ,Software de conexão, download e gerenciamento de dados via PC (conexão USB), Baterias recarregáveis Cabo de ECG de 3 vias, Dispositivo de feedback para realização da manobra RCP (RCP Maestro) reutilizável, Bolsa funcional que permite a utilização do equipamento sem sua retirada, Acesso fácil às pás para uso e reposição. Resistente a quedas. **Garantia mínima de 12 (doze) meses.**				
04	UN	BISTURI ELETRICO mínimo 100W, função bipolar 1 Cabo de placa neutra 1 Pedal simples 1 Caneta padrão de baixa 1 Placa neutra em inox (150x100x0,5mm) 1 Cabo de força 1 Eletrodo tipo agulha (85mm) 1 Eletrodo tipo agulha de depilação (66mm) 1 Eletrodo tipo alça pequena (Ø= 4,5mm) 1 Eletrodo tipo bola (Ø= 2,1mm) 1 Eletrodo tipo bola (Ø= 4,2mm) 1 Eletrodo tipo faca reta pequena (67mm) 1 Manual do usuário 1 Certificado de garantia Modelo: Radiofrequência Modo De Operação Monopolar: Monopolar Potência Máxima Corte Monopolar: De 100 A 150 W	470959	01	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00

		Tipo De Coagulação: Coagulação, Spray E Fulguração Tipo De Corte: Corte Puro E No Mínimo 3 Mistos Modo De Operação: Bipolar, Micro E Macro Outros Componentes: Alarme, Memória Compatibilidade: Compatível C/ Coagulador Argônio **Garantia mínima de 12 (doze) meses.** Modelo referência: Emai digital 				
05	UN	CILINDRO DE GASES MEDICINAIS CILINDRO DE GASES MEDICINAIS, oxigênio, Conjunto portátil para oxigenoterapia contendo: cilindro metálico para acondicionamento de oxigênio medicinal, com capacidade hidráulica de 7 litros e 1,0m³, tipo G. Dotado de válvula de segurança para enchimento e abertura, conexão padrão standard; deve ser fornecido regulador de pressão adaptado a manômetro de carga e regulagem de pressão, além de fluxômetro, com régua graduada e acionamento por válvula Montado em suporte próprio, que permita transporte e adequada fixação ao solo e estabilização durante o transporte.	288079	02	R$ 1.500,00	R$ 3.000,00

Boni

		Garantia mínima de 12 (doze) meses.				
06	UN	REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIÁTRICO (AMBU) Reanimador manual, INFANTIL, em silicone com reservatório, completo. Composto por: balão em silicone transparente (reanimador) de no mínimo 500 ml, máscara facial em silicone, conexão, válvula unidirecional, tubo de oxigênio (extensão) e bolsa reservatório. **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**	456407	02	R$ 150,00	R$ 300,00
07	UN	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU) Reanimador manual, ADULTO, em silicone com reservatório, completo. Composto por: balão em silicone transparente (reanimador) de no mínimo 1600 ml, máscara facial em silicone, conexão, válvula unidirecional, tubo de oxigênio (extensão) e bolsa reservatório. **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**	456408	02	R$ 200,00	R$ 400,00
08	UN	ESFIGNOMANÔMETRO ADULTO Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Tipo Fecho: Fecho Em Velcro Tamanho: Adulto Garantia de calibração de 5 anos,	434825	05	R$ 100,00	R$ 500,00

		Registro na ANVISA/INMETRO **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**				
09	UN	ESFIGNOMANÔMETRO OBESO Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO Ajuste: Analógico, aneroide Tipo*: De Braço Faixa De Operação: Até 300 MMHG Material Braçadeira: Braçadeira Em Nylon **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**	432481	01	R$ 200,00	R$ 200,00
10	UN	ESFIGNOMANÔMETRO INFANTIL Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Fecho Em Metal Tamanho: Infantil Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**	432475	01	R$ 100,00	R$ 100,00
11	UN	LAVADORA ULTRASSONICA ATÉ 15 LITROS Painel em policarbonato com indicação de funções, chave liga/desliga e chave de acionamento para	480952	01	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00

		aquecimento, com indicador luminoso. Controle de tempo de trabalho indicado por LED para facilitar o monitoramento do processo, com função ""Pause"" que permite pausar a operação sem perder o tempo decorrido. Temporizador microprocessado digital com display de 02 dígitos. Ciclo de trabalho automático com temporizador de até 60 minutos e alarme sonoro de final de ciclo. Sistema de aquecimento através de resistência tubular blindada em aço inox AISI 304, localizada dentro da cuba, oferecendo uma limpeza eficaz. Porta fusível de segurança. Entrada e saída de água por meio de dreno lateral, com conexão para mangueira de silicone. Cuba interna em aço inox AISI 304, estampada e polida (sem emendas ou soldas). Cesto removível em aço inox perfurado proporciona maior durabilidade. Gabinete externo em chapa de aço carbono SAE 1020 com tratamento anticorrosivo e acabamento (pintura) em epóxi texturizado eletrostático. Montado sob pés de borracha. Faixa de Temperatura de Trabalho aproximadamente: 35°C - (fixo, não regulável). Frequência de trabalho: 40Khz. Tensão: Modelos até 15 Litros são bivolt (acompanha chave seletora). Litragens superiores 110 ou 220 Volts (definir), Bifásico.				

3021 006008

MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

		Dimensões Internas: 20 x 24 x 30 cm Dimensões Externas: 40 x 37 x 33 cm Potência: 160 Watts Peso: 20 KG Banho de Ultrassom / Lavadora ultrassônica com aquecimento 7Lab a 35°C - 15L - com timer bivolt. **Garantia mínima de 12 (doze) meses.** MODELO REFERENCIA: 				
VALOR TOTAL: R$ 35.000,000						

Angela Regina Garcia Caneppa
Secretária Municipal de Saúde

Amauri Machado De Mello
Chefe de Gabinete

Autorizo a abertura do processo:

Luiz C. Boni
Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto-PR

006099

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR N° 069/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

1.2. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 5582 de 02 de janeiro de 2024.

2. OBJETO

2.1. Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR, afim de atender à necessidade da mesma.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A presente aquisição tem por objeto a aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Planalto-PR, conforme especificações e quantitativos definidos no processo de contratação e em observância às necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como às disposições da Resolução nº 1514/2025 da SESA/PR. A relação contempla equipamentos destinados ao apoio às atividades assistenciais, procedimentos clínicos, atendimento de urgência e emergência, esterilização e demais serviços desenvolvidos pela rede municipal de saúde.

3.2. A aquisição mostra-se necessária para garantir a adequada estruturação e o pleno funcionamento dos serviços de saúde disponibilizados à população, proporcionando aos profissionais equipamentos apropriados para a execução de suas atividades e contribuindo para a segurança, qualidade e continuidade dos atendimentos.

3.3. Ressalta-se que os equipamentos pretendidos já foram objeto de procedimentos licitatórios anteriores, especificamente o Pregão Eletrônico nº 057/2025 e o Pregão Eletrônico nº 014/2026, nos quais os respectivos itens restaram desertos. Dessa forma, apesar das tentativas anteriores de contratação, a Administração não conseguiu concluir a aquisição dos equipamentos necessários, permanecendo a demanda existente e a necessidade de promover nova tentativa de contratação, a fim de evitar a descontinuidade ou a precarização dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.4. A ausência desses equipamentos pode comprometer a execução adequada de determinadas atividades e procedimentos, especialmente aqueles relacionados ao atendimento de situações de emergência, suporte à vida, avaliação dos pacientes, preparação e esterilização de materiais e demais procedimentos assistenciais.

3.5. Assim, considerando a necessidade permanente de assegurar condições adequadas de funcionamento da rede municipal de saúde, a importância dos equipamentos para o desenvolvimento das atividades assistenciais e administrativas da Secretaria Municipal de Saúde e, principalmente, o fato de que os itens já foram submetidos a procedimentos licitatórios anteriores, nos quais restaram desertos, justifica-se a realização de nova

006019

contratação, buscando possibilitar a efetiva aquisição dos equipamentos e atender à demanda existente.

3.6. A nova tentativa de contratação também se mostra necessária sob a perspectiva do interesse público, uma vez que a manutenção dos serviços de saúde em condições adequadas depende da disponibilidade de equipamentos compatíveis com as atividades desenvolvidas. A aquisição permitirá suprir as necessidades atualmente existentes, melhorar a estrutura disponível aos profissionais e proporcionar melhores condições de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Planalto-PR.

3.7. Por fim, a aquisição deverá observar integralmente as especificações técnicas estabelecidas para cada item, de modo a assegurar que os equipamentos fornecidos sejam compatíveis com as necessidades dos serviços municipais, apresentem qualidade e segurança adequadas e atendam às exigências aplicáveis aos equipamentos utilizados na área da saúde, garantindo, assim, que a contratação alcance efetivamente os resultados pretendidos pela Administração Pública.

4. ÁREA REQUISITANTE

4.1. Secretaria Municipal de Saúde.

5. CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS OBJETOS

5.1. A CONTRATADA deverá entregar os objetos em até 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da solicitação formal de entrega emitido pela Secretaria Municipal de Saúde. A entrega deverá ser realizada na Rua Júlio Skrzypczak, nº742, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, CEP: 85750-000, município de Planalto-PR, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h.

5.2. O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
b) Discriminação do objeto a ser entregue;
c) Local onde será entregue o objeto;
d) Prazo para entrega dos objetos;
e) Quantidade e demais informações pertinentes, quando for o caso;
f) Assinatura da Secretária Municipal solicitante.

5.3. Os objetos serão recebidos, imediatamente depois de efetuada as entregas, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar;

5.4. A CONTRATADA deverá fazer a entrega dos objetos licitado junto à Secretaria Municipal solicitante no Município de Planalto – PR, sem custos adicionais ao município;

5.5. Não será aceito nenhum objeto que esteja em desacordo com o solicitado pelo departamento responsável neste Estudo Técnico Preliminar;

5.6. Os itens 01, 02, 03, 04, 05 e 11, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 12 (doze) meses, com assistência técnica especializada;

5.7. Os itens 06, 07, 08, 09 e 10, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 06 (seis) meses, com assistência técnica especializada;

5.8. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

006011

5.9. Os objetos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso;
5.10. Os objetos deverão ser entregues por meio de transporte da(s) CONTRATADA(s) e através de seus próprios funcionários ou por intermédio da(s) contratada(s), ficando sob inteira responsabilidade desta(s) o ressarcimento de eventuais danos provenientes de acidente(s) porventura sofridos por seus colaboradores ou por interpostas pessoas;
5.11. A CONTRATADA deverá fornecer todos os manuais e catálogos dos objetos, editados em língua portuguesa;
5.12. Os objetos licitados deverão conter todas normas e certificações vigentes obrigatórios, exigidos pela legislação federal em vigor;
5.13. A CONTRATADA fica obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os objetos e/ou componentes e peças em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento do objeto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas;
5.14. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;
5.15. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;
5.16. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura do respectivo contrato.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução proposta consiste na aquisição de equipamentos hospitalares destinados ao uso da Secretaria Municipal de Saúde, com especificações técnicas previamente definidas de acordo com as necessidades dos serviços municipais e com a finalidade estabelecida para os recursos vinculados à Resolução nº 1514/2025 da SESA/PR.
6.2. As especificações técnicas dos equipamentos foram estabelecidas considerando sua finalidade de utilização e as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Os itens contemplam equipamentos de diferentes naturezas, porém todos possuem relação direta com a estruturação e manutenção dos serviços municipais de saúde.
6.3. Trata-se de solução disponível no mercado, constituída por bens comuns e padronizáveis, cujas características podem ser objetivamente definidas por meio de especificações usuais de mercado, não envolvendo serviços complexos ou integração tecnológica sofisticada.
6.4. A solução mais adequada, portanto, consiste na aquisição dos equipamentos mediante procedimento licitatório, com julgamento individualizado dos itens, permitindo a participação de fornecedores especializados e aumentando as possibilidades de obtenção de propostas vantajosas para a Administração.
6.5. Sendo assim, solução mais adequada é a de aquisição de equipamentos e materiais, com as especificações e padrões de desempenhos mínimos destacados neste Estudo Técnico Preliminar e que terão seus requisitos detalhados no Termo de Referência.

7. DA MODALIDADE

7.1. Conforme Art. 28. Da Lei 14.133/21 são modalidades de licitação:
I - Pregão;
7.2. Na mesma Lei, art. 6°, inciso XLI o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor

006012

preço ou o de maior desconto;
7.3. Para esta contratação será utilizado a modalidade de licitação PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, com o modo de disputa ABERTO tendo como intervalo mínimo de R$ 1,00 (um real), conforme já definido no Estudo Técnico Preliminar.

8. VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor total estimado é de **R$ 35.000,0(Trinta e cinco mil reais).**
8.2. O valor estimado foi apurado a partir do menor valor de orçamento apresentado, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, Banco de Preços e pesquisa em outros municípios.
8.3. Responsável pela conferência dos preços: Eduardo Rech Delares.

9. ESTIMATIVA DE DEMANDA

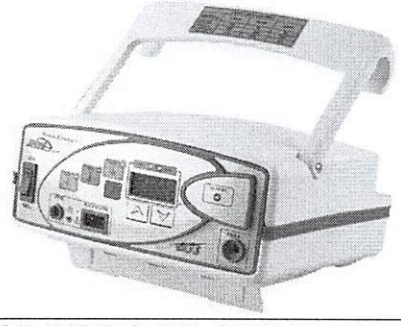
9.1. Conforme já demonstrado anteriormente são imprescindíveis as aquisições de equipamentos e materiais, para que além da garantia de continuidade dos serviços prestados à população, os objetos existentes não são suficientes para atender todas as demandas, sendo assim essencial a aquisição destes objetos para os munícipes.
9.2. A estimativa das quantidades foi estabelecida a partir do levantamento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e da relação de equipamentos prevista para aquisição, considerando as necessidades atuais da rede municipal de saúde e a finalidade dos recursos vinculados à Resolução nº 1514/2025 da SESA/PR.
9.3. As quantidades a serem adquiridas, foram estipuladas com base na necessidade da secretaria solicitante, para atender a demanda da mesma e substituir os objetos defeituosos.
9.4. Assim, as demandas autorizadas são as seguintes:

ITEM	UN	OBJETO	CATMAT	QTD
01	UN	SELADORA HOSPITALAR PAPEL GRAU CIRURGICO AUTOMÁTICA HORIZONTAL, de esteira, ideal para selagem de papel grau cirúrgico e filme bilaminado nas versões analógicas e/ou digitais; Temperatura programável até 300º C; Velocidade de selagem de 10 metros por minutos; Espessura de selagem de 13 mm; Comando de aquecimento e motor independente. Especificações Seladora específica para rolos de papel grau-cirúrgico e filme bilaminado; Possui temperatura de selagem programável; Espessura de selagem de mínimo 13 mm conforme normas internacionais; Selagem rápida e eficiente; Comando de aquecimento e acionamento do motor independente; Velocidade de selagem de 10 metros por minuto. Largura da Solda: aproximadamente 13 mm; Procedência: Brasil;	306486	01

006013

		Potência: 280 Watts; C; Voltagem: 220 V- 60 Hz; Assistência Técnica garantida Certificado de calibração térmica RDC 15 Anvisa seção III Resistência em conformidade com norma ABNT 14990-9 **Garantia mínima de 12 (doze) meses.** MODELO DE REFERÊNCIA: Marca: Selapack; 		
02	UN	ESTADIOMETRO Tipo: Régua Material: Alumínio Anodizado Escala Graduação: 1 METRO C/ Escala Métrica - Mm E Cm Componente: Desmontável, C/ Cursor Deslizante Adicional: C/ Base Plástica P/ Pés, portátil **Garantia mínima de 12 (doze) meses.**	442930	01
03	UN	DESFIBRILADOR AUTOMÁTICO DEA DESFIBRILADOR DEA, externo automático, até 250 choques autonomia da bateria; e 2 pares de eletrodos (adultos e pediátrico) cada. Operação com botão único: Inteligência artificial: diagnóstico acurado das condições do paciente, indicando ou não a aplicação do choque e impedindo o uso acidental. Compacto: 225 x 225 x 69 mm e peso entre 1,2 kg e 1,9 kg. Orientação por voz e por indicadores visuais na tela LCD ou LED. Choque Bifásico, IP56, Gravação de eventos e som ambiente para posterior análise, Display LCD de 4,3" com visualização de ECG, BPM, cronômetro de RCP e indicação de nível de bateria Autodiagnóstico de funções e bateria ,Software de conexão, download e gerenciamento de dados via PC (conexão USB), Baterias recarregáveis Cabo de ECG de 3 vias, Dispositivo de feedback para realização da manobra RCP (RCP Maestro) reutilizável, Bolsa funcional que permite a utilização do equipamento sem sua retirada, Acesso fácil às pás para uso e reposição. Resistente a quedas. **Garantia mínima de 12 (doze) meses.**	615328	01
04	UN	BISTURI ELETRICO mínimo 100W, função bipolar 1 Cabo de placa neutra 1 Pedal simples 1 Caneta padrão de baixa 1 Placa neutra em inox (150x100x0,5mm)	470959	01

006014

		1 Cabo de força 1 Eletrodo tipo agulha (85mm) 1 Eletrodo tipo agulha de depilação (66mm) 1 Eletrodo tipo alça pequena (Ø= 4,5mm) 1 Eletrodo tipo bola (Ø= 2,1mm) 1 Eletrodo tipo bola (Ø= 4,2mm) 1 Eletrodo tipo faca reta pequena (67mm) 1 Manual do usuário 1 Certificado de garantia Modelo: Radiofrequência Modo De Operação Monopolar: Monopolar Potência Máxima Corte Monopolar: De 100 A 150 W Tipo De Coagulação: Coagulação, Spray E Fulguração Tipo De Corte: Corte Puro E No Mínimo 3 Mistos Modo De Operação: Bipolar, Micro E Macro Outros Componentes: Alarme, Memória Compatibilidade: Compatível C/ Coagulador Argônio **Garantia mínima de 12 (doze) meses.** Modelo referência: Emai digital 		
05	UN	CILINDRO DE GASES MEDICINAIS CILINDRO DE GASES MEDICINAIS, oxigênio, Conjunto portátil para oxigenoterapia contendo: cilindro metálico para acondicionamento de oxigênio medicinal, com capacidade hidráulica de 7 litros e 1,0m³, tipo G. Dotado de válvula de segurança para enchimento e abertura, conexão padrão standard; deve ser fornecido regulador de pressão adaptado a manômetro de carga e regulagem de pressão, além de fluxômetro, com régua graduada e acionamento por válvula Montado em suporte próprio, que permita transporte e adequada fixação ao solo e estabilização durante o transporte. **Garantia mínima de 12 (doze) meses.**	288079	02
06	UN	REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIÁTRICO (AMBU) Reanimador manual, INFANTIL, em silicone com reservatório, completo. Composto por: balão em silicone transparente (reanimador) de no mínimo 500 ml,	456407	02

		máscara facial em silicone, conexão, válvula unidirecional, tubo de oxigênio (extensão) e bolsa reservatório. **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**		
07	UN	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU) Reanimador manual, ADULTO, em silicone com reservatório, completo. Composto por: balão em silicone transparente (reanimador) de no mínimo 1600 ml, máscara facial em silicone, conexão, válvula unidirecional, tubo de oxigênio (extensão) e bolsa reservatório. **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**	456408	02
08	UN	ESFIGNOMANÔMETRO ADULTO Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Tipo Fecho: Fecho Em Velcro Tamanho: Adulto Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**	434825	05
09	UN	ESFIGNOMANÔMETRO OBESO Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO Ajuste: Analógico, aneroide Tipo*: De Braço Faixa De Operação: Até 300 MMHG Material Braçadeira: Braçadeira Em Nylon **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**	432481	01
10	UN	ESFIGNOMANÔMETRO INFANTIL Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Fecho Em Metal Tamanho: Infantil Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**	432475	01

11	UN	LAVADORA ULTRASSONICA ATÉ 15 LITROS Painel em policarbonato com indicação de funções, chave liga/desliga e chave de acionamento para aquecimento, com indicador luminoso. Controle de tempo de trabalho indicado por LED para facilitar o monitoramento do processo, com função ""Pause"" que permite pausar a operação sem perder o tempo decorrido. Temporizador microprocessado digital com display de 02 dígitos. Ciclo de trabalho automático com temporizador de até 60 minutos e alarme sonoro de final de ciclo. Sistema de aquecimento através de resistência tubular blindada em aço inox AISI 304, localizada dentro da cuba, oferecendo uma limpeza eficaz. Porta fusível de segurança. Entrada e saída de água por meio de dreno lateral, com conexão para mangueira de silicone. Cuba interna em aço inox AISI 304, estampada e polida (sem emendas ou soldas). Cesto removível em aço inox perfurado proporciona maior durabilidade. Gabinete externo em chapa de aço carbono SAE 1020 com tratamento anticorrosivo e acabamento (pintura) em epóxi texturizado eletrostático. Montado sob pés de borracha. Faixa de Temperatura de Trabalho aproximadamente: 35°C - (fixo, não regulável). Frequência de trabalho: 40Khz. Tensão: Modelos até 15 Litros são bivolt (acompanha chave seletora). Litragens superiores 110 ou 220 Volts (definir), Bifásico. Dimensões Internas: 20 x 24 x 30 cm Dimensões Externas: 40 x 37 x 33 cm Potência: 160 Watts Peso: 20 KG Banho de Ultrassom / Lavadora ultrassônica com aquecimento 7Lab a 35°C - 15L - com timer bivolt. **Garantia mínima de 12 (doze) meses.** MODELO REFERENCIA: 	480952	01

006017

10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1. A solução será adotada de forma parcelada por item, considerando que a contratação compreende diversos equipamentos com naturezas, especificações técnicas, funcionalidades e fabricantes distintos. Trata-se, portanto, de objeto divisível, sendo técnica e economicamente viável sua divisão em itens independentes.

10.2. O julgamento por item possibilita maior competitividade no certame, permitindo a participação de fornecedores especializados em determinados equipamentos, sem exigir que uma única empresa disponha de capacidade para fornecer todos os objetos integrantes da contratação.

10.3. O parcelamento também poderá proporcionar maior economicidade à Administração, uma vez que possibilita a obtenção de propostas específicas para cada equipamento, favorecendo a disputa entre empresas que atuam nos respectivos segmentos de mercado.

10.4. A adoção do parcelamento não prejudica a funcionalidade da solução, uma vez que os equipamentos possuem utilização individualizada e não dependem, em regra, da aquisição conjunta para seu funcionamento.

10.5. Ressalta-se, ainda, que a realização anterior dos Pregões Eletrônicos nº 057/2025 e nº 014/2026, nos quais os itens restaram desertos, reforça a conveniência de preservar condições que favoreçam a participação de maior número de fornecedores, evitando o estabelecimento de exigências que possam restringir desnecessariamente a competitividade.

10.6. Assim, o parcelamento por item mostra-se a medida mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e competitivo, atendendo aos princípios da competitividade, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATO/INTERDEPENDENTES

11.1. Diante da própria natureza da contratação, é de se registrar que existe contratações correlatas a execução Diante da própria natureza da contratação, é de se registrar que não existe contratações correlatas que possam interferir na execução deste objeto.

12. ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

12.1. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em seu artigo 12, inciso VII estabelece que cada ente federativo poderá elaborar plano anual de contratação. Dentro deste cenário, considerando que o Município de Planalto passou a instrumentalizar os processos com base na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 no ano de 2024, sendo assim, o Município de Planalto/PR encontra-se atualmente em processo de elaboração do Plano Anual de Contratação (PAC), que, embora não tenha sido concluído até a presente data, direcionará de maneira consistente a futura aquisição para atender plenamente às demandas destacadas anteriormente.

13. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

13.1. Com a efetivação da contratação, a Administração Municipal pretende fortalecer a estrutura física e operacional da Secretaria Municipal de Saúde, disponibilizando equipamentos adequados para a execução dos serviços prestados à população.

13.2. Busca-se proporcionar melhores condições de trabalho aos profissionais de saúde, mediante a disponibilização de equipamentos adequados às atividades desenvolvidas, contribuindo para maior eficiência, segurança e qualidade na prestação dos serviços.

13.3. Pretende-se, ainda, ampliar a capacidade de atendimento da rede municipal em situações que demandem equipamentos específicos, especialmente aqueles relacionados

006018

ao suporte à vida, atendimento de emergência, avaliação dos pacientes e procedimentos assistenciais.

13.4. A aquisição também permitirá melhorar os processos relacionados ao preparo, limpeza e processamento de materiais utilizados nos serviços de saúde, mediante a disponibilização de seladora hospitalar e lavadora ultrassônica adequadas às necessidades identificadas.

13.5. Outro resultado pretendido é suprir uma demanda que permanece pendente em razão de os itens terem restado desertos nos Pregões Eletrônicos nº 057/2025 e nº 014/2026, buscando efetivamente concluir a aquisição dos equipamentos necessários.

13.6. De forma geral, pretende-se assegurar melhores condições estruturais para a prestação dos serviços públicos de saúde, contribuindo para a continuidade dos atendimentos, a segurança dos pacientes e a adequada utilização dos recursos públicos vinculados à finalidade da aquisição.

14. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

14.1. Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. Entretanto, o gestor e fiscal do contrato devem ter ciência do que aborda o decreto municipal nº 5584 de 02 de janeiro de 2024 que regulamenta a gestão do contrato, vide Art. 92, inciso XVIII da Lei N° 14.113/2021.

15. IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. A aquisição de equipamentos hospitalares poderá gerar impactos ambientais relacionados principalmente à fabricação, transporte, consumo de energia elétrica e descarte dos bens ao final de sua vida útil.

15.2. Os fornecedores deverão observar as normas ambientais e regulamentações aplicáveis à fabricação, comercialização, transporte e descarte dos equipamentos, bem como as exigências de certificação pertinentes quando existentes.

15.3. Quanto ao descarte futuro de equipamentos inservíveis, o Município deverá observar a legislação ambiental aplicável, promovendo a destinação ambientalmente adequada dos bens e de seus componentes, inclusive mediante reciclagem ou logística reversa quando disponível e aplicável.

15.4. Dessa forma, busca-se minimizar os impactos ambientais decorrentes da contratação e utilização dos equipamentos, conciliando a necessidade administrativa com os princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental.

16. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

16.1. Após análise da necessidade apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, das características dos equipamentos pretendidos e das condições de fornecimento existentes no mercado, verifica-se que a contratação é tecnicamente viável.

16.2. Os equipamentos possuem especificações objetivamente definíveis e são objetos disponíveis no mercado, sendo possível estabelecer requisitos mínimos de qualidade, desempenho, segurança e funcionamento compatíveis com as necessidades da Administração.

16.3. A contratação também se mostra necessária sob o aspecto administrativo, considerando que os equipamentos foram objeto de procedimentos licitatórios anteriores, especificamente os Pregões Eletrônicos nº 057/2025 e nº 014/2026, nos quais os itens restaram desertos, permanecendo a demanda sem atendimento.

16.4. A realização de nova licitação, com julgamento por item, apresenta-se como

006019

alternativa adequada para ampliar a competitividade e possibilitar a participação de fornecedores especializados nos diferentes segmentos dos equipamentos pretendidos.

16.5. Sob o aspecto econômico, a contratação deverá ser precedida de adequada pesquisa de preços, de modo que os valores estimados reflitam os preços praticados no mercado e permitam avaliar a vantajosidade das propostas apresentadas.

16.6. Do ponto de vista jurídico, a utilização do Pregão, na forma Eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por item, mostra-se compatível com a natureza de bens comuns dos equipamentos, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

16.7. Diante do exposto, conclui-se que a contratação é viável e adequada ao interesse público, sendo recomendada a continuidade do processo de contratação para aquisição dos equipamentos hospitalares e demais equipamentos destinados à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Planalto-PR.

Planalto-PR, 10 de agosto de 2026.

Amauri Machado de Mello
Chefe de Gabinete

Angela Regina Garcia Caneppa
Secretária Municipal de Saúde

006020

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ORGÃO INTERESSADO:
1.1. Secretaria Municipal de Saúde.

2. OBJETO:
2.1. Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.

3. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA:
3.1. Angela Regina Garcia Caneppa.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO:
4.1. A presente aquisição tem por objeto a aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Planalto-PR, conforme especificações e quantitativos definidos no processo de contratação e em observância às necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como às disposições da Resolução nº 1514/2025 da SESA/PR. A relação contempla equipamentos destinados ao apoio às atividades assistenciais, procedimentos clínicos, atendimento de urgência e emergência, esterilização e demais serviços desenvolvidos pela rede municipal de saúde.
4.2. A aquisição mostra-se necessária para garantir a adequada estruturação e o pleno funcionamento dos serviços de saúde disponibilizados à população, proporcionando aos profissionais equipamentos apropriados para a execução de suas atividades e contribuindo para a segurança, qualidade e continuidade dos atendimentos.
4.3. Ressalta-se que os equipamentos pretendidos já foram objeto de procedimentos licitatórios anteriores, especificamente o Pregão Eletrônico nº 057/2025 e o Pregão Eletrônico nº 014/2026, nos quais os respectivos itens restaram desertos. Dessa forma, apesar das tentativas anteriores de contratação, a Administração não conseguiu concluir a aquisição dos equipamentos necessários, permanecendo a demanda existente e a necessidade de promover nova tentativa de contratação, a fim de evitar a descontinuidade ou a precarização dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.
4.4. A ausência desses equipamentos pode comprometer a execução adequada de determinadas atividades e procedimentos, especialmente aqueles relacionados ao atendimento de situações de emergência, suporte à vida, avaliação dos pacientes, preparação e esterilização de materiais e demais procedimentos assistenciais.
4.5. Assim, considerando a necessidade permanente de assegurar condições adequadas de funcionamento da rede municipal de saúde, a importância dos equipamentos para o desenvolvimento das atividades assistenciais e administrativas da Secretaria Municipal de Saúde e, principalmente, o fato de que os itens já foram submetidos a procedimentos licitatórios anteriores, nos quais restaram desertos, justifica-se a realização de nova contratação, buscando possibilitar a efetiva aquisição dos equipamentos e atender à demanda existente.
4.6. A nova tentativa de contratação também se mostra necessária sob a perspectiva do interesse público, uma vez que a manutenção dos serviços de saúde em condições adequadas depende da disponibilidade de equipamentos compatíveis com as atividades

desenvolvidas. A aquisição permitirá suprir as necessidades atualmente existentes, melhorar a estrutura disponível aos profissionais e proporcionar melhores condições de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Planalto-PR.

4.7. Por fim, a aquisição deverá observar integralmente as especificações técnicas estabelecidas para cada item, de modo a assegurar que os equipamentos fornecidos sejam compatíveis com as necessidades dos serviços municipais, apresentem qualidade e segurança adequadas e atendam às exigências aplicáveis aos equipamentos utilizados na área da saúde, garantindo, assim, que a contratação alcance efetivamente os resultados pretendidos pela Administração Pública.

5. MODALIDADE:

5.1. Conforme Art. 28. Da Lei 14.133/21 são modalidades de licitação:

I - Pregão;

5.2. Na mesma Lei, art. 6°, inciso XLI o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

5.3. Para esta contratação será utilizado a modalidade de licitação PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, com o modo de disputa ABERTO tendo como intervalo mínimo de R$ 1,00 (um real), conforme já definido no Estudo Técnico Preliminar.

6. VALOR:

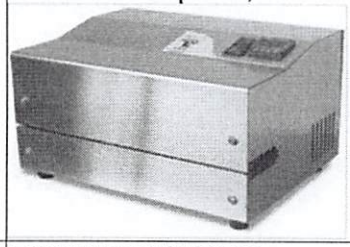
6.1. O valor total estimado é de **R$ 31.822,17(Trinta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e dezessete centavos).**

6.2. O valor estimado foi apurado a partir do menor valor de orçamento apresentado, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, Banco de Preços e pesquisa em outros municípios.

6.3. Responsável pela conferência dos preços: Eduardo Rech Delares.

7. DEFINIÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO:

ITEM	UN	OBJETO	CATMAT	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	UN	SELADORA HOSPITALAR PAPEL GRAU CIRURGICO AUTOMÁTICA HORIZONTAL, de esteira, ideal para selagem de papel grau cirúrgico e filme bilaminado nas versões analógicas e/ou digitais; Temperatura programável até 300º C; Velocidade de selagem de 10 metros por minutos; Espessura de selagem de 13 mm; Comando de aquecimento e motor independente. Especificações	306486	01	R$ 4.100,00	R$ 4.100,00

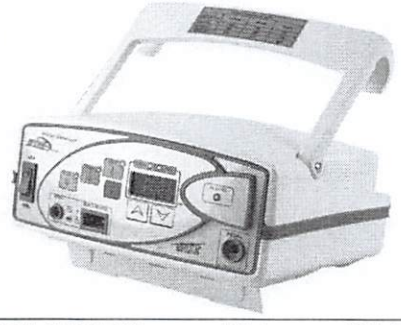
		Seladora específica para rolos de papel grau-cirúrgico e filme bilaminado; Possui temperatura de selagem programável; Espessura de selagem de mínimo 13 mm conforme normas internacionais; Selagem rápida e eficiente; Comando de aquecimento e acionamento do motor independente; Velocidade de selagem de 10 metros por minuto. Largura da Solda: aproximadamente 13 mm; Procedência: Brasil; Potência: 280 Watts; C; Voltagem: 220 V- 60 Hz; Assistência Técnica garantida Certificado de calibração térmica RDC 15 Anvisa seção III Resistência em conformidade com norma ABNT 14990-9 **Garantia mínima de 12 (doze) meses.** MODELO DE REFERÊNCIA: Marca: Selapack; 				
02	UN	ESTADIOMETRO Tipo: Régua Material: Alumínio Anodizado Escala Graduação: 1 METRO C/ Escala Métrica - Mm E Cm Componente: Desmontável, C/ Cursor Deslizante Adicional: C/ Base Plástica P/ Pés, portátil **Garantia mínima de 12 (doze) meses.**	442930	01	R$ 450,00	R$ 450,00
03	UN	DESFIBRILADOR	615328	01	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00

BONI

006023

		AUTOMÁTICO DEA DESFIBRILADOR DEA, externo automático, até 250 choques autonomia da bateria; e 2 pares de eletrodos (adultos e pediátrico) cada. Operação com botão único: Inteligência artificial: diagnóstico acurado das condições do paciente, indicando ou não a aplicação do choque e impedindo o uso acidental. Compacto: 225 x 225 x 69 mm e peso entre 1,2 kg e 1,9 kg. Orientação por voz e por indicadores visuais na tela LCD ou LED. Choque Bifásico, IP56, Gravação de eventos e som ambiente para posterior análise, Display LCD de 4,3" com visualização de ECG, BPM, cronômetro de RCP e indicação de nível de bateria Autodiagnóstico de funções e bateria ,Software de conexão, download e gerenciamento de dados via PC (conexão USB), Baterias recarregáveis Cabo de ECG de 3 vias, Dispositivo de feedback para realização da manobra RCP (RCP Maestro) reutilizável, Bolsa funcional que permite a utilização do equipamento sem sua retirada, Acesso fácil às pás para uso e reposição. Resistente a quedas. **Garantia mínima de 12 (doze) meses.**				
04	UN	BISTURI ELETRICO mínimo 100W, função bipolar 1 Cabo de placa neutra 1 Pedal simples 1 Caneta padrão de baixa 1 Placa neutra em inox (150x100x0,5mm) 1 Cabo de força 1 Eletrodo tipo agulha (85mm) 1 Eletrodo tipo agulha de	470959	01	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00

30 NI 006024

		depilação (66mm) 1 Eletrodo tipo alça pequena (Ø= 4,5mm) 1 Eletrodo tipo bola (Ø= 2,1mm) 1 Eletrodo tipo bola (Ø= 4,2mm) 1 Eletrodo tipo faca reta pequena (67mm) 1 Manual do usuário 1 Certificado de garantia Modelo: Radiofrequência Modo De Operação Monopolar: Monopolar Potência Máxima Corte Monopolar: De 100 A 150 W Tipo De Coagulação: Coagulação, Spray E Fulguração Tipo De Corte: Corte Puro E No Mínimo 3 Mistos Modo De Operação: Bipolar, Micro E Macro Outros Componentes: Alarme, Memória Compatibilidade: Compatível C/ Coagulador Argônio **Garantia mínima de 12 (doze) meses.** Modelo referência: Emai digital 				
05	UN	CILINDRO DE GASES MEDICINAIS CILINDRO DE GASES MEDICINAIS, oxigênio, Conjunto portátil para oxigenoterapia contendo: cilindro metálico para acondicionamento de oxigênio medicinal, com capacidade hidráulica de 7 litros e 1,0m³,	288079	02	R$ 1.190,00	R$ 2.380,00

Bonin 006025

		tipo G. Dotado de válvula de segurança para enchimento e abertura, conexão padrão standard; deve ser fornecido regulador de pressão adaptado a manômetro de carga e regulagem de pressão, além de fluxômetro, com régua graduada e acionamento por válvula Montado em suporte próprio, que permita transporte e adequada fixação ao solo e estabilização durante o transporte. **Garantia mínima de 12 (doze) meses.**				
06	UN	REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIÁTRICO (AMBU) Reanimador manual, INFANTIL, em silicone com reservatório, completo. Composto por: balão em silicone transparente (reanimador) de no mínimo 500 ml, máscara facial em silicone, conexão, válvula unidirecional, tubo de oxigênio (extensão) e bolsa reservatório. **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**	456407	02	R$ 143,07	R$ 286,14
07	UN	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU) Reanimador manual, ADULTO, em silicone com reservatório, completo. Composto por: balão em silicone transparente (reanimador) de no mínimo 1600 ml, máscara facial em silicone, conexão, válvula unidirecional, tubo de oxigênio (extensão) e bolsa reservatório. **Garantia mínima de 06 (seis)**	456408	02	R$ 143,07	R$ 286,14

30 006026

		meses.				
08	UN	ESFIGNOMANÔMETRO ADULTO Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Tipo Fecho: Fecho Em Velcro Tamanho: Adulto Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**	434825	05	R$ 75,02	R$ 375,10
09	UN	ESFIGNOMANÔMETRO OBESO Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO Ajuste: Analógico, aneroide Tipo*: De Braço Faixa De Operação: Até 300 MMHG Material Braçadeira: Braçadeira Em Nylon **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**	432481	01	R$ 105,50	R$ 105,50
10	UN	ESFIGNOMANÔMETRO INFANTIL Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Fecho Em Metal Tamanho: Infantil Garantia de calibração de 5 anos,	432475	01	R$ 93,82	R$ 93,82

30/06/27

		Registro na ANVISA/INMETRO **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**				
11	UN	LAVADORA ULTRASSONICA ATÉ 15 LITROS Painel em policarbonato com indicação de funções, chave liga/desliga e chave de acionamento para aquecimento, com indicador luminoso. Controle de tempo de trabalho indicado por LED para facilitar o monitoramento do processo, com função ""Pause"" que permite pausar a operação sem perder o tempo decorrido. Temporizador microprocessado digital com display de 02 dígitos. Ciclo de trabalho automático com temporizador de até 60 minutos e alarme sonoro de final de ciclo. Sistema de aquecimento através de resistência tubular blindada em aço inox AISI 304, localizada dentro da cuba, oferecendo uma limpeza eficaz. Porta fusível de segurança. Entrada e saída de água por meio de dreno lateral, com conexão para mangueira de silicone. Cuba interna em aço inox AISI 304, estampada e polida (sem emendas ou soldas). Cesto removível em aço inox perfurado proporciona maior durabilidade. Gabinete externo em chapa de aço carbono SAE 1020 com tratamento anticorrosivo e acabamento (pintura) em epóxi texturizado eletrostático. Montado sob pés de borracha. Faixa de Temperatura de Trabalho aproximadamente: 35°C - (fixo, não regulável).	480952	01	R$ 3.745,47	R$ 3.745,47

BONI 006028

		Frequência de trabalho: 40Khz. Tensão: Modelos até 15 Litros são bivolt (acompanha chave seletora). Litragens superiores 110 ou 220 Volts (definir), Bifásico. Dimensões Internas: 20 x 24 x 30 cm Dimensões Externas: 40 x 37 x 33 cm Potência: 160 Watts Peso: 20 KG Banho de Ultrassom / Lavadora ultrassônica com aquecimento 7Lab a 35°C - 15L - com timer bivolt. **Garantia mínima de 12 (doze) meses.** MODELO REFERENCIA: 				
VALOR TOTAL: R$ 31.822,17						

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital.

8. CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO, ENTREGA E DA GARANTIA:

8.1. A CONTRATADA deverá entregar os objetos em até 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da solicitação formal de entrega emitido pela Secretaria Municipal de Saúde. A entrega deverá ser realizada na Rua Júlio Skrzypczak, nº742, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, CEP: 85750-000, município de Planalto-PR, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h.

8.2. O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
b) Discriminação do objeto a ser entregue;
c) Local onde será entregue o objeto;
d) Prazo para entrega dos objetos;
e) Quantidade e demais informações pertinentes, quando for o caso;
f) Assinatura da Secretária Municipal solicitante.

8.3. Os objetos serão recebidos, imediatamente depois de efetuada as entregas, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

30 006029

8.4. A CONTRATADA deverá fazer a entrega dos objetos licitado junto à Secretaria Municipal solicitante no Município de Planalto – PR, sem custos adicionais ao município;
8.5. Não será aceito nenhum objeto que esteja em desacordo com o solicitado pelo departamento responsável neste Termo de Referência;
8.6. Os itens 01, 02, 03, 04, 05 e 11, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 12 (doze) meses, com assistência técnica especializada;
8.7. Os itens 06, 07, 08, 09 e 10, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 06 (seis) meses, com assistência técnica especializada;
8.8. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
8.9. Os objetos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso;
8.10. Os objetos deverão ser entregues por meio de transporte da(s) CONTRATADA(s) e através de seus próprios funcionários ou por intermédio da(s) contratada(s), ficando sob inteira responsabilidade desta(s) o ressarcimento de eventuais danos provenientes de acidente(s) porventura sofridos por seus colaboradores ou por interpostas pessoas;
8.11. A CONTRATADA deverá fornecer todos os manuais e catálogos dos objetos, editados em língua portuguesa;
8.12. Os objetos licitados deverão conter todas normas e certificações vigentes obrigatórios, exigidos pela legislação federal em vigor;
8.13. A CONTRATADA fica obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os objetos e/ou componentes e peças em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento do objeto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas;
8.14. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;
8.15. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;
8.16. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura do respectivo contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:
9.1. Receber os objetos no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
9.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
9.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
9.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, após o ATESTO da Nota Fiscal/Fatura pelo servidor da Secretaria Municipal de Saúde;
9.5. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias uteis após a emissão e apresentação da referida nota fiscal;
9.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa fornecedora atinentes ao objeto do edital;
9.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela

Boni 006030

Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega do objeto;

10.2. Efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e validade;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

10.8. Os itens 01, 02, 03, 04, 05 e 11, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 12 (doze) meses, com assistência técnica especializada;

10.9. Os itens 06, 07, 08, 09 e 10, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 06 (seis) meses, com assistência técnica especializada;

10.10. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Edital, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

10.11. Apresentar documentos que comprovem a procedência dos objetos fornecidos, sempre que solicitado;

10.12. Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;

10.13. Cumprir, as suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

10.14. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega dos objetos até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete.

11. PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1. O pagamento será efetuado através de transferência eletrônico para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após a entrega do objeto;

11.2. A licitante contratada deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal

30006031

Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

11.3. Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação serão utilizados recursos oriundos da Resolução da SESA/PR nº 1514/2025, proveniente da seguinte DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
02396	09.126.10.301.1001.2027	4.4.90.52.00.00.01933

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

12.1. A solução será adotada de forma parcelada por item, considerando que a contratação compreende diversos equipamentos com naturezas, especificações técnicas, funcionalidades e fabricantes distintos. Trata-se, portanto, de objeto divisível, sendo técnica e economicamente viável sua divisão em itens independentes.

12.2. O julgamento por item possibilita maior competitividade no certame, permitindo a participação de fornecedores especializados em determinados equipamentos, sem exigir que uma única empresa disponha de capacidade para fornecer todos os objetos integrantes da contratação.

12.3. O parcelamento também poderá proporcionar maior economicidade à Administração, uma vez que possibilita a obtenção de propostas específicas para cada equipamento, favorecendo a disputa entre empresas que atuam nos respectivos segmentos de mercado.

12.4. A adoção do parcelamento não prejudica a funcionalidade da solução, uma vez que os equipamentos possuem utilização individualizada e não dependem, em regra, da aquisição conjunta para seu funcionamento.

12.5. Ressalta-se, ainda, que a realização anterior dos Pregões Eletrônicos nº 057/2025 e nº 014/2026, nos quais os itens restaram desertos, reforça a conveniência de preservar condições que favoreçam a participação de maior número de fornecedores, evitando o estabelecimento de exigências que possam restringir desnecessariamente a competitividade.

12.6. Assim, o parcelamento por item mostra-se a medida mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e competitivo, atendendo aos princípios da competitividade, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

13. GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO(S) CONTRATO(S):

13.1. O(s) contrato(s) serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pela servidora desta municipalidade, Jussania Aparecida Rossato Salvi, que assumirá a função de fiscal dos contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.

13.2. A gestão do Contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski, designada conforme Portaria n°302/2026.

Planalto-PR, 12 de agosto de 2026.

Angela Regina Garcia Caneppa
Secretária Municipal de Saúde

Luiz C. Boni
Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto-PR

Prefeitura Municipal de Planalto - 2026

Classificação por lote/itens deserto

Pregão -Uso até 30/04/26 57/2025

Equiplano

	Produto		Status	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Lote 001 - Lote 001						46.463,22
Item 001:	70820	ARMÁRIO DE AÇO 2 portas	DESERTO	2,00	1.889,99	3.779,98
Item 014:	70833	SELADORA AUTOMÀTICA, HORIZONTAL	DESERTO	1,00	6.500,00	6.500,00
Item 016:	70835	Carrinho de Emergência com 6 Gavetas Simples	DESERTO	1,00	3.024,00	3.024,00
Item 026:	70845	Maca Clínica	DESERTO	3,00	1.634,00	4.902,00
Item 034:	70853	ESTADIOMETRO	DESERTO	1,00	390,00	390,00
Item 050:	70869	DESFIBRILADOR DEA, externo automático, acima de 250 choques autonomia	DESERTO	1,00	10.500,00	10.500,00
Item 051:	70870	BISTURI ELÉTRICO mínimo 100W, função bipolar	DESERTO	1,00	8.500,00	8.500,00
Item 053:	70872	CILINDRO DE GASES MEDICINAIS	DESERTO	2,00	2.700,00	5.400,00
Item 056:	70875	REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIÁTRICO	DESERTO	2,00	220,00	440,00
Item 057:	70876	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO	DESERTO	2,00	313,14	626,28
Item 059:	70889	ESFIGNOMNOMETRO ADULTO 01 Manômetro metálico gira 360°	DESERTO	5,00	170,99	854,95
Item 060:	70890	ESFIGNOMNOMETRO OBESO	DESERTO	1,00	190,00	190,00
Item 061:	70891	ESFIGNOMNOMETRO INFANTIL	DESERTO	1,00	720,00	720,00
Item 066:	70896	ESTETOSCÓPIO ADULTO	DESERTO	5,00	103,55	517,75
Item 067:	70897	ESTETOSCÓPIO INFANTIL	DESERTO	1,00	118,26	118,26

Qtde. itens desertos : 015

Total geral: 46.463,22

006033

Prefeitura Municipal de Planalto - 2026

Classificação por lote/itens deserto

Pregão 14/2026

Equiplano

	Produto		Status	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Lote 001 - Lote 001						34.620,00
Item 013:	71455	SELADORA AUTOMÁTICA, HOSPITALAR PORTÁTIL	DESERTO	1,00	2.400,00	2.400,00
Item 014:	71456	CARRINHO DE EMERGÊNCIA COM 6 GAVETAS Simples, Fecho Geral	DESERTO	1,00	2.900,00	2.900,00
Item 015:	71457	MESA DE EXAME CLÍNICO com estrutura tubular metálica esmaltada na cor	DESERTO	3,00	800,00	2.400,00
Item 016:	71458	ESTADIOMETRO INFANTIL, TIPO RÉGUA, HORIZONTAL E PORTÁTIL:	DESERTO	1,00	290,00	290,00
Item 017:	71459	DESFIBRILADOR TIPO EXTERNO AUTOMÁTICO PORTÁTIL - DEA	DESERTO	1,00	9.900,00	9.900,00
Item 018:	71460	BISTURI ELÉTRICO	DESERTO	1,00	8.500,00	8.500,00
Item 019:	71461	CILINDRO DE GASES MEDICINAIS, oxigênio, Conjunto portátil	DESERTO	2,00	1.800,00	3.600,00
Item 020:	71462	REANIMADOR PULMONAR MANUAL INFANTIL - Descrição básica São balões	DESERTO	2,00	290,00	580,00
Item 021:	71463	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO – IPEM ANVISA - Descrição básica	DESERTO	2,00	350,00	700,00
Item 022:	71464	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO	DESERTO	5,00	500,00	2.500,00
Item 023:	71465	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO OBESO	DESERTO	1,00	450,00	450,00
Item 024:	71466	ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL	DESERTO	1,00	400,00	400,00

Qtde. itens desertos : 012

Total geral: 34.620,00

006034

TABELA COMPARATIVA DE VALOR									
ITEM	HELITECNICA	POTENCIA	ITAMAR	ALTERMED	OUTROS ÓRGÃOS	BANCO DE PREÇO	QTD	MENOR VALOR	VALOR TOTAL
1	R$ 5.000,00	R$ 4.100,00	R$ 4.990,00	R$ 4.160,00		R$ 4.285,03	1	R$ 4.100,00	R$ 4.100,00
2	R$ 520,00	R$ 450,00	R$ 500,00	R$ 475,43	R$ 479,99	R$ 459,49	1	R$ 450,00	R$ 450,00
3	R$ 11.990,00	R$ 12.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.400,00	R$ 8.800,00	R$ 10.070,91	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
4	R$ 10.990,00	R$ 10.000,00	R$ 10.500,00	R$ 10.221,83	R$ 13.171,35	R$ 10.227,98	1	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
5	R$ 1.190,00	R$ 1.600,00	R$ 1.500,00	R$ 1.196,97	R$ 1.470,00	R$ 1.359,75	2	R$ 1.190,00	R$ 2.380,00
6	R$ 210,00	R$ 180,00	R$ 150,00	R$ 143,07	R$ 130,00	R$ 151,69	2	R$ 143,07	R$ 286,14
7	R$ 190,00	R$ 200,00	R$ 200,00	R$ 143,07	R$ 130,00	R$ 150,00	2	R$ 143,07	R$ 286,14
8	R$ 115,00	R$ 170,00	R$ 150,00	R$ 75,02	R$ 79,73	R$ 79,77	5	R$ 75,02	R$ 375,10
9	R$ 190,00	R$ 260,00	R$ 200,00	R$ 105,50	R$ 88,40	R$ 88,40	1	R$ 105,50	R$ 105,50
10	R$ 150,00	R$ 150,00	R$ 180,00	R$ 93,82	R$ 78,00	R$ 78,00	1	R$ 93,82	R$ 93,82
11	R$ 3.800,00	R$ 4.200,00	R$ 4.000,00	R$ 3.745,47	R$ 3.499,00	R$ 3.905,50	1	R$ 3.745,47	R$ 3.745,47
								VALOR TOTAL:	**R$ 31.822,17**

EMPRESAS
Empresa 01: HELITECNICA EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA - ME – CNPJ: 78.130.457/0001-08;
Empresa 02: BERTUOL E BACKES LTDA ME – CNPJ:00.335.801/0001-08;
Empresa 03: ITAMAR MAURI MULLER ME – CNPJ: 07.260.725/0001-68;
Empresa 04: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA – CNPJ: 00.802.002/0001-02.
Outros órgãos;
Banco de preços.

O valor estimado foi apurado a partir do menor valor de orçamento apresentado, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, Banco de Preços e contratos da licitação anterior deste município.

VALOR TOTAL: R$ 31.822,17(Trinta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e dezessete centavos).

RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO: Eduardo Rech Nilaus

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

PROPOSTA DE PREÇOS

EMPRESA: HELITECNICA EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA
TELEFONE: (46) 3523-4250
ENDEREÇO: RUA MATO GROSSO, BAIRRO PRESIDENTE KENNEDY, Nº 628
CIDADE: FRANCISCO BELTRÃO **ESTADO:** PARANÁ
CNPJ: 78.130.457/0001-08

Objeto: Aquisição equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR. Segue as especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	UN	OBJETO	CATMAT	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	UN	SELADORA HOSPITALAR PAPEL GRAU CIRURGICO AUTOMÁTICA HORIZONTAL, de esteira, ideal para selagem de papel grau cirúrgico e filme bilaminado nas versões analógicas e/ou digitais; Temperatura programável até 300º C; Velocidade de selagem de 10 metros por minutos; Espessura de selagem de 13 mm; Comando de aquecimento e motor independente. Especificações Seladora específica para rolos de papel grau-cirúrgico e filme bilaminado; Possui temperatura de selagem programável; Espessura de selagem de mínimo 13 mm conforme normas internacionais; Selagem rápida e eficiente; Comando de aquecimento e acionamento do motor independente; Velocidade de selagem de 10	306486	01	R$5.000,00	R$5.000,00

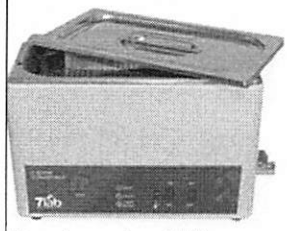
		metros por minuto. Garantia: 1 ano. Largura da Solda: aproximadamente 13 mm; Procedência: Brasil; Potência: 280 Watts; C; Voltagem: 220 V- 60 Hz; Assistência Técnica garantida Garantia: 1 ano; Certificado de calibração térmica RDC 15 Anvisa seção III Resistência em conformidade com norma ABNT 14990-9 MODELO DE REFERÊNCIA: Marca: Selapack; 				
02	UN	ESTADIOMETRO Tipo: Régua Material: Alumínio Anodizado Escala Graduação: 1 METRO C/ Escala Métrica - Mm E Cm Componente: Desmontável, C/ Cursor Deslizante Adicional: C/ Base Plástica P/ Pés, portátil	442930	01	R$520,00	R$520,00
03	UN	DESFIBRILADOR AUTOMÁTICO DEA DESFIBRILADOR DEA, externo automático, até 250 choques autonomia da bateria; e 2 pares de eletrodos (adultos e pediátrico) cada. Operação com botão único: Inteligência artificial: diagnóstico acurado das condições do paciente, indicando ou não a aplicação do choque e impedindo o uso acidental. Compacto: 225 x 225 x 69 mm e peso entre 1,2 kg e 1,9 kg. Orientação por voz e por indicadores visuais na tela LCD	615328	01	R$11.990,00	R$11.990,00

		ou LED. Choque Bifásico, IP56, Gravação de eventos e som ambiente para posterior análise, Display LCD de 4,3" com visualização de ECG, BPM, cronômetro de RCP e indicação de nível de bateria Autodiagnóstico de funções e bateria ,Software de conexão, download e gerenciamento de dados via PC (conexão USB), Baterias recarregáveis Cabo de ECG de 3 vias, Dispositivo de feedback para realização da manobra RCP (RCP Maestro) reutilizável, Bolsa funcional que permite a utilização do equipamento sem sua retirada, Acesso fácil às pás para uso e reposição. Resistente a quedas.				
04	UN	BISTURI ELETRICO mínimo 100W, função bipolar 1 Cabo de placa neutra 1 Pedal simples 1 Caneta padrão de baixa 1 Placa neutra em inox (150x100x0,5mm) 1 Cabo de força 1 Eletrodo tipo agulha (85mm) 1 Eletrodo tipo agulha de depilação (66mm) 1 Eletrodo tipo alça pequena (Ø= 4,5mm) 1 Eletrodo tipo bola (Ø= 2,1mm) 1 Eletrodo tipo bola (Ø= 4,2mm) 1 Eletrodo tipo faca reta pequena (67mm) 1 Manual do usuário 1 Certificado de garantia Modelo: Radiofrequência Modo De Operação Monopolar: Monopolar Potência Máxima Corte Monopolar: De 100 A 150 W Tipo De Coagulação: Coagulação, Spray E Fulguração Tipo De Corte: Corte Puro E No Mínimo 3 Mistos	470959	01	R$10.990,00	R$10.990,00

		Modo De Operação: Bipolar, Micro E Macro Outros Componentes: Alarme, Memória Compatibilidade: Compatível C/ Coagulador Argônio Modelo referência: Emai digital 				
05	UN	CILINDRO DE GASES MEDICINAIS CILINDRO DE GASES MEDICINAIS, oxigênio, Conjunto portátil para oxigenoterapia contendo: cilindro metálico para acondicionamento de oxigênio medicinal, com capacidade hidráulica de 7 litros e 1,0m³, tipo G. Dotado de válvula de segurança para enchimento e abertura, conexão padrão standard; deve ser fornecido regulador de pressão adaptado a manômetro de carga e regulagem de pressão, além de fluxômetro, com régua graduada e acionamento por válvula Montado em suporte próprio, que permita transporte e adequada fixação ao solo e estabilização durante o transporte.	288079	02	R$1.190,00	R$2.380,00
06	UN	REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIÁTRICO (AMBU) Reanimador manual, INFANTIL, em silicone com reservatório, completo. Composto por: balão em silicone transparente (reanimador) de no mínimo 500 ml,	456407	02	R$210,00	R$420,00

		máscara facial em silicone, conexão, válvula unidirecional, tubo de oxigênio (extensão) e bolsa reservatório.				
07	UN	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU) Reanimador manual, ADULTO, em silicone com reservatório, completo. Composto por: balão em silicone transparente (reanimador) de no mínimo 1600 ml, máscara facial em silicone, conexão, válvula unidirecional, tubo de oxigênio (extensão) e bolsa reservatório	456408	02	R$190,00	R$380,00
08	UN	ESFIGNOMANÔMETRO ADULTO Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Tipo Fecho: Fecho Em Velcro Tamanho: Adulto Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO	434825	05	R$115,00	R$575,00
09	UN	ESFIGNOMANÔMETRO OBESO Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO Ajuste: Analógico, aneroide Tipo*: De Braço Faixa De Operação: Até 300 MMHG Material Braçadeira: Braçadeira Em Nylon	432481	01	R$190,00	R$190,00

10	UN	ESFIGNOMANÔMETRO INFANTIL Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Fecho Em Metal Tamanho: Infantil Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO	432475	01	R$150,00	R$150,00
11	UN	LAVADORA ULTRASSONICA ATÉ 15 LITROS Painel em policarbonato com indicação de funções, chave liga/desliga e chave de acionamento para aquecimento, com indicador luminoso. Controle de tempo de trabalho indicado por LED para facilitar o monitoramento do processo, com função ""Pause"" que permite pausar a operação sem perder o tempo decorrido. Temporizador microprocessado digital com display de 02 dígitos. Ciclo de trabalho automático com temporizador de até 60 minutos e alarme sonoro de final de ciclo. Sistema de aquecimento através de resistência tubular blindada em aço inox AISI 304, localizada dentro da cuba, oferecendo uma limpeza eficaz. Porta fusível de segurança. Entrada e saída de água por meio de dreno lateral, com conexão para mangueira de silicone. Cuba interna em aço inox AISI 304, estampada e polida (sem emendas ou soldas). Cesto removível em aço inox perfurado proporciona maior durabilidade. Gabinete externo em chapa de aço carbono SAE 1020 com	480952	01	R$3.800,00	R$3.800,00

		tratamento anticorrosivo e acabamento (pintura) em epóxi texturizado eletrostático. Montado sob pés de borracha. Faixa de Temperatura de Trabalho aproximadamente: 35°C - (fixo, não regulável). Frequência de trabalho: 40Khz. Tensão: Modelos até 15 Litros são Bivolt (acompanha chave seletora). Litragens superiores 110 ou 220 Volts (definir), Bifásico. Dimensões Internas: 20 x 24 x 30 cm Dimensões Externas: 40 x 37 x 33 cm Potência: 160 Watts Peso: 20 KG MODELO REFERENCIA:  Banho de Ultrassom / Lavadora ultrassônica com aquecimento 7Lab a 35°C - 15L - com timer bivolt				
12	UN	ARMÁRIO COM 01 PORTA E 03 PRATELEIRAS EM VIDRO. Armário Vitrine Suspenso para Parede – Uso Odontológico/Ambulatorial Armário vitrine de piso destinado ao armazenamento, organização e acondicionamento de materiais odontológicos, instrumentais, insumos e materiais ambulatoriais utilizados em Unidades Básicas de Saúde. Estrutura confeccionada em chapa de aço carbono com espessura mínima de 0,75 mm, submetida a tratamento	343687	05	R$1.250,00	R$6.250,00

		anticorrosivo por fosfatização ou tecnologia equivalente, com acabamento em pintura eletrostática a pó epóxi ou processo equivalente, na cor branca, resistente à corrosão, abrasão e produtos utilizados em limpeza e desinfecção. Deverá possuir: 01 (uma) porta frontal em vidro temperado transparente com espessura mínima de 4 mm; Fechadura tipo cilíndrica com fornecimento mínimo de 02 chaves; Laterais confeccionadas em vidro temperado transparente ou chapa de aço, mantendo visualização adequada do conteúdo interno; Mínimo de 03 (três) prateleiras internas em vidro temperado transparente, espessura mínima de 4 mm; Prateleiras removíveis e/ou com regulagem de altura; Capacidade de carga mínima de 10 kg por prateleira. Dobradiças metálicas de alta resistência; Bordas arredondadas ou acabamento sem arestas cortantes; Superfícies lisas, impermeáveis e de fácil limpeza e desinfecção; Base apoiada sobre 04 pés metálicos ou estrutura tubular em aço, de elevada resistência, com acabamento anticorrosivo; Pés dotados de ponteiras plásticas, sapatas niveladoras ou sistema equivalente, resistentes ao desgaste e que protejam o piso contra danos; Distância mínima entre a base inferior do armário e o piso de 80 mm, permitindo adequada higienização do ambiente. Dimensões aproximadas: Altura: 1.400 mm a 1.600 mm;				

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

		Largura: 450 mm a 600 mm; Profundidade: 350 mm a 450 mm. Será admitida variação dimensional de ±10%, desde que não comprometa a funcionalidade do equipamento. Características complementares: Produto destinado ao uso profissional em ambiente assistencial; Estrutura resistente à oxidação e corrosão; Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação; Produto entregue montado.				

VALOR TOTAL: R$_____.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIA.

DATA: 17/1/26

78.130.457/0001-08
HELITÉCNICA EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA- ME
Rua Mato Grosso, 628
Vila Nova - CEP 85605-280
Francisco Beltrão - Paraná

ASSINATURA COM CARIMBO

006044

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

PROPOSTA DE PREÇOS

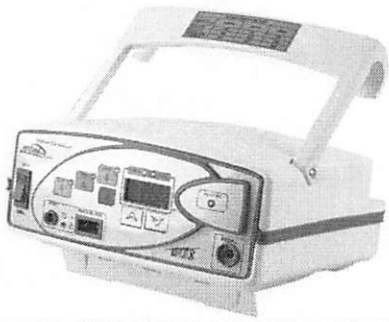
EMPRESA: POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA
TELEFONE: (49) 36220135
ENDEREÇO: RUA ALMIRANTE BARROSO 684
CIDADE: SÃO MIGUEL DO OESTE **ESTADO:** SC
CNPJ: 03.958.284/0001-11

Objeto: Aquisição equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR. Segue as especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	UN	OBJETO	CATMAT	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	UN	SELADORA HOSPITALAR PAPEL GRAU CIRURGICO AUTOMÁTICA HORIZONTAL, de esteira, ideal para selagem de papel grau cirúrgico e filme bilaminado nas versões analógicas e/ou digitais; Temperatura programável até 300º C; Velocidade de selagem de 10 metros por minutos; Espessura de selagem de 13 mm; Comando de aquecimento e motor independente. Especificações Seladora específica para rolos de papel grau-cirúrgico e filme bilaminado; Possui temperatura de selagem programável; Espessura de selagem de mínimo 13 mm conforme normas internacionais; Selagem rápida e eficiente; Comando de aquecimento e acionamento do motor independente; Velocidade de selagem de 10 metros por minuto. Garantia: 1 ano. Largura da Solda: aproximadamente 13 mm; Procedência: Brasil; Potência: 280 Watts;	306486	01	R$ 4.100,00	R$ 4.100,00

		C; Voltagem: 220 V- 60 Hz; Assistência Técnica garantida Garantia: 1 ano; Certificado de calibração térmica RDC 15 Anvisa seção III Resistência em conformidade com norma ABNT 14990-9 MODELO DE REFERÊNCIA: Marca: Selapack; 				
02	UN	ESTADIOMETRO Tipo: Régua Material: Alumínio Anodizado Escala Graduação: 1 METRO C/ Escala Métrica - Mm E Cm Componente: Desmontável, C/ Cursor Deslizante Adicional: C/ Base Plástica P/ Pés, portátil	442930	01	R$ 450,00	R$ 450,00
03	UN	DESFIBRILADOR AUTOMÁTICO DEA DESFIBRILADOR DEA, externo automático, até 250 choques autonomia da bateria; e 2 pares de eletrodos (adultos e pediátrico) cada. Operação com botão único: Inteligência artificial: diagnóstico acurado das condições do paciente, indicando ou não a aplicação do choque e impedindo o uso acidental. Compacto: 225 x 225 x 69 mm e peso entre 1,2 kg e 1,9 kg. Orientação por voz e por indicadores visuais na tela LCD ou LED. Choque Bifásico, IP56, Gravação de eventos e som ambiente para posterior análise, Display LCD de 4,3" com visualização de ECG, BPM, cronômetro de RCP e indicação de nível de bateria Autodiagnóstico de funções e	615328	01	R$ 12.000,00	R$ 12.000,00

		bateria ,Software de conexão, download e gerenciamento de dados via PC (conexão USB), Baterias recarregáveis Cabo de ECG de 3 vias, Dispositivo de feedback para realização da manobra RCP (RCP Maestro) reutilizável, Bolsa funcional que permite a utilização do equipamento sem sua retirada, Acesso fácil às pás para uso e reposição. Resistente a quedas.				
04	UN	BISTURI ELETRICO mínimo 100W, função bipolar 1 Cabo de placa neutra 1 Pedal simples 1 Caneta padrão de baixa 1 Placa neutra em inox (150x100x0,5mm) 1 Cabo de força 1 Eletrodo tipo agulha (85mm) 1 Eletrodo tipo agulha de depilação (66mm) 1 Eletrodo tipo alça pequena (Ø= 4,5mm) 1 Eletrodo tipo bola (Ø= 2,1mm) 1 Eletrodo tipo bola (Ø= 4,2mm) 1 Eletrodo tipo faca reta pequena (67mm) 1 Manual do usuário 1 Certificado de garantia Modelo: Radiofrequência Modo De Operação Monopolar: Monopolar Potência Máxima Corte Monopolar: De 100 A 150 W Tipo De Coagulação: Coagulação, Spray E Fulguração Tipo De Corte: Corte Puro E No Mínimo 3 Mistos Modo De Operação: Bipolar, Micro E Macro Outros Componentes: Alarme, Memória Compatibilidade: Compatível C/ Coagulador Argônio Modelo referência: Emai digital	470959	01	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00

						
05	UN	CILINDRO DE GASES MEDICINAIS CILINDRO DE GASES MEDICINAIS, oxigênio, Conjunto portátil para oxigenoterapia contendo: cilindro metálico para acondicionamento de oxigênio medicinal, com capacidade hidráulica de 7 litros e 1,0m³, tipo G. Dotado de válvula de segurança para enchimento e abertura, conexão padrão standard; deve ser fornecido regulador de pressão adaptado a manômetro de carga e regulagem de pressão, além de fluxômetro, com régua graduada e acionamento por válvula Montado em suporte próprio, que permita transporte e adequada fixação ao solo e estabilização durante o transporte.	288079	02	R$ 1.600,00	R$ 3.200,00
06	UN	REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIÁTRICO (AMBU) Reanimador manual, INFANTIL, em silicone com reservatório, completo. Composto por: balão em silicone transparente (reanimador) de no mínimo 500 ml, máscara facial em silicone, conexão, válvula unidirecional, tubo de oxigênio (extensão) e bolsa reservatório.	456407	02	R$ 180,00	R$ 360,00
07	UN	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU) Reanimador manual, ADULTO, em silicone com	456408	02	R$ 200,00	R$ 400,00

		reservatório, completo. Composto por: balão em silicone transparente (reanimador) de no mínimo 1600 ml, máscara facial em silicone, conexão, válvula unidirecional, tubo de oxigênio (extensão) e bolsa reservatório				
08	UN	ESFIGNOMANÔMETRO ADULTO Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Tipo Fecho: Fecho Em Velcro Tamanho: Adulto Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO	434825	05	R$ 170,00	R$ 850,00
09	UN	ESFIGNOMANÔMETRO OBESO Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO Ajuste: Analógico, aneroide Tipo*: De Braço Faixa De Operação: Até 300 MMHG Material Braçadeira: Braçadeira Em Nylon	432481	01	R$ 260,00	R$ 260,00
10	UN	ESFIGNOMANÔMETRO INFANTIL Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Fecho Em Metal Tamanho: Infantil Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO	432475	01	R$ 150,00	R$ 150,00

11	UN	LAVADORA ULTRASSONICA ATÉ 15 LITROS Painel em policarbonato com indicação de funções, chave liga/desliga e chave de acionamento para aquecimento, com indicador luminoso. Controle de tempo de trabalho indicado por LED para facilitar o monitoramento do processo, com função ""Pause"" que permite pausar a operação sem perder o tempo decorrido. Temporizador microprocessado digital com display de 02 dígitos. Ciclo de trabalho automático com temporizador de até 60 minutos e alarme sonoro de final de ciclo. Sistema de aquecimento através de resistência tubular blindada em aço inox AISI 304, localizada dentro da cuba, oferecendo uma limpeza eficaz. Porta fusível de segurança. Entrada e saída de água por meio de dreno lateral, com conexão para mangueira de silicone. Cuba interna em aço inox AISI 304, estampada e polida (sem emendas ou soldas). Cesto removível em aço inox perfurado proporciona maior durabilidade. Gabinete externo em chapa de aço carbono SAE 1020 com tratamento anticorrosivo e acabamento (pintura) em epóxi texturizado eletrostático. Montado sob pés de borracha. Faixa de Temperatura de Trabalho aproximadamente: 35°C - (fixo, não regulável). Frequência de trabalho: 40Khz. Tensão: Modelos até 15 Litros são Bivolt (acompanha chave seletora). Litragens superiores 110 ou 220 Volts (definir), Bifásico.	480952	01	R$ 4.200,00	R$ 4.200,00

		Dimensões Internas: 20 x 24 x 30 cm Dimensões Externas: 40 x 37 x 33 cm Potência: 160 Watts Peso: 20 KG MODELO REFERENCIA:  Banho de Ultrassom / Lavadora ultrassônica com aquecimento 7Lab a 35°C - 15L - com timer bivolt				
12	UN	ARMÁRIO COM 01 PORTA E 03 PRATELEIRAS EM VIDRO. Armário Vitrine Suspenso para Parede – Uso Odontológico/Ambulatorial Armário vitrine de piso destinado ao armazenamento, organização e acondicionamento de materiais odontológicos, instrumentais, insumos e materiais ambulatoriais utilizados em Unidades Básicas de Saúde. Estrutura confeccionada em chapa de aço carbono com espessura mínima de 0,75 mm, submetida a tratamento anticorrosivo por fosfatização ou tecnologia equivalente, com acabamento em pintura eletrostática a pó epóxi ou processo equivalente, na cor branca, resistente à corrosão, abrasão e produtos utilizados em limpeza e desinfecção. Deverá possuir: 01 (uma) porta frontal em vidro temperado transparente com espessura mínima de 4 mm; Fechadura tipo cilíndrica com fornecimento mínimo de 02 chaves;	343687	05	R$ 1.300,00	R$ 6.500,00

		Laterais confeccionadas em vidro temperado transparente ou chapa de aço, mantendo visualização adequada do conteúdo interno; Mínimo de 03 (três) prateleiras internas em vidro temperado transparente, espessura mínima de 4 mm; Prateleiras removíveis e/ou com regulagem de altura; Capacidade de carga mínima de 10 kg por prateleira. Dobradiças metálicas de alta resistência; Bordas arredondadas ou acabamento sem arestas cortantes; Superfícies lisas, impermeáveis e de fácil limpeza e desinfecção; Base apoiada sobre 04 pés metálicos ou estrutura tubular em aço, de elevada resistência, com acabamento anticorrosivo; Pés dotados de ponteiras plásticas, sapatas niveladoras ou sistema equivalente, resistentes ao desgaste e que protejam o piso contra danos; Distância mínima entre a base inferior do armário e o piso de 80 mm, permitindo adequada higienização do ambiente. Dimensões aproximadas: Altura: 1.400 mm a 1.600 mm; Largura: 450 mm a 600 mm; Profundidade: 350 mm a 450 mm. Será admitida variação dimensional de ±10%, desde que não comprometa a funcionalidade do equipamento. Características complementares: Produto destinado ao uso profissional em ambiente assistencial; Estrutura resistente à oxidação e corrosão; Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação; Produto entregue montado.				

		Base apoiada sobre 04 pés metálicos ou estrutura tubular em aço, de elevada resistência, com acabamento anticorrosivo; Pés dotados de ponteiras plásticas, sapatas niveladoras ou sistema equivalente, resistentes ao desgaste e que protejam o piso contra danos; Distância mínima entre a base inferior do armário e o piso de 80 mm, permitindo adequada higienização do ambiente. Dimensões aproximadas: Altura: 1.400 mm a 1.600 mm; Largura: 450 mm a 600 mm; Profundidade: 350 mm a 450 mm. Será admitida variação dimensional de ±10%, desde que não comprometa a funcionalidade do equipamento. Características complementares: Produto destinado ao uso profissional em ambiente assistencial; Estrutura resistente à oxidação e corrosão; Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação; Produto entregue montado.				

VALOR TOTAL: R$_____.

VALIDADE DA PROPOSTA: 30 dias.

DATA: 15 / 06 / 2026

POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA:03958284000111

Assinado de forma digital por POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA:03958284000111
Dados: 2026.06.15 09:20:40 -03'00'

Cleyton Lazarotto

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

PROPOSTA DE PREÇOS

EMPRESA: ITAMAR MAURI MULLER ME
TELEFONE: (46)999260159
ENDEREÇO: AV. RIO G DO SUL 11668 - CENTRO
CIDADE: PLANALTO ESTADO: PR
CNPJ: 07260725/0001-68

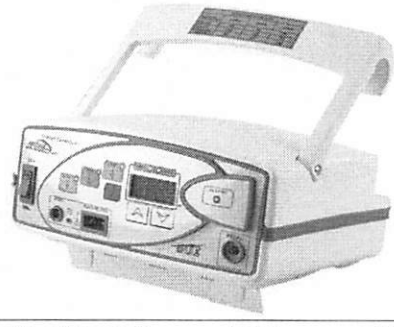
Objeto: Aquisição equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR. Segue as especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	UN	OBJETO	CATMAT	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	UN	SELADORA HOSPITALAR PAPEL GRAU CIRURGICO AUTOMÁTICA HORIZONTAL, de esteira, ideal para selagem de papel grau cirúrgico e filme bilaminado nas versões analógicas e/ou digitais; Temperatura programável até 300º C; Velocidade de selagem de 10 metros por minutos; Espessura de selagem de 13 mm; Comando de aquecimento e motor independente. Especificações Seladora específica para rolos de papel grau-cirúrgico e filme bilaminado; Possui temperatura de selagem programável; Espessura de selagem de mínimo 13 mm conforme normas internacionais; Selagem rápida e eficiente; Comando de aquecimento e acionamento do motor independente; Velocidade de selagem de 10 metros por minuto. Garantia: 1 ano. Largura da Solda: aproximadamente 13 mm; Procedência: Brasil; Potência: 280 Watts;	306486	01	R$ 4.990,00	R$ 4.990,00

006054

		C; Voltagem: 220 V- 60 Hz; Assistência Técnica garantida Garantia: 1 ano; Certificado de calibração térmica RDC 15 Anvisa seção III Resistência em conformidade com norma ABNT 14990-9 MODELO DE REFERÊNCIA: Marca: Selapack; 				
02	UN	ESTADIOMETRO Tipo: Régua Material: Alumínio Anodizado Escala Graduação: 1 METRO C/ Escala Métrica - Mm E Cm Componente: Desmontável, C/ Cursor Deslizante Adicional: C/ Base Plástica P/ Pés, portátil	442930	01	R$ 500,00	R$ 500,00
03	UN	DESFIBRILADOR AUTOMÁTICO DEA DESFIBRILADOR DEA, externo automático, até 250 choques autonomia da bateria; e 2 pares de eletrodos (adultos e pediátrico) cada. Operação com botão único: Inteligência artificial: diagnóstico acurado das condições do paciente, indicando ou não a aplicação do choque e impedindo o uso acidental. Compacto: 225 x 225 x 69 mm e peso entre 1,2 kg e 1,9 kg. Orientação por voz e por indicadores visuais na tela LCD ou LED. Choque Bifásico, IP56, Gravação de eventos e som ambiente para posterior análise, Display LCD de 4,3" com visualização de ECG, BPM, cronômetro de RCP e indicação de nível de bateria Autodiagnóstico de funções e	615328	01	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00

		bateria ,Software de conexão, download e gerenciamento de dados via PC (conexão USB), Baterias recarregáveis Cabo de ECG de 3 vias, Dispositivo de feedback para realização da manobra RCP (RCP Maestro) reutilizável, Bolsa funcional que permite a utilização do equipamento sem sua retirada, Acesso fácil às pás para uso e reposição. Resistente a quedas.				
04	UN	BISTURI ELETRICO mínimo 100W, função bipolar 1 Cabo de placa neutra 1 Pedal simples 1 Caneta padrão de baixa 1 Placa neutra em inox (150x100x0,5mm) 1 Cabo de força 1 Eletrodo tipo agulha (85mm) 1 Eletrodo tipo agulha de depilação (66mm) 1 Eletrodo tipo alça pequena (Ø= 4,5mm) 1 Eletrodo tipo bola (Ø= 2,1mm) 1 Eletrodo tipo bola (Ø= 4,2mm) 1 Eletrodo tipo faca reta pequena (67mm) 1 Manual do usuário 1 Certificado de garantia Modelo: Radiofrequência Modo De Operação Monopolar: Monopolar Potência Máxima Corte Monopolar: De 100 A 150 W Tipo De Coagulação: Coagulação, Spray E Fulguração Tipo De Corte: Corte Puro E No Mínimo 3 Mistos Modo De Operação: Bipolar, Micro E Macro Outros Componentes: Alarme, Memória Compatibilidade: Compatível C/ Coagulador Argônio Modelo referência: Emai digital	470959	01	R$ 10.500,00	R$ 10.500,00

						
05	UN	CILINDRO DE GASES MEDICINAIS CILINDRO DE GASES MEDICINAIS, oxigênio, Conjunto portátil para oxigenoterapia contendo: cilindro metálico para acondicionamento de oxigênio medicinal, com capacidade hidráulica de 7 litros e 1,0m³, tipo G. Dotado de válvula de segurança para enchimento e abertura, conexão padrão standard; deve ser fornecido regulador de pressão adaptado a manômetro de carga e regulagem de pressão, além de fluxômetro, com régua graduada e acionamento por válvula Montado em suporte próprio, que permita transporte e adequada fixação ao solo e estabilização durante o transporte.	288079	02	R$ 1.500,00	R$ 3.000,00
06	UN	REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIÁTRICO (AMBU) Reanimador manual, INFANTIL, em silicone com reservatório, completo. Composto por: balão em silicone transparente (reanimador) de no mínimo 500 ml, máscara facial em silicone, conexão, válvula unidirecional, tubo de oxigênio (extensão) e bolsa reservatório.	456407	02	R$ 150,00	R$ 300,00
07	UN	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU) Reanimador manual, ADULTO, em silicone com	456408	02	R$ 200,00	R$ 400,00

		reservatório, completo. Composto por: balão em silicone transparente (reanimador) de no mínimo 1600 ml, máscara facial em silicone, conexão, válvula unidirecional, tubo de oxigênio (extensão) e bolsa reservatório				
08	UN	ESFIGNOMANÔMETRO ADULTO Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Tipo Fecho: Fecho Em Velcro Tamanho: Adulto Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO	434825	05	R$ 150,00	R$ 750,00
09	UN	ESFIGNOMANÔMETRO OBESO Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO Ajuste: Analógico, aneroide Tipo*: De Braço Faixa De Operação: Até 300 MMHG Material Braçadeira: Braçadeira Em Nylon	432481	01	R$ 200,00	R$ 200,00
10	UN	ESFIGNOMANÔMETRO INFANTIL Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Fecho Em Metal Tamanho: Infantil Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO	432475	01	R$ 180,00	R$ 180,00

11	UN	LAVADORA ULTRASSONICA ATÉ 15 LITROS Painel em policarbonato com indicação de funções, chave liga/desliga e chave de acionamento para aquecimento, com indicador luminoso. Controle de tempo de trabalho indicado por LED para facilitar o monitoramento do processo, com função ""Pause"" que permite pausar a operação sem perder o tempo decorrido. Temporizador microprocessado digital com display de 02 dígitos. Ciclo de trabalho automático com temporizador de até 60 minutos e alarme sonoro de final de ciclo. Sistema de aquecimento através de resistência tubular blindada em aço inox AISI 304, localizada dentro da cuba, oferecendo uma limpeza eficaz. Porta fusível de segurança. Entrada e saída de água por meio de dreno lateral, com conexão para mangueira de silicone. Cuba interna em aço inox AISI 304, estampada e polida (sem emendas ou soldas). Cesto removível em aço inox perfurado proporciona maior durabilidade. Gabinete externo em chapa de aço carbono SAE 1020 com tratamento anticorrosivo e acabamento (pintura) em epóxi texturizado eletrostático. Montado sob pés de borracha. Faixa de Temperatura de Trabalho aproximadamente: 35°C - (fixo, não regulável). Frequência de trabalho: 40Khz. Tensão: Modelos até 15 Litros são Bivolt (acompanha chave seletora). Litragens superiores 110 ou 220 Volts (definir), Bifásico.	480952	01	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00

		Dimensões Internas: 20 x 24 x 30 cm Dimensões Externas: 40 x 37 x 33 cm Potência: 160 Watts Peso: 20 KG MODELO REFERENCIA:  Banho de Ultrassom / Lavadora ultrassônica com aquecimento 7Lab a 35°C - 15L - com timer bivolt				
12	UN	ARMÁRIO COM 01 PORTA E 03 PRATELEIRAS EM VIDRO. Armário Vitrine Suspenso para Parede – Uso Odontológico/Ambulatorial Armário vitrine de piso destinado ao armazenamento, organização e acondicionamento de materiais odontológicos, instrumentais, insumos e materiais ambulatoriais utilizados em Unidades Básicas de Saúde. Estrutura confeccionada em chapa de aço carbono com espessura mínima de 0,75 mm, submetida a tratamento anticorrosivo por fosfatização ou tecnologia equivalente, com acabamento em pintura eletrostática a pó epóxi ou processo equivalente, na cor branca, resistente à corrosão, abrasão e produtos utilizados em limpeza e desinfecção. Deverá possuir: 01 (uma) porta frontal em vidro temperado transparente com espessura mínima de 4 mm; Fechadura tipo cilíndrica com fornecimento mínimo de 02 chaves;	343687	05	R$ 1.800,00	R$ 9.000,00

		Laterais confeccionadas em vidro temperado transparente ou chapa de aço, mantendo visualização adequada do conteúdo interno; Mínimo de 03 (três) prateleiras internas em vidro temperado transparente, espessura mínima de 4 mm; Prateleiras removíveis e/ou com regulagem de altura; Capacidade de carga mínima de 10 kg por prateleira. Dobradiças metálicas de alta resistência; Bordas arredondadas ou acabamento sem arestas cortantes; Superfícies lisas, impermeáveis e de fácil limpeza e desinfecção; Base apoiada sobre 04 pés metálicos ou estrutura tubular em aço, de elevada resistência, com acabamento anticorrosivo; Pés dotados de ponteiras plásticas, sapatas niveladoras ou sistema equivalente, resistentes ao desgaste e que protejam o piso contra danos; Distância mínima entre a base inferior do armário e o piso de 80 mm, permitindo adequada higienização do ambiente. Dimensões aproximadas: Altura: 1.400 mm a 1.600 mm; Largura: 450 mm a 600 mm; Profundidade: 350 mm a 450 mm. Será admitida variação dimensional de ±10%, desde que não comprometa a funcionalidade do equipamento. Características complementares: Produto destinado ao uso profissional em ambiente assistencial; Estrutura resistente à oxidação e corrosão; Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação; Produto entregue montado.				

006061

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

VALOR TOTAL: R$43.820,00

VALOR TOTAL: R$43.820,00.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS.

DATA: 11 DE AGOSTO 2026.

ASSINATURA COM CARIMBO

006062

ALTERMED
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES

00.802.002/0001-02

Altermed Mat Med Hosp Ltda
Estrada Boa Esperança, 2320
Fundo Canoas Cep: 89163-554

RIO DO SUL - SC

Atendendo a sua solicitação, fornecemos a seguir nossa Proposta Comercial para sua apreciação:

Proposta Comercial Nr. 86255

Dados do Cliente:

Fundo Municipal de Saude de planalto - **04985** Fone: (
Praça Sao Francisco de Assis CNPJ/CPF 09.272.764/0001-00
PLANALTO - PR Promotor do Setor: Marcos Daniel
E-mail: faturamento@altermed.com.br Fone: (49)99186-3490
Att.Sr(a): A/C Fernanda

Seq	Código	Descrição	Qtde por CX	Qtde	U.M.	R$ Unitario	R$ Total
1	16436	SELADORA AUTOMATICA CONTINUA HORIZONTAL 220V MOD. SA800 - CETRO	1	1	UND	4.160,00	4.160,00
2	14738	ESTADIOMETRO VERTICAL PAREDE ALUMINIO 60-200CM - BALMAK	1	1	UND	475,43	475,43
		Características:					
3	18087	DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMATICO TELA LCD (DEA) LIFE 400 FUTURA - CMOS DRAKE	1	1	UND	10.400,00	10.400,00
4	17668	BISTURI ELETRONICO MEDIA CIRURGIA MODELO BP150 - EMAI	1	1	UND	10.221,83	10.221,83
5	16803	CILINDRO OXIGENIO ACO 07 LITROS 1,00 M3 - MAT	1	2	UND	1.196,97	2.393,94
6	19443	REANIMADOR MANUAL SILICONE PEDIATRICO C/RESERVATORIO - FOYOMED	1	2	UND	143,07	286,14
7	19442	REANIMADOR MANUAL SILICONE ADULTO C/RESERVATORIO - FOYOMED	1	2	UND	143,07	286,14
8	11431	ESFIGMOMANÔMETRO BRAÇ.NYLON VELCRO ADULTO - ACCUMED	1	1	UND	75,02	75,02
9	11436	ESFIGMOMANÔMETRO BRAÇ.NYLON VELCRO OBESO - ACCUMED	1	1	UND	105,50	105,50
10	11434	ESFIGMOMANÔMETRO BRAÇ.NYLON VELCRO INFANTIL - ACCUMED	1	1	UND	93,82	93,82
11	18921	LAVADORA ULTRASSONICA 15,0 LITROS - SOLIDSTEEL	1	1	UND	3.745,47	3.745,47
12	10299	ARMARIO VITRINE COM VIDRO 1 PORTA (0,50X0,40X1,50) - OLIMEDIC	1	5	UND	1.253,35	6.266,75

Valor Total da Proposta Comercial (R$): 38.510,04

FONE: +55 (47) 3520 9000
Estrada Boa Esperança, 2320 | Fundo Canoas
Cep: 89163-554 | RIO DO SUL | SC | Brasil
CNPJ 00.802.002/0001-02
IE: 25.314.899-5
altermed@altermed.com.br

www.altermed.com.br /Altermed

006063

ALTERMED
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES

00.802.002/0001-02

Altermed Mat Med Hosp Ltda
Estrada Boa Esperança, 2320
Fundo Canoas Cep: 89163-554

RIO DO SUL - SC

Atendendo a sua solicitação, fornecemos a seguir nossa Proposta Comercial para sua apreciação:

Proposta Comercial Nr. 86255

Dados do Cliente:

Fundo Municipal de Saude de planalto - **04985** Fone: (
Praça Sao Francisco de Assis CNPJ/CPF 09.272.764/0001-00
PLANALTO - PR Promotor do Setor: Marcos Daniel
E-mail: faturamento@altermed.com.br Fone: (49)99186-3490
Att.Sr(a): A/C Fernanda

Seq	Código	Descrição	Qtde por CX	Qtde	U.M.	R$ Unitario	R$ Total

Condições Gerais da Proposta:

1) (s) produto(s) acima relacionado(s) pode(rão) sofrer variação em seu(s) saldo(s) de estoque;
2) Esta proposta NÃO GARANTE ENTREGA IMEDIATA, é necessário confirmar disponibilidade de estoque no fechamento da compra;
3) Conforme RDC Anvisa, NÃO FRACIONAMOS EMBALAGENS, em caso de confirmação atentar-se a quantidade mínima da embalagem;
4) O(s) produto(s) será(ão) entregue(s) de acordo com o descrito em nossa Proposta Comercial;
5) Condição de Pagamento: 30DD
6) Frete: Incluso (Valor mínimo para faturamento R$ 900,00);
7) Prazo Entrega: A Confirmar (necessário confirmar disponibilidade de estoque);
8) Validade Proposta: 20 (VINTE DIAS) - Poderão ocorrer alterações de preços sem aviso prévio
9) Dados Bancários: CHAVE PIX, CNPJ: 00.802.002/0001-02 - CONTA CORRENTE: BANCO DO BRASIL (001) - AGÊNCIA: 0276-3 - CONTA: 30.778-5
10) Local e Data da Proposta: Rio do Sul (SC), 12/08/2026
11) Observação:

Nos colocamos a disposição para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário.

Proposta Gerada Por: Marcos

006064

Fornecedor 3877-6 VITAL PRODUTOS PARA SAÚDE **CNPJ/CPF:** 29.178.366/0001-37 **Telefone:** 4233047177 **Status** Habilitado

E- comercial@vitalps.com.br **Representante** 17837-3 CAROLINA MARCONDES THOMÉ

Nº	Descrição do Produto /	Qtde.	Unid.	Status	Marca	Modelo	Preço	Preço	Sel
Lote: 5	Lote 005								
1	38679-BALANÇA DIGITAL CORPORAL	2,00	UND	Classificado	gtech	balança digital ate	134,99	269,98	
Lote: 6	Lote 006								
1	38682-BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL 30KG	1,00	UND	Classificado	welmy	balança pediatrica	1.069,99	1.069,99	
Lote: 13	Lote 013								
1	38680-ESTADIOMETRO FIXO/PORTÁTIL ATÉ	1,00	UND	Classificado	welmy	ESTADIOMETRO	479,99	479,99	*
Lote: 21	Lote 021								
1	38681-INFANTÔMETRO PORTÁTIL	1,00	UND	Classificado	welmy	INFANTOMETRO	307,99	307,99	

Total da 2.127,95

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 153029 - UTFPR - NÚCLEO REGIONAL OESTE

PREGÃO 90016/2025

Às 12:47 horas do dia 18 de novembro do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, ADRIANA MARIA MENEGHETTI, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 23064041140202555, Pregão nº 90016/2025.

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto
Compra emergencial:	Não	UF da UASG:	PR
Objeto da compra:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de laboratório para as áreas de química, biologia, alimentos, agrárias, ambiental, engenharia civil, engenharia eletrônica, computação, mecânica, matemática, saúde e modelos didáticos, para o Núcleo Regional Oeste da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.		
Entrega de propostas:	De 16/09/2025 às 08:00 até 29/09/2025 às 08:30		
Abertura da sessão pública:	Dia 29/09/2025 às 08:30 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	29/09/2025 às 08:30:01	A sessão pública está aberta. Até 5 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 12:00 e entre 13:30 e 17:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	29/09/2025 às 08:31:17	Bom dia senhores licitantes.
Sistema	29/09/2025 às 11:58:26	Após o encerramento dos itens em andamento, este Pregão Eletrônico será suspenso para o horário de almoço.
Sistema	29/09/2025 às 12:00:36	Retornaremos com a abertura de novos itens as 13h30min.
Sistema	29/09/2025 às 15:11:08	não serão permitidas ´propostas com 4 casas após a virgula
Sistema	29/09/2025 às 15:11:25	por gentiza observar isso nos lances
Sistema	29/09/2025 às 15:11:44	pois terá que ser ajustado posteriormente
Sistema	29/09/2025 às 15:13:05	REPITO, por gentileza evitem de dar lances com 4 casas após a virgula. A proposta não será aceita.
Sistema	29/09/2025 às 16:32:06	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	29/09/2025 às 16:32:06	Esta compra é de órgão ou entidade da esfera federal, motivo pelo qual não se aplica o critério de desempate previsto no § 1ª, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021.
Sistema	29/09/2025 às 16:33:40	Senhores licitantes, informo que a convocação para o envio das propostas será iniciada amanhã, 30/09/2025 às 08h30min. Neste momento este Pregão será suspenso.
Sistema	30/09/2025 às 08:32:03	Bom dia senhore licitantes, em instantes estaremos iniciando as convocações.
Sistema	30/09/2025 às 08:32:25	Por gentileza, leiam as INSTRUÇÕES a seguir:
Sistema	30/09/2025 às 08:35:59	Senhores fornecedores classificados em primeiro lugar, iremos fazer a convocação em todos os itens, porém caso algum fornecedor tenha vencido mais de um item, solicito que façam PROPOSTA ÚNICA para todos eles.

006066

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	30/09/2025 às 08:36:48	Para os fornecedores que venceram mais de um item, a PROPOSTA ÚNICA, pode ser enviada em somente um deles.
Sistema	30/09/2025 às 08:38:02	POR GENTILEZA, REVEJAM OS SEUS LANCES E, SE FOR POSSÍVEL, FAÇAM A NEGOCIAÇÃO DOS MESMOS NA PROPOSTA QUE VOCÊS IRÃO MANDAR NO ANEXO. Conforme o valor da proposta iremos fazer a negociação no sistema posteriormente.
Sistema	30/09/2025 às 08:39:28	Ao serem convocados, os senhores devem anexar a proposta + catálogo + documentos de habilitação, conforme edital, no prazo de 2 horas, podendo ser prorrogado por mais 2 horas, se for solicitado no chat dentro do prazo.
Sistema	30/09/2025 às 08:39:52	Por gentileza, observar os documentos de habilitação solicitados no edital.
Sistema	30/09/2025 às 08:40:29	Considera-se como CATÁLOGO: Documentação oficial do fabricante que comprove a especificação técnica detalhada do objeto ofertado. Considera-se documentação oficial do fabricante: ficha técnica, catálogo, folder, certificado, manual ou outro documento técnico elaborado pelo fabricante que viabilize a análise das especificações do objeto ofertado;
Sistema	30/09/2025 às 08:40:50	ou, ainda, documento extraído de consulta realizada pela internet na página oficial do fabricante (podendo ser indicado o endereço eletrônico do fabricante onde conste a informação solicitada).
Sistema	30/09/2025 às 08:42:01	O não envio dos documentos provocará a apuração do evento e provável sanção. Caso queiram desistir de algum item, por gentileza, solicitem a desistência no chat, nesse caso não será notificado para apuração da sanção.
Sistema	30/09/2025 às 09:32:42	Senhores licitantes, terminamos a primeira convocação. Para os itens em que os fornecedores pediram desistência, a ´convocação dos segundos colocados será hoje, 30/09/2025, a partir das 13h30min.
Sistema	30/09/2025 às 11:40:24	Senhores licitantes, às 12h se encerra o prazo para o envio das propostas.
Sistema	30/09/2025 às 11:41:07	Para as empresas que não enviarem chamaremos o segundo colocado hoje 30/09/2025, a partir das 13h30 min.
Sistema	30/09/2025 às 13:34:45	Boa tarde senhores licitantes.
Sistema	30/09/2025 às 13:35:15	Iniciaremos as convocações em instantes.
Sistema	30/09/2025 às 13:42:26	Senhores licitantes, qualquer problema no sistema para anexar ou responder no chat, favor enviar mensagem no email demap-sh@utfpr.edu.br, antes das 17h. PAra aqueles que enviaram mensagem aqui no chat, iremos abrir novamente a convocação.
Sistema	30/09/2025 às 13:45:40	Informo que o compras.gov está instável.
Sistema	30/09/2025 às 14:24:06	Senhores licitantes irei começar a conferência das propostas já enviadas. Novas convocações, diligências, informações a partir de amanhã, 01/10/2025, às 09h00min. A partir de agora nenhum procedimento será realizado. Solicito que amanhã estejam conectados.
Sistema	01/10/2025 às 08:55:52	Bom dia senhores licitantes. Ainda não conseguimos conferir e salvar todas as propostas. Então não iremos fazer convocações agora na parte de manhã. Faremos a tarde a partir das 14h, solicito que estejam online e atentos neste momento.
Sistema	01/10/2025 às 13:17:37	boa tarde senhores licitante, iremos adiantar as convocações, porém deixaremos até as 17h aberto para o envio. Por gentileza respondam todas as convocações. Obrigada.
Sistema	02/10/2025 às 08:07:50	Bom dia senhores licitantes.
Sistema	02/10/2025 às 08:08:32	Informo que novas convocações serão realizadas a partir das 09h00min de hoje 02/10/2025.
Sistema	03/10/2025 às 08:34:31	Bom dia senhores licitantes. Informo que as propostas foram encaminhadas aos setores requisitantes e estão sendo analisadas. Portanto retornaremos com solicitações e informações na segunda feira dia 06/10/2025 a partir das 09h00min.
Sistema	06/10/2025 às 08:32:06	Bom dia senhores licitantes.
Sistema	06/10/2025 às 08:33:38	A partir das 09h00min iremos solicitar dúvidas dos requisitantes sobre os itens, é obrigatório responder os questionamentos sob pena de desclassificação. O prazo de resposta será até as 12h00 de hoje.

006067

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	06/10/2025 às 08:34:35	Também serão feitas convocações dos próximos colocados de itens que não foram aceitos. E documentos complementares.
Sistema	06/10/2025 às 08:35:02	Então é imprescíndivel que estejam conectados a partir das 09h00min.
Sistema	06/10/2025 às 11:08:44	Senhores licitantes, continuaremos a tarde a partir das 14h de hoje 06/10/2025 com mais procedimentos. Ficaremos no aguardo daqueles já solicitados.
Sistema	07/10/2025 às 08:31:16	Bom dia senhores licitantes.
Sistema	07/10/2025 às 08:32:55	Para os licitantes que solicitaram prorrogação do prazo de abertura de convocação esterei fazendo a partir de agora. Não consegui acessar o compras.gov ontem depois das 17h.
Sistema	07/10/2025 às 09:14:04	Senhores licitantes, não iremos fazer nenhum procedimento neste Pregão Eletrônico na parte da tarde. Portanto a partir de agora iremos estender o prazo de envio de propostas até as 18h de hoje.
Sistema	08/10/2025 às 11:27:15	bom dia senhores licitantes
Sistema	08/10/2025 às 11:27:38	O compras.gov estava sem acesso até a poucos minutos
Sistema	08/10/2025 às 11:28:04	Informo que estaremos iniciando novas convocações a partir das 13h de hoje 08/10/2025.
Sistema	08/10/2025 às 11:31:10	O prazo será dado até as 18h, devido aos problemas de instabilidade do compras.gov. Se tiverem qualquer problema mandei email para demap-sh@utfpr.edu.br
Sistema	08/10/2025 às 11:31:39	Farei algumas convocações neste momento, mas o prazo será até 18h
Sistema	09/10/2025 às 12:56:33	boa tarde senhores licitantes
Sistema	09/10/2025 às 12:57:00	informo que a partir das 13h30min estaremos realizando novas convocações
Sistema	09/10/2025 às 12:58:12	que terão prazo até as 18h de hoje, 09/10/2025, aproveito e já informo que no dia de amanhã 10/10/2025, não serão realizados nenhum procedimento, retornando segunda feira dia 13/10/2025 a partir das 09h00min
Sistema	13/10/2025 às 08:58:18	Bom dia senhores licitantes.
Sistema	13/10/2025 às 08:58:36	Em instantes iremos fazer novas convocações.
Sistema	13/10/2025 às 08:59:26	É importante acompanhar esse Pregão Eletrônico, entrando no mínimo uma vez ao dia.
Sistema	14/10/2025 às 08:58:54	Bom dia senhores licitantes, em instantes daremos continuidade a este Pregão Eletrônico com novas convocações.
Sistema	14/10/2025 às 09:01:20	Informo que em relação ao item 3, tivemos que fazer uma correção e aceitar a proposta da empresa 2M - COMERCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA, pois o requisitante fez a análise da proposta erroneamente. Vamos retificar quando fizermos a aceitação das propostas.
Sistema	16/10/2025 às 08:01:08	Bom dia senhores licitantes.
Sistema	16/10/2025 às 08:01:33	Estaremos fazendo novas convocações a partir de agora com prazo até as 18h.
Sistema	22/10/2025 às 09:31:32	Bom dia senhores licitantes
Sistema	22/10/2025 às 09:31:59	Iremos convocar para novas propostas somente na parte da tarde de hoje
Sistema	04/11/2025 às 10:32:35	Senhores licitantes, informo que amanhã a partir das 09h iremos iniciar a aceitação dos itens já aceitos pelos requisitante. Após a aceitação de cada item será aberto prazo para intenção de recurso.
Sistema	05/11/2025 às 09:00:11	Bom dia
Sistema	05/11/2025 às 09:00:37	Conforme avisado antecipadamente iremos fazer a aceitação de alguns itens a partir de agora
Sistema	05/11/2025 às 10:33:00	Senhores licitantes amanhã continuaremos com a aceitação do restante dos itens. A partir das 09h.
Sistema	10/11/2025 às 13:29:12	Boa tarde senhores licitantes
Sistema	10/11/2025 às 13:29:59	Informo que amanhã, a partir das 09h iremos fazer a aceitação do restante dos itens. E logo após será aberto para a intenção de recurso.

006068

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/11/2025 às 09:03:14	Bom dia senhores licitantes
Sistema	11/11/2025 às 09:03:54	Iremos dar continuidade com a aceitação do restante dos itens. Após cada item o sistema abre automaticamente a intenção de recurso.
Sistema	11/11/2025 às 09:06:21	Alguns itens ainda necessitam de negociação, então, fiquem atentos para aceita-la

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
29/09/2025 às 08:30:01	Abertura da sessão pública
29/09/2025 às 16:32:02	Início da etapa de julgamento de propostas

006069

Item 66 - Desfibrilador externo

Desfibrilador Externo Modelo: Desfibrilador Externo Automático - Dea, Modo De Funcionamento: Semiautomático, Forma De Onda: Retilíneo Bifásico, Recursos: Registro De Eventos Pcr, Autonomia Da Bateria (Nª De Choques): Mínimo 60 Choques, Alimentação: Bateria Recarregável, Transferência De Dados: Com E Sem Fio

Quantidade:	2	Valor estimado:	R$ 8.846,7500 (unitário)
Unidade de fornecimento:	Unidade		R$ 17.693,5000 (total)
		Situação:	Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento:	Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP:	Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		

Adjudicado e Homologado por CPF ***.601.***-*0 - ADRIANA MARIA MENEGHETTI para REMACHINE COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 07.276.310/0001-82, melhor lance: R$ 8.800,0000 (unitário) / R$ 17.600,0000 (total)

Propostas do Item 66

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
22.540.455/0001-32 - E P B LONDRINA COMERCIO E IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR LTDA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PR	R$ 8.700,0000 (unitário) R$ 17.400,0000 (total)	Proposta desclassificada
Marca/Fabricante: RENASCER Modelo/versão: DEA ION LED Valor proposta: R$ 8.846,0000 (unitário) R$ 17.692,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2		
59.131.363/0001-09 - IX MEDICAL LTDA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PR	R$ 8.613,0000 (unitário) R$ 17.226,0000 (total)	Proposta desclassificada
Marca/Fabricante: INSTRAMED Modelo/versão: I.ON Valor proposta: R$ 8.846,7500 (unitário) R$ 17.693,5000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2		
40.243.279/0001-59 - JESSICA ULLY MARTINS DE SOUZA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 9.000,0000 (unitário) R$ 18.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: amoul Modelo/versão: i3 Valor proposta: R$ 9.000,0000 (unitário) R$ 18.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2		

0006070

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
51.338.619/0001-41 - MANPRIME SOLUCOES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RJ	R$ 8.846,7500 (unitário) R$ 17.693,5000 (total)	-
Marca/Fabricante: SIMILAR Modelo/versão: SIMILAR Valor proposta: R$ 8.846,7500 (unitário) R$ 17.693,5000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2		
55.649.447/0001-88 - PRODUCTS & SERVICES ONLINE LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 8.840,0000 (unitário) R$ 17.680,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: GENERIC Modelo/versão: GENERIC Valor proposta: R$ 8.840,0000 (unitário) R$ 17.680,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2		
07.276.310/0001-82 - REMACHINE COMERCIO E SERVICOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 8.800,0000 (unitário) R$ 17.600,0000 (total)	Proposta adjudicada
Marca/Fabricante: CMOSDRAKE Modelo/versão: Cmosdrake Valor proposta: R$ 8.800,0000 (unitário) R$ 17.600,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2		
38.482.591/0001-53 - SKYLAB COMERCIAL HOSPITALAR LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: RJ	R$ 100.000,0000 (unitário) R$ 200.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: stra med Modelo/versão: stra med Valor proposta: R$ 100.000,0000 (unitário) R$ 200.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2		

Lances do Item 66

Data/hora	Participante	Lance
29/09/2025 às 11:29:39	22.540.455/0001-32	R$ 8.700,0000
29/09/2025 às 11:31:42	59.131.363/0001-09	R$ 8.613,0000

Mensagens do chat do Item 66

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	29/09/2025 às 11:23:37	O item 66 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	29/09/2025 às 11:33:43	O item 66 está encerrado.
Sistema para o participante 59.131.363/0001-09	30/09/2025 às 09:04:53	Sr. Fornecedor IX MEDICAL LTDA, CNPJ 59.131.363/0001-09, você foi convocado para enviar anexos para o item 66. Prazo para encerrar o envio: 12:00:00 do dia 30/09/2025. Justificativa: SOLICITO O ENVIO DA PROPOSTA+CATÁLOGO+HABILITAÇÃO.

006071

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Pelo participante 59.131.363/0001-09	30/09/2025 às 09:09:39	O item 66 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 09:09:39 de 30/09/2025. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor IX MEDICAL LTDA, CNPJ 59.131.363/0001-09.
Sistema para o participante 22.540.455/0001-32	06/10/2025 às 10:29:39	Sr. Fornecedor E P B LONDRINA COMERCIO E IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR LTDA, CNPJ 22.540.455/0001-32, você foi convocado para enviar anexos para o item 66. Prazo para encerrar o envio: 12:30:00 do dia 06/10/2025. Justificativa: Solicito o envio da proposta + catálogo + habilitação..
Sistema para o participante 22.540.455/0001-32	06/10/2025 às 12:30:00	O item 66 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:30:00 de 06/10/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor E P B LONDRINA COMERCIO E IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR LTDA, CNPJ 22.540.455/0001-32.
Sistema para o participante 07.276.310/0001-82	06/10/2025 às 13:54:01	Sr. Fornecedor REMACHINE COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 07.276.310/0001-82, você foi convocado para enviar anexos para o item 66. Prazo para encerrar o envio: 17:00:00 do dia 06/10/2025. Justificativa: Solicito o envio da proposta + catálogo + habilitação.
Sistema para o participante 07.276.310/0001-82	06/10/2025 às 17:00:03	O item 66 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 17:00:03 de 06/10/2025. 4 anexos foram enviados pelo fornecedor REMACHINE COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 07.276.310/0001-82.
Sistema	11/11/2025 às 09:25:52	O item 66 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 11/11/2025 09:35:52.
Sistema	11/11/2025 às 10:33:18	O item 66 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 11/11/2025 10:43:18.

Eventos do Item 66

Data/Hora	Descrição
30/09/2025 às 09:04:53	Fornecedor IX MEDICAL LTDA, CNPJ 59.131.363/0001-09 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 12:00:00 do dia 30/09/2025. Justificativa: SOLICITO O ENVIO DA PROPOSTA+CATÁLOGO+HABILITAÇÃO.
30/09/2025 às 09:09:39	Fornecedor IX MEDICAL LTDA, CNPJ 59.131.363/0001-09 finalizou o envio de anexo.
06/10/2025 às 10:29:39	Fornecedor E P B LONDRINA COMERCIO E IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR LTDA, CNPJ 22.540.455/0001-32 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 12:30:00 do dia 06/10/2025. Justificativa: Solicito o envio da proposta + catálogo + habilitação..
06/10/2025 às 13:54:01	Fornecedor REMACHINE COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 07.276.310/0001-82 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 17:00:00 do dia 06/10/2025. Justificativa: Solicito o envio da proposta + catálogo + habilitação.
18/11/2025 às 12:47:50	Fornecedor REMACHINE COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 07.276.310/0001-82 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 8.800,0000.
18/11/2025 às 12:47:53	Item homologado.

Fase Recursal do Item/Grupo *

* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

006072

Sessão 1

Prazos:

Intenção de recurso no julgamento:	11/11/2025 09:35:52
Intenção de recurso na habilitação:	11/11/2025 10:43:18

006073

pncp.gov.br/app/editais/76105618000188/2026/113

Whatsapp | LICITAÇÃO 2026 - K... | Pesquisa de Preços... | Município de Planal... | Todos os favoritos

Portal Nacional de Contratações Públicas

Id contratação PNCP: 76105618000188-1-000113/2026 Fonte: IPM Sistemas

Item nº 1

Descrição: BISTURI ELéTRICO (ATé 150 W) - O BISTURI ELETRôNICO MODELO BP-150S é UM EQUIPAMENTO MICROCONTROLADO (CONTROLE INTERNO DIGITAL), DESENVOLVIDO PARA SER UTILIZADO EM DIVERSOS TIPOS DE CIRURGIA. POSSUI CIRCUITO MONOPOLAR COM CORTE PURO, BLEND 1, BLEND 2, BLEND 3 E BIPOLAR COM CORTE PURO, BLEND 1, BLEND 2, BLEND 3, OFERENCENDO ASSIM 8 TIPOS DE CORRENTES PARA USO EM ELETROCIRURGIA. CONTROLES SUAVE, LINEAR E INDEPENDENTES PARA OS MODO BIPOLAR E MONOPOLAR. CONTROLE DE POTêNCIA LINEAR E INDEPENDENTES PARA CORTE, E BIPOLAR; SINALIZAçãO AUDIOVISUAL: ALARME DE SEGURANçA QUE BLOQUEIA TODOS OS CIRCUITOS EM CASO DE ROMPIMENTO DA PLACA NEUTRA E SOBREPOTêNCIA DE SAíDA; SAíDAS BIPOLARES TOTALMENTE ISOLADA; REGULAçãO DA REDE - 20% OU 10W - (QUAL FOR O MAIOR); PEDAL CONTRA PENETRAçãO NOCIVA DE áGUA: IPX-08. POTêNCIAS MONOPOLAR: CORTE: 150W - CARGA 300 OHMS; BLEND 1: 100W - CARGA 300 OHMS; BLEND 2: 75W - CARGA 300 OHMS; BLEND 3: 23W - CARGA 300 OHMS. POTêNCIAS BIPOLAR: CORTE: 70W - CARGA 100 OHMS; BLEND 1: 50W - CARGA 100 OHMS; BLEND 2: 30W - CARGA 100 OHMS; BLEND 3: 20W - CARGA 100 OHMS. ESPEC. AMBIENTAL: TEMPERATURA DE OPERAçãO: 0 A 50°C UMIDADE RELATIVA: 15 A 90% (OPERAçãO) 10 A 90% (ARMAZENAMENTO) O BISTURI ELETRôNICO MODELO BP-150S é UM EQUIPAMENTO MICROCONTROLADO (CONTROLE INTERNO DIGITAL), DESENVOLVIDO PARA SER UTILIZADO EM DIVERSOS TIPOS DE CIRURGIA. POSSUI CIRCUITO MONOPOLAR COM CORTE PURO, BLEND 1, BLEND 2, BLEND 3 E BIPOLAR COM CORTE PURO, BLEND 1, BLEND 2, BLEND 3, OFERENCENDO ASSIM 8 TIPOS DE CORRENTES PARA USO EM ELETROCIRURGIA. CONTROLES SUAVE, LINEAR E INDEPENDENTES PARA OS MODO BIPOLAR E MONOPOLAR. ALTURA: 14,4 CM; LARGURA: 23,0 CM; PROFUNDIDADE: 23,5 CM; PESO: 3,5 KG.

Critério de julgamento: Não se aplica **Situação:** Homologado **Tipo:** Material **Categoria do item de leilão:** Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Não se aplica **Margem de preferência normal:** Não **Margem de preferência adicional:** Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 4 **Unidade de medida:** UNIDADE (UNID) **Valor unitário estimado:** R$ 13.171,35 **Valor total estimado:** R$ 52.685,40

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 13/03/2026 **Situação:** Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 34.237.336/0001-94 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome ou razão social do fornecedor: MINAS INDUSTRIA DE MOVEIS HOSPITALAR LTDA

MAIOR); PEDAL CONTRA PENETRAçãO NOCIVA DE áGUA: IPX-08.
POTêNCIAS MONOPOLAR: CORTE: 150W - CARGA 300 OHMS; BLEND
1: 100W - CARGA 300 OHMS; BLEND 2: 75W - CARGA 300 OHMS.

29°C Ensolarado | Pesquisar | POR PTB2 | 11:22 17/08/2026

0007

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 135/2026

PREGÃO ELETRONICO Nº 024/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2026

O **MUNICÍPIO DE CONTENDA,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.105.519/000104, com endereço Av João Franco, Centro, Contenda, Paraná, representado por seu Prefeito Municipal Sr. Antônio Adamir Digner, brasileiro, casado, CPF/MF sob o nº 660.952.049-68, portador da Carteira de Identidade sob o nº 4.638.701-5, a seguir denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **SILVIO VIGIDO, CNPJ nº 21.276.825/0001-03**, com sede na Av. Deputado Emilio Carlos n°1384 – Cep: 02.720-100 na cidade de São Paulo/Estado de São Paulo, Telefone (11) 3932-6540 (11) 3932-6550, endereço eletrônico e-mail silviovigido@outlook.com, representada pelo(a) Senhor(a) SILVIO VIGIDO, portador do RG sob o nº 22.654.095-9 e CPF sob o nº 264.026.208-40, a seguir denominado **CONTRATADA**, celebram entre si o presente contrato, decorrente do processo de licitação Pregão Eletrônico Nº 024/2026, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e cláusulas estipuladas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. O objeto do presente instrumento é **aquisição de equipamentos médico-hospitalares, mobiliários e tecnológicos destinados às unidades de saúde do Município de Contenda**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MENSAL (R$)	VALOR TOTAL (R$)
3	Cilindro de Gases Medicinais: Cilindro destinado ao armazenamento e transporte de oxigênio medicinal, com capacidade aproximada de 7 m³, fabricado em aço ou liga metálica de alta resistência, próprio para uso em unidades de saúde e atendimento pré-hospitalar. Deve possuir válvula compatível com oxigênio medicinal, sistema de vedação seguro, identificação padronizada do conteúdo, pintura conforme normas vigentes e teste hidrostático dentro do prazo de validade. O equipamento deve atender às normas técnicas e regulamentações aplicáveis, incluindo as exigências da ANVISA e demais órgãos competentes, garantindo segurança, durabilidade e	UND	8	R$ 1.470,00	R$ 11.760,00

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://contenda.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=2a63c5da-e902-43d9-a7d1-c0a30a4e9fc0

006079

	confiabilidade no uso assistencial. Marca: MATSA Modelo: CILINDRO				

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto da presente, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, Pregão Eletrônico 024/2026 e a Proposta do Contratado.

2.2 Os documentos acima referidos são considerados suficientes para, em complemento a estes Contratos, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1 O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do(a) assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

3.2 A execução da presente contratação terá o período de 90 (noventa) dias, o qual poderá ser prorrogado, mediante acordo entre as partes, por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a Administração, respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.2.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.2.2 Prazo de Entrega: 30 (trinta) dias após emissão da nota de empenho

3.2.3 O produto a ser entregue deverá estar em conformidade com o que foi solicitado no edital.

3. CLÁUSULA QUARTA– MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4. **4.1** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, constante do Edital.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

6.1 Pela aquisição do produto, objeto ora contratado, a Contratante pagará a Contratada, o valor de **R$ 11.760,00 (onze mil, setecentos e sessenta reais)** após a entrega do produto.

6.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://contenda.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=2a63c5da-e902-43d9-a7d1-c0a30a4e9fc0

Avenida João Franco, 400 Centro – Contenda/PR
(41) 3625-1212 administracao@contenda.pr

006076

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, referente às aquisições solicitadas pelo departamento de compras desta municipalidade e atestadas pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.

7.2 Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

7.3 O pagamento será efetuado por meio de deposito bancário.

7.4 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo **CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

I = (TX / 100) / 365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

8.1 Os preços registrados poderão ser REAJUSTADOS, para mais ou para menos, com base na variação o anual do IPCA – (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 (doze) MESES, contados da data da coleta estimada pela Contratante

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 São obrigações do Contratante:

9.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.6 Fica nomeado como Gestor deste contrato, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o Srª Juliano Jean Silva SMS

9.7 Fica nomeado como Fiscal Geral deste contrato, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o Sr. Sandra Terezinha Olech Ribeiro.

9.8 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.9 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Avenida João Franco, 400 Centro – Contenda/PR
(41) 3625-1212 administracao@contenda.pr

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://contenda.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=2a63c5da-e902-43d9-a7d1-c0a30a4e9fc0

006077

9.10 Cientificar o órgão de representação judicial Procuradoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.11 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2 *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

10.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.8 O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://contenda.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=2a63c5da-e902-43d9-a7d1-c0a30a4e9fc0

Proc. 078

10.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.18 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.19 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021**, o contratado que:**

12.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.9 praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.11 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://contenda.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=2a63c5da-e902-43d9-a7d1-c0a30a4e9fc0

006079

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1 **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 12.1.2 à 12.1.7 do item acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 12.1.8 à 12.1.11 do item acima deste Contrato, bem como nos itens 12.1.2 à 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3 **Multa:**

12.3.1 Compensatória:

12.3.1.1 No caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;

12.3.1.2 No caso de reincidência, ou quando a inexecução parcial também caracterizar abandono da execução do contrato, será aplicada multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da parte inadimplida.

12.3.1.3 No caso de inexecução total, a multa aplicada será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

12.3.1.4 No caso de atraso injustificado, 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, a partir de quando será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

12.3.1.5 No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias.

12.3.1.6 A fixação das multas compensatórias referidas não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.

12.3.1.7 O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida à CONTRATADA.

12.3.1.8 Se o valor da fatura for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.4 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.5 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.6 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.6.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Avenida João Franco, 400 Centro – Contenda/PR
(41) 3625-1212 administracao@contenda.pr

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://contenda.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=2a63c5da-e902-43d9-a7d1-c0a30a4e9fc0

12.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.2 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.3 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3 Indenizações e multas.

13.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Avenida João Franco, 400 Centro – Contenda/PR
(41) 3625-1212 administracao@contenda.pr

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://contenda.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=2a63c5da-e902-43d9-a7d1-c0a30a4e9fc0

13.7 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 Os pagamentos decorrentes do objeto do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Contenda/Pr, dos recursos da dotação orçamentária em anexo:

MUNICIPIO DE CONTENDA
CNPJ : 76.105.519\0001-04
Estado do Paraná
- CEP: 83.730-000 (41) 3625-1212

NOTA DE RESERVA DE DOTAÇÃO

Nº : 4138 **Data:** 13/04/2026

Reduzido 518
Dotação: 07.003.10.301.0019.2.043.4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Orgão: 07 - SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 07003 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Funcao: 10 - SAUDE
SubFuncao: 301 - ATENCAO BASICA
Prog. Trabalho: 0019 - PROGRAMA GERAL A SAUDE
Projeto/Ativ 2043 - MANUTENCAO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE
Natureza Desp.: 4.4.90.52.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
F. de Recurso: 3501 - Receitas de Alienações de Ativos - superávit
Tipo de Bloq.: Valor

Orçado Atualizado	Saldo Anterior	Valor Reservado	Saldo Disponivel
4.000,00	30.664,98	26.561,72	4.103,26

Histórico: 126 - Reserva de Dotação - Aquisição de equipamentos médico-hospitalares, mobiliários e tecnológicos destinados às unidades de saúde do Município de Contenda resolução SESA 1364/2025.
Processo 1055-2026.

Reduzido 518
Dotação: 07.003.10.301.0019.2.043.4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Orgão: 07 - SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 07003 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Funcao: 10 - SAUDE
SubFuncao: 301 - ATENCAO BASICA
Prog. Trabalho: 0019 - PROGRAMA GERAL A SAUDE
Projeto/Ativ 2043 - MANUTENCAO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE
Natureza Desp.: 4.4.90.52.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
F. de Recurso: 35181 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - 2021 - superávit
Tipo de Bloq.: Valor

Orçado Atualizado	Saldo Anterior	Valor Reservado	Saldo Disponivel
4.000,00	304.103,26	300.000,00	4.103,26

Histórico: 126 - Reserva de Dotação - Aquisição de equipamentos médico-hospitalares, mobiliários e tecnológicos destinados às unidades de saúde do Município de Contenda resolução SESA 1364/2025.
Processo 1055-2026.

Assinado por:
Lidia Jasgas
13/04/2026 - 15:28
70UPHWFKRIQUKKNCQC1VXA

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://contenda.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=2a63c5da-e902-43d9-a7d1-c0a30a4e9fc0

006082

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca da Lapa para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Contenda, 09 de julho de 2026

Assinado por:
Antônio Digner
17/07/2026 - 10:59
31SEWFMZR2QCQXNHHIPBPQ

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

SILVIO VIGIDO:21276825000103
Assinado de forma digital por SILVIO VIGIDO:21276825000103
Dados: 2026.07.16 11:40:17 -03'00'

SILVIO VIGIDO
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- Assinado por:
Maynara Cordeiro
17/07/2026 - 10:56
LZZIVNV3Q4YUCMZO4EQNEG

2- Assinado por:
Alana Mazur dos Anjos
17/07/2026 - 10:58
WD29IGCCQQ2NT4W44FSIHG

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://contenda.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=2a63c5da-e902-43d9-a7d1-c0a30a4e9f60

096083

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 135/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 135/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2026
OBJETO: Aquisição de equipamentos médico-hospitalares, mobiliários e tecnológicos destinados às unidades de saúde do Município de Contenda
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:07.003.10.301.0019.2.043.4.4.90.52.00.00-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
VALOR: R$ 11.760,00 (onze mil, setecentos e sessenta reais)
CONTRATADA: SILVIO VIGIDO, CNPJ nº 21.276.825/0001-03,
VIGÊNCIA: 03 MESES
EXECUÇÃO: 03 MESES
DATA: 09/07/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:2D717CB1

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 17/07/2026. Edição 3575
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech
Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://contenda.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=2a63c50a-e902-43d9-a7d1-c0a30a4e9fc0

006084

pncp.gov.br/app/editais/76911676000107/2025/198

Whatsapp | LICITAÇÃO 2026 - K... | Pesquisa de Preços... | Município de Planal... | Todos os favoritos

Portal Nacional de Contratações Públicas — Buscar no PNCP — Entrar

5 CARDIOVERSOR 1 R$ 27.017,00 R$ 27.017,00

Item nº 12

Descrição: REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIATRICO AMBU

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Material **Categoria do item de leilão:** Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Participação exclusiva para ME/EPP **Margem de preferência normal:** Não **Margem de preferência adicional:** Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 11 **Unidade de medida:** UNI **Valor unitário estimado:** R$ 291,50 **Valor total estimado:** R$ 3.206,50

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 23/09/2025 **Situação:** Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 24.864.422/0001-73 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome ou razão social do fornecedor: C E C IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA

Reserva/Remanescente: Não se aplica **Indicador de subcontratação:** Não **Porte da empresa:** ME **Código do país:** BRA

Uso da margem de preferência: Não **Uso do benefício ME/EPP:** Não **Uso do critério de desempate:** Não

Quantidade homologada: 11 **Valor unitário homologado:** R$ 130,00 **Valor total homologado:** R$ 1.430,00

Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 55,4031%

estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

32°C Ensolarado — Pesquisar — POR PTB2 — 14:56 17/08/2026

0080

pncp.gov.br/app/editais/76911676000107/2025/198

Whatsapp | LICITAÇÃO 2026 - K... | Pesquisa de Preços... | Município de Planal... | Todos os favoritos

Portal Nacional de Contratações Públicas — Buscar no PNCP — Entrar

5	CARDIOVERSOR	1	R$ 27.017,00	R$ 27.017,00	

Item nº 13

Descrição: REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO AMBU

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Material **Categoria do item de leilão:** Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Participação exclusiva para ME/EPP **Margem de preferência normal:** Não **Margem de preferência adicional:** Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 10 **Unidade de medida:** UNI **Valor unitário estimado:** R$ 331,85 **Valor total estimado:** R$ 3.318,50

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 23/09/2025 **Situação:** Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 24.864.422/0001-73 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome ou razão social do fornecedor: C E C IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA

Reserva/Remanescente: Não se aplica **Indicador de subcontratação:** Não **Porte da empresa:** ME **Código do país:** BRA

Uso da margem de preferência: Não **Uso do benefício ME/EPP:** Não **Uso do critério de desempate:** Não

Quantidade homologada: 10 **Valor unitário homologado:** R$ 130,00 **Valor total homologado:** R$ 1.300,00

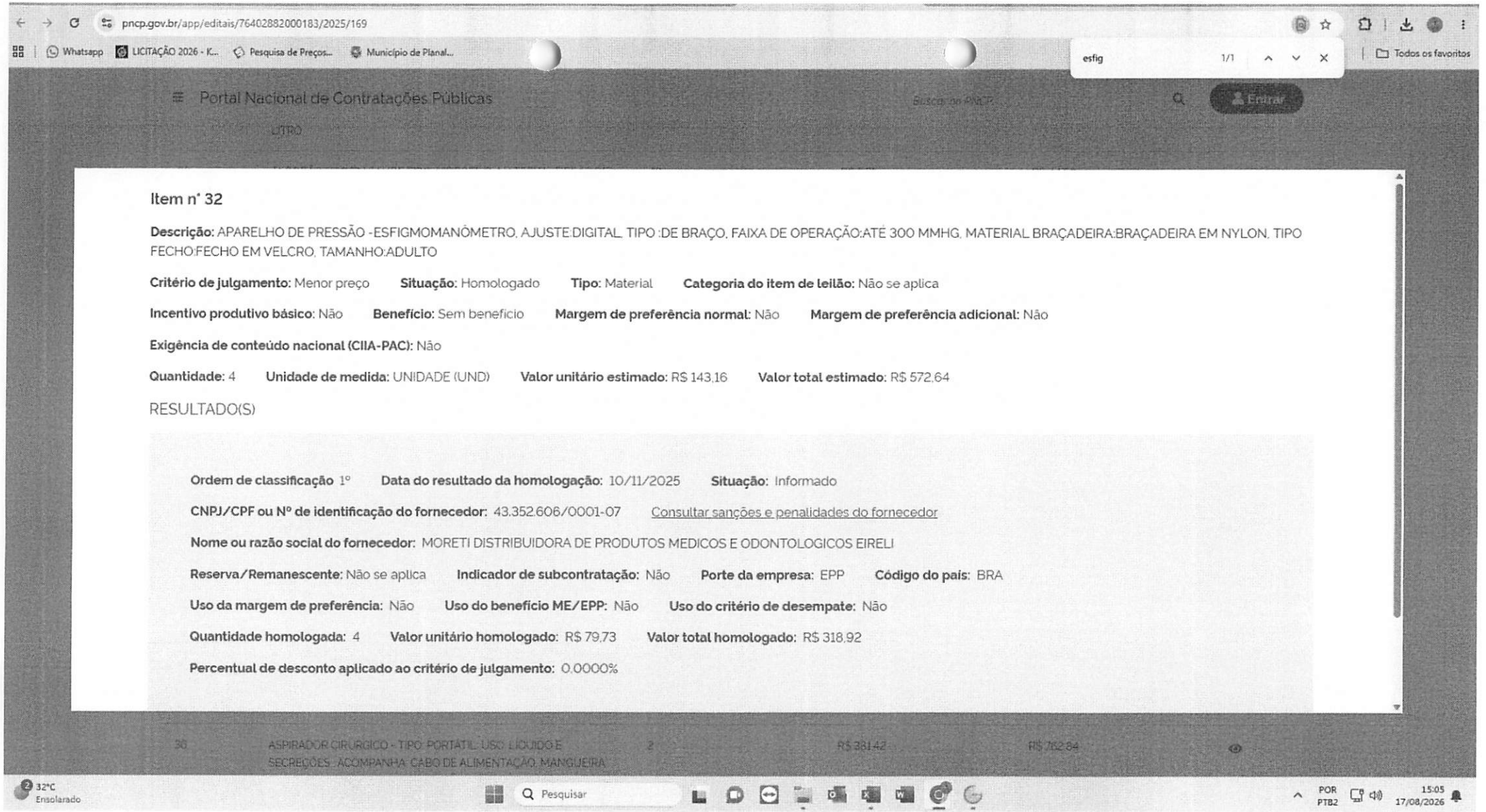
Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 60,8257%

estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021

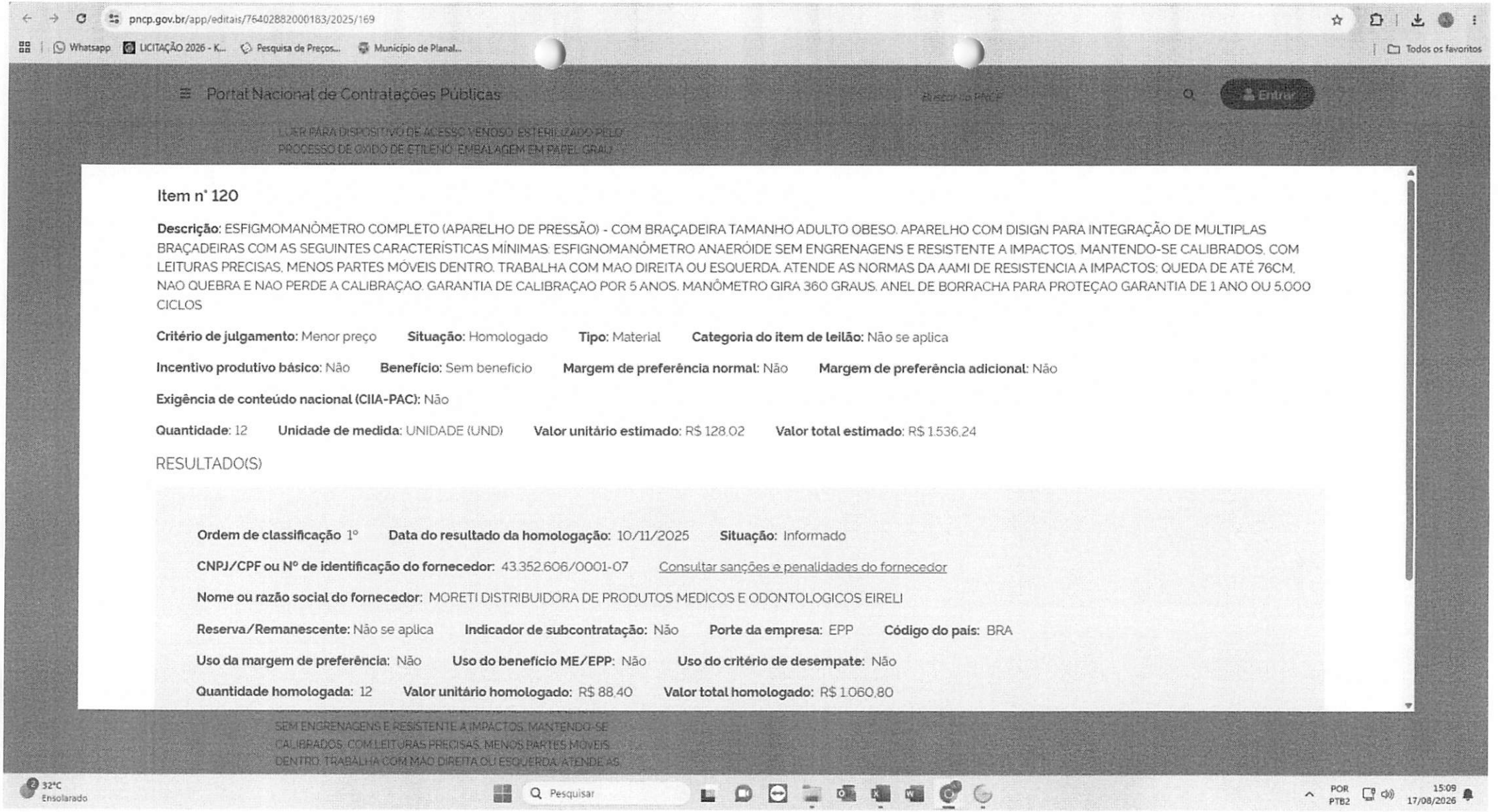
O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

32°C Ensolarado | Pesquisar | POR PTB2 | 14:56 17/08/2026

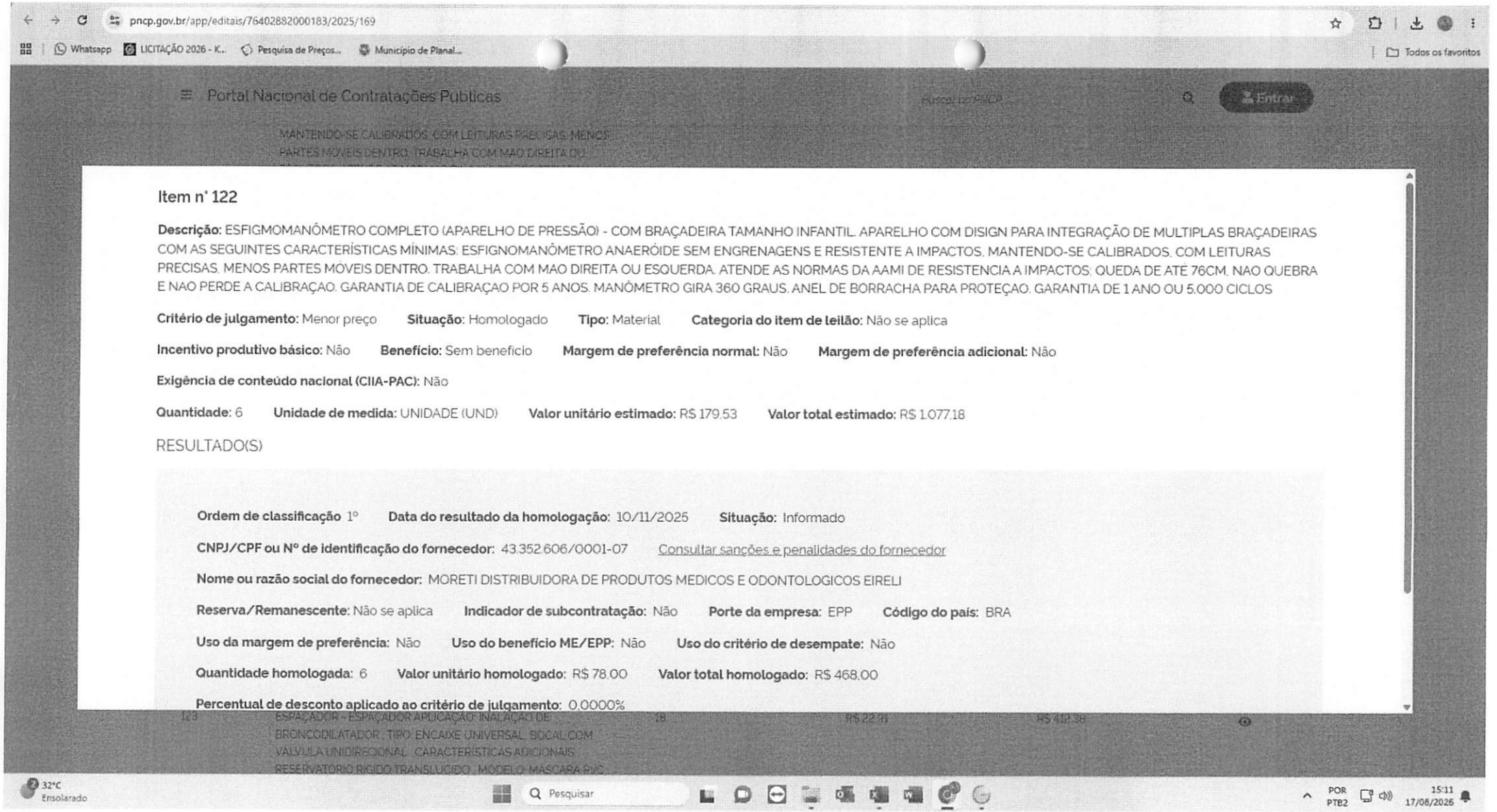
000086


pncp.gov.br/app/editais/76402882000183/2025/169
Whatsapp
LICITAÇÃO 2026 - K...
Pesquisa de Preços...
Município de Planal...
esfig
1/1
Todos os favoritos
Portal Nacional de Contratações Públicas
Entrar
Item nº 32
Descrição: APARELHO DE PRESSÃO -ESFIGMOMANÔMETRO, AJUSTE:DIGITAL, TIPO :DE BRAÇO, FAIXA DE OPERAÇÃO:ATÉ 300 MMHG, MATERIAL BRAÇADEIRA:BRAÇADEIRA EM NYLON, TIPO FECHO:FECHO EM VELCRO, TAMANHO:ADULTO
Critério de julgamento: Menor preço
Situação: Homologado
Tipo: Material
Categoria do item de leilão: Não se aplica
Incentivo produtivo básico: Não
Benefício: Sem benefício
Margem de preferência normal: Não
Margem de preferência adicional: Não
Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não
Quantidade: 4
Unidade de medida: UNIDADE (UND)
Valor unitário estimado: R$ 143,16
Valor total estimado: R$ 572,64
RESULTADO(S)
Ordem de classificação 1º
Data do resultado da homologação: 10/11/2025
Situação: Informado
CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 43.352.606/0001-07
Consultar sanções e penalidades do fornecedor
Nome ou razão social do fornecedor: MORETI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI
Reserva/Remanescente: Não se aplica
Indicador de subcontratação: Não
Porte da empresa: EPP
Código do país: BRA
Uso da margem de preferência: Não
Uso do benefício ME/EPP: Não
Uso do critério de desempate: Não
Quantidade homologada: 4
Valor unitário homologado: R$ 79,73
Valor total homologado: R$ 318,92
Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%
ASPIRADOR CIRÚRGICO - TIPO PORTÁTIL, USO LÍQUIDO E SECREÇÕES, ACOMPANHA CABO DE ALIMENTAÇÃO, MANGUEIRA
2
R$ 381,42
R$ 762,84
32°C
Ensolarado
Pesquisar
POR
PTB2
15:05
17/08/2026

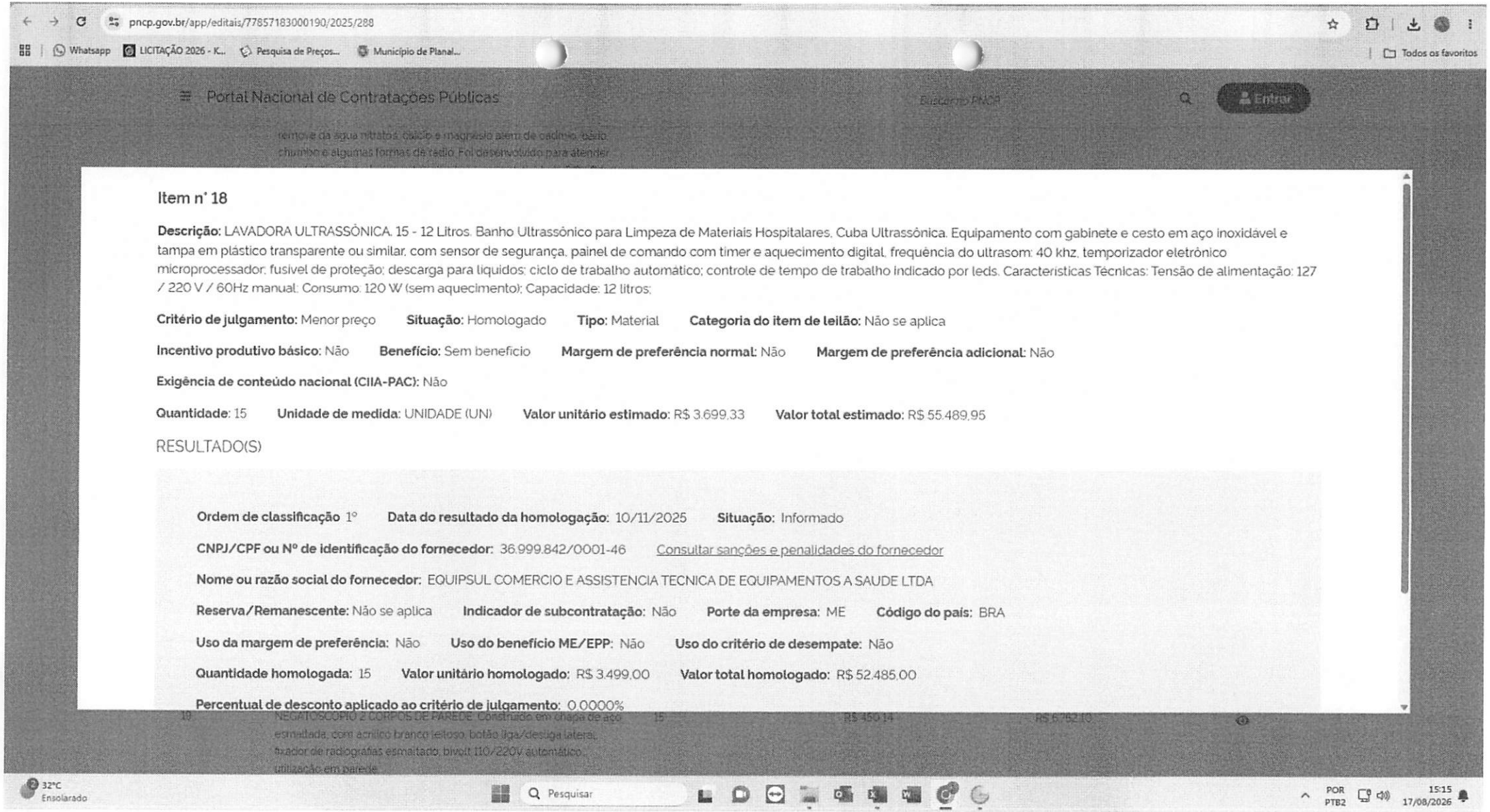
2809


pncp.gov.br/app/editais/76402882000183/2025/169
Whatsapp
LICITAÇÃO 2026 - K...
Pesquisa de Preços...
Município de Planal...
Todos os favoritos
Portal Nacional de Contratações Públicas
Entrar
LUER PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO ESTERILIZADO PELO PROCESSO DE ÓXIDO DE ETILENO, EMBALAGEM EM PAPEL GRAU
Item nº 120
Descrição: ESFIGMOMANÔMETRO COMPLETO (APARELHO DE PRESSÃO) - COM BRAÇADEIRA TAMANHO ADULTO OBESO. APARELHO COM DISIGN PARA INTEGRAÇÃO DE MULTIPLAS BRAÇADEIRAS COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ESFIGNOMANÔMETRO ANAERÓIDE SEM ENGRENAGENS E RESISTENTE A IMPACTOS, MANTENDO-SE CALIBRADOS, COM LEITURAS PRECISAS, MENOS PARTES MÓVEIS DENTRO. TRABALHA COM MAO DIREITA OU ESQUERDA. ATENDE AS NORMAS DA AAMI DE RESISTENCIA A IMPACTOS: QUEDA DE ATÉ 76CM, NAO QUEBRA E NAO PERDE A CALIBRAÇAO. GARANTIA DE CALIBRAÇAO POR 5 ANOS. MANÔMETRO GIRA 360 GRAUS. ANEL DE BORRACHA PARA PROTEÇAO GARANTIA DE 1 ANO OU 5.000 CICLOS
Critério de julgamento: Menor preço
Situação: Homologado
Tipo: Material
Categoria do item de leilão: Não se aplica
Incentivo produtivo básico: Não
Benefício: Sem benefício
Margem de preferência normal: Não
Margem de preferência adicional: Não
Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não
Quantidade: 12
Unidade de medida: UNIDADE (UND)
Valor unitário estimado: R$ 128,02
Valor total estimado: R$ 1.536,24
RESULTADO(S)
Ordem de classificação 1º
Data do resultado da homologação: 10/11/2025
Situação: Informado
CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 43.352.606/0001-07
Consultar sanções e penalidades do fornecedor
Nome ou razão social do fornecedor: MORETI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI
Reserva/Remanescente: Não se aplica
Indicador de subcontratação: Não
Porte da empresa: EPP
Código do país: BRA
Uso da margem de preferência: Não
Uso do benefício ME/EPP: Não
Uso do critério de desempate: Não
Quantidade homologada: 12
Valor unitário homologado: R$ 88,40
Valor total homologado: R$ 1.060,80
SEM ENGRENAGENS E RESISTENTE A IMPACTOS, MANTENDO-SE CALIBRADOS, COM LEITURAS PRECISAS, MENOS PARTES MÓVEIS DENTRO. TRABALHA COM MAO DIREITA OU ESQUERDA. ATENDE AS
32°C Ensolarado
Pesquisar
POR PTB2
15:09 17/08/2026

Proc. 0800


pncp.gov.br/app/editais/76402882000183/2025/169
Whatsapp
LICITAÇÃO 2026 - K...
Pesquisa de Preços...
Município de Planal...
Todos os favoritos
Portal Nacional de Contratações Públicas
Buscar no PNCP
Entrar
MANTENDO-SE CALIBRADOS, COM LEITURAS PRECISAS, MENOS
PARTES MOVEIS DENTRO. TRABALHA COM MAO DIREITA OU
Item nº 122
Descrição: ESFIGMOMANÔMETRO COMPLETO (APARELHO DE PRESSÃO) - COM BRAÇADEIRA TAMANHO INFANTIL. APARELHO COM DISIGN PARA INTEGRAÇÃO DE MULTIPLAS BRAÇADEIRAS COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ESFIGNOMANÔMETRO ANAERÓIDE SEM ENGRENAGENS E RESISTENTE A IMPACTOS, MANTENDO-SE CALIBRADOS, COM LEITURAS PRECISAS, MENOS PARTES MÓVEIS DENTRO, TRABALHA COM MAO DIREITA OU ESQUERDA, ATENDE AS NORMAS DA AAMI DE RESISTENCIA A IMPACTOS: QUEDA DE ATÉ 76CM, NAO QUEBRA E NAO PERDE A CALIBRAÇAO, GARANTIA DE CALIBRAÇAO POR 5 ANOS, MANÔMETRO GIRA 360 GRAUS, ANEL DE BORRACHA PARA PROTEÇAO, GARANTIA DE 1 ANO OU 5.000 CICLOS
Critério de julgamento: Menor preço
Situação: Homologado
Tipo: Material
Categoria do item de leilão: Não se aplica
Incentivo produtivo básico: Não
Benefício: Sem benefício
Margem de preferência normal: Não
Margem de preferência adicional: Não
Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não
Quantidade: 6
Unidade de medida: UNIDADE (UND)
Valor unitário estimado: R$ 179,53
Valor total estimado: R$ 1.077,18
RESULTADO(S)
Ordem de classificação 1º
Data do resultado da homologação: 10/11/2025
Situação: Informado
CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 43.352.606/0001-07
Consultar sanções e penalidades do fornecedor
Nome ou razão social do fornecedor: MORETI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI
Reserva/Remanescente: Não se aplica
Indicador de subcontratação: Não
Porte da empresa: EPP
Código do país: BRA
Uso da margem de preferência: Não
Uso do benefício ME/EPP: Não
Uso do critério de desempate: Não
Quantidade homologada: 6
Valor unitário homologado: R$ 78,00
Valor total homologado: R$ 468,00
Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%
123
ESPAÇADOR - ESPAÇADOR APLICAÇÃO: INALAÇÃO DE
BRONCODILATADOR , TIPO: ENCAIXE UNIVERSAL, BOCAL COM
VÁLVULA UNIDIRECIONAL , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:
RESERVATORIO RIGIDO TRANSLUCIDO , MODELO: MASCARA P/C
18
R$ 22,91
R$ 412,38
32°C
Ensolarado
Pesquisar
POR
PTB2
15:11
17/08/2026

680


pncp.gov.br/app/editais/77857183000190/2025/288
Whatsapp
LICITAÇÃO 2026 - K...
Pesquisa de Preços...
Município de Planal...
Todos os favoritos
Portal Nacional de Contratações Públicas
Buscando PNCP
Entrar
remove da água nitratos, cálcio e magnésio além de cádmio, bário, chumbo e algumas formas de rádio. Foi desenvolvido para atender
Item nº 18
Descrição: LAVADORA ULTRASSÔNICA. 15 - 12 Litros. Banho Ultrassônico para Limpeza de Materiais Hospitalares, Cuba Ultrassônica. Equipamento com gabinete e cesto em aço inoxidável e tampa em plástico transparente ou similar, com sensor de segurança, painel de comando com timer e aquecimento digital, frequência do ultrasom: 40 khz, temporizador eletrônico microprocessador; fusível de proteção; descarga para líquidos; ciclo de trabalho automático; controle de tempo de trabalho indicado por leds. Características Técnicas: Tensão de alimentação: 127 / 220 V / 60Hz manual; Consumo: 120 W (sem aquecimento); Capacidade: 12 litros;
Critério de julgamento: Menor preço Situação: Homologado Tipo: Material Categoria do item de leilão: Não se aplica
Incentivo produtivo básico: Não Benefício: Sem benefício Margem de preferência normal: Não Margem de preferência adicional: Não
Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não
Quantidade: 15 Unidade de medida: UNIDADE (UN) Valor unitário estimado: R$ 3.699,33 Valor total estimado: R$ 55.489,95
RESULTADO(S)
Ordem de classificação 1º Data do resultado da homologação: 10/11/2025 Situação: Informado
CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 36.999.842/0001-46 Consultar sanções e penalidades do fornecedor
Nome ou razão social do fornecedor: EQUIPSUL COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE EQUIPAMENTOS A SAUDE LTDA
Reserva/Remanescente: Não se aplica Indicador de subcontratação: Não Porte da empresa: ME Código do país: BRA
Uso da margem de preferência: Não Uso do benefício ME/EPP: Não Uso do critério de desempate: Não
Quantidade homologada: 15 Valor unitário homologado: R$ 3.499,00 Valor total homologado: R$ 52.485,00
Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,0000%
19 NEGATOSCOPIO 2 CORPOS DE PAREDE Construído em chapa de aço esmaltada, com acrílico branco leitoso, botão liga/desliga lateral, fixador de radiografias esmaltado, bivolt 110/220V automático, utilização em parede 15 R$ 450,14 R$ 6.752,10
32°C Ensolarado
Pesquisar
POR PTB2
15:15 17/08/2026

060099

INSIRA SUA LOGO AQUI

CERTIFICADO AUTENTICIDADE

Relatório Resumido de Cotação: Equipamentos desertos Saúde

Pesquisa realizada entre 17/08/2026 10:34:17 e 17/08/2026 15:16:10

Relatório gerado no dia 17/08/2026 15:20:05 (IP: 167.250.44.146)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

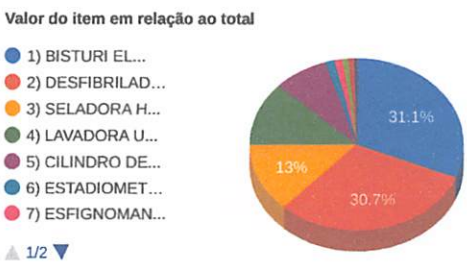
Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

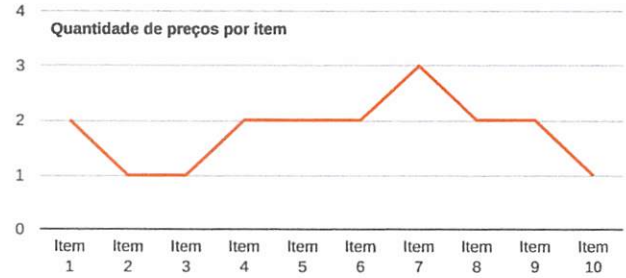
Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	% Valor Global	Total
1) SELADORA HOSPITALAR PAPEL GRAU CIRURGICO AUTOMÁTICA HORIZONTAL, de esteira, ideal para selagem de papel grau cirúrgico e filme bilaminado nas versões analógicas e/ou digitais; Temperatura programável até 300º C; Velocidade de selagem de 10 metros por min	1	1 Unidade	R$ 4.285,03 (un)	-	R$ 4.285,03	13%	R$ 4.285,03
2) ESTADIOMETRO Tipo: Régua Material: Alumínio Anodizado Escala Graduação: 1 METRO C/ Escala Métrica - Mm E Cm Componente: Desmontável, C/ Cursor Deslizante Adicional: C/ Base Plástica P/ Pés, portátil Garantia mínima de 12 (doze) meses.	2	1 Unidade	R$ 459,49 (un)	-	R$ 459,49	1,4%	R$ 459,49
3) DESFIBRILADOR AUTOMÁTICO DEA DESFIBRILADOR DEA, externo automático, até 250 choques autonomia da bateria; e 2 pares de eletrodos (adultos e pediátrico) cada. Operação com botão único: Inteligência artificial: diagnóstico acurado das condições do paciente,	1	1 Unidade	R$ 10.070,91 (un)	-	R$ 10.070,91	30,7%	R$ 10.070,91
4) BISTURI ELETRICO mínimo 100W, função bipolar 1 Cabo de placa neutra 1 Pedal simples 1 Caneta padrão de baixa 1 Placa neutra em inox (150x100x0,5mm) 1 Cabo de força 1 Eletrodo tipo agulha (85mm) 1 Eletrodo tipo agulha de depilação (66mm) 1 Eletrodo tipo a	2	1 Unidade	R$ 10.227,98 (un)	-	R$ 10.227,98	31,1%	R$ 10.227,98
5) CILINDRO DE GASES MEDICINAIS CILINDRO DE GASES MEDICINAIS, oxigênio, Conjunto portátil para oxigenoterapia contendo: cilindro metálico para acondicionamento de oxigênio medicinal, com capacidade hidráulica de 7 litros e 1,0m³, tipo G. Dotado de válvula de	2	2 Unidades	R$ 1.359,75 (un)	-	R$ 1.359,75	8,3%	R$ 2.719,50
6) REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIÁTRICO (AMBU) Reanimador manual, INFANTIL, em silicone com reservatório, completo.	2	2 Unidades	R$ 151,69 (un)	-	R$ 151,69	0,9%	R$ 303,38

006091

Composto por: balão em silicone transparente (reanimador) de no mínimo 500 ml, máscara facial em silicone, conexão, válvula unidirecional, t							
7) REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU) R eanimador manual, ADULTO, em silicone com reservatório, completo. Composto por: balão em silicone transparente (reanimador) de no mínimo 1600 ml, máscara facial em silicone, conexão, válvula unidirecional, tubo de	2	2 Unidades	R$ 150,00 (un)	-	R$ 150,00	0,9%	R$ 300,00
8) ESFIGNOMANÔMETRO ADULTO Manômetro metálico 01 Bra çadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Tipo Fecho: Fecho Em Velcro Tamanho: Adulto Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO Garantia mínima de 06 (seis)	3	5 Unidades	R$ 79,77 (un)	-	R$ 79,77	1,2%	R$ 398,85
9) ESFIGNOMANÔMETRO OBESO Manômetro metálico 01 Braç adeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO Ajuste: Analógico, aneroide Tipo*: De Braço Faixa De Operação: Até 300 MMH	1	1 Unidade	R$ 88,40 (un)	-	R$ 88,40	0,3%	R$ 88,40
10) ESFIGNOMANÔMETRO INFANTIL Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Fecho Em Metal Tamanho: Infantil Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO Garantia mínima de 06 (seis) meses.	1	1 Unidade	R$ 78,00 (un)	-	R$ 78,00	0,2%	R$ 78,00
11) LAVADORA ULTRASSONICA ATÉ 15 LITROS Painel em policarbonato com indicação de funções, chave liga/desliga e chave de acionamento para aquecimento, com indicador luminoso. Controle de tempo de trabalho indicado por LED para facilitar o monitoramento do pr	2	1 Unidade	R$ 3.905,50 (un)	-	R$ 3.905,50	11,9%	R$ 3.905,50

Valor Global: **R$ 32.837,04**





006092

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA DA LISTA DE EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS

MUNICÍPIO PLANALTO	PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DA SAÚDE
CNPJ DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	09.272.764/0001-00

Justificativa para aquisição dos bens:

Conforme Orientação da Resolução 389/2023, que dispõe sobre transferências de recursos financeiros para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para consolidação e expansão da Rede de Atenção a Saúde no âmbito do SUS no Paraná, na modalidade fundo a fundo, e atender o **Art. 9º** desta, para a indicação dos equipamentos a serem adquiridos os municípios devem observar a RENEM – Relação Nacional de Equipamentos e Materiais financiáveis para o SUS (exceto transporte sanitário), de acordo com a necessidade e a complexidade dos serviços a serem ofertados de forma integralizada para atender a Rede de Atenção a Saúde, a serem utilizados para funcionamento da UBS TIPO II, que foi construída e finalizada obra na Avenida Porto Alegre, S/N Bairro N S Aparecida, de acordo com Resolução SESA nº 1514, de 17 de setembro 2025

Dotação Orçamentária:

A aquisição dos equipamentos será com recurso proveniente do Termo de Compromisso entre os gestores para expansão e consolidação da rede de serviços no âmbito do SUS, visando aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

006093

Ultrapassando o valor total descrito no Termo de Compromisso entre os gestores a dotação orçamentária para contrapartida deverá ser indicada pelo município.

LOCAL DA ENTREGA
Endereço Completo do Estabelecimento de Saúde onde será instalado o equipamento: **PSF5NISII** RUA JULIO SKRZYPCZAK, 742 BAIRRO N S DE LOURDES
CNES 2583364
Endereço Completo do Estabelecimento de Saúde onde será instalado o equipamento: **UBS DOUTOR DILSON CARLOS SCHMIDT** AVENIDA PORTO ALEGRE, S/N BAIRRO N S APARECIDA
CNES 4229622

Relação dos Equipamentos				
RENEM	**Equipamento**	**Quant.**	**Valor unitário (R$)**	**Valor Total (R$)**
2138 OP 2	**ARMÁRIO DE AÇO 2 PORTAS**	02	1.471,00	2.942,00
10894	**COMPUTADOR AVANÇADO - DESKTOP**	04	7.211,00	36.992,00
10557	**COMPUTADOR BÁSICO - DESKTOP TECLADO ABNT**	8	4.136,00	33.088,00
759 OP 3	**CADEIRA ESCRITÓRIO FIXA**	17	884,00	14.348,00
759 OP 5	**CADEIRA ESCRITÓRIO EXECUTIVA GIRATÓRIA**	14	936,00	13.104,00
494 OP 8	**LONGARINA COM 3 CADEIRAS.**	10	844,00	8.440,00
2138 OP 2	**ARMÁRIO EM MDF COM 2 PORTAS**	7	1.100,00	7.700,00
1868 OP 2	**MESA DE ESCRITORIO EM L:**	10	1.854,00	18.540,00
2659	**MESA REUNIÃO OVAL EM MDF - SEMI OVAL**	1	1.000,00	1.000,00

006094

316	**APARELHO DE RAIO-X ODONTOLÓGICO**	1	11.855,00	11.855,00
10896	**IMPRESSORA LASER COMUM**	11	3.449,00	37.939,00
1373	**IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL**	2	5.863,00	11.726,00
1978	**NOBREAK (PARA COMPUTADOR/IMPRESSORA)**	12	1.136,00	13.632,00
503 OP 1	**SELADORA PAPEL GRAU CIRURGICO AUTOMÁTICA HORIZONTAL**	1	8.500,00	8.500,00
11870	**OXÍMETRO DE PULSO**	2	1.913,00	3.826,00
419	**FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINAS,**	1	1.312,00	1.312,00
519 OP 3	**CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA,**	1	25.835,00	25.835,00
2259 OP 2	**TELEVISOR 42"**	2	1.586,00	3.172,00
2102 OP 1	**MESA AUXILIAR HOSPITALAR**	6	789,00	4.734,00
2099 OP 2	**LIXEIRA PEDAL EM INOX**	30	345,00	10.350,00
3052	**CADEIRA DE RODAS ADULTO**	02	1.505,00	3.010,00
1921 OP1	**ESTANTE EM AÇO 6 PRATELRIAS**	5	688,00	3.440,00
2981 OP2	**BALANÇA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL ATÉ 20KG**	1	1.021,00	1.021,00
2980 OP1	**BALANÇA COM ESCALA ANTROPOMÉTRICA PARA ADULTO.**	2	1.755,00	3.510,00
1222 OP1	**MESA CLÍNICA**	3	3.287,00	9.861,00
2894 OP1	**FOGÃO GÁS 4 BOCAS**	1	2.174,00	2.174,00
2022 OP1	**REFRIGERADOR DOMÉSTICO 240L**	1	2.369,00	2.369,00
2022 OP 5	**FRIGOBAR**	1	2.369,00	2.369,00
2131 OP 4	**ARMÁRIO VITRINE 2 PORTAS**	7	1.586,00	12.187,00

006095

2711 OP 2	**BANQUETA GIRATÓRIA**	1	561,00	561,00
10398 OP2	**MESA GINECOLÓGICA**	1	3.100,00	3.100,00
10267	**ESTADIOMETRO**	1	804,00	840,00
541	**NEGATOSCÓPIO**	1	1.078,00	1.078,00
3050	**CÂMARA CONSERVAÇÃO DE IMUNIBIOLÓGICOS**	1	16.540,00	16.540,00
1855	**CARRO DE CURATIVO INOX**	2	1.229,00	2.458,00
971	**FOCO CLÍNICO**	4	784,00	3.136,00
2369 OP1	**SUPORTE DE SORO DE PAREDE**	4	507,00	2.028,00
2369 OP 2	**SUPORTE DE SORO COM PEDESTAL**	2	507,00	1.014,00
2954	**MOCHO ODONTOLÓGICO**	2	677,00	1.354,00
2306	**CARRO DE MATERIAL DE LIMPEZA**	1	1.273,00	1.273,00
10551	**AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA 75L**	2	16.100,00	32.200,00
1950	**MESA DE TRABALHO**	1	1.468,00	1.468,00
2569 OP 1	**AR-CONDICIONADO, SPLIT 9.000**	12	2.603,00	31.236,00
2569 OP 2	**AR-CONDICIONADO, SPLIT 24.000 BTUS**	01	6.000,00	6.000,00
759 OP 4	**CADEIRA POLIPROPILENO INDIVIDUAL**	30	200,00	6.000,00
10541	**BRAÇADEIRA DE APOIO PARA PUNÇÃO**	02	232,00	464,00
11087 629805	**CADEIRA PARA OBESO**	02	700,00	1.400,00
11199	**DESFIBRILADOR DEA**	01	9.930,00	9.930,00
10995	**BISTURI ELÉTRICO**	01	13.779,00	13.779,00

006096

2729	**ULTRASSOM ODONTOLÓGICO**	01	4.787,00	4.787,00
782	**CILINDRO DE GASES MEDICINAIS**	02	1.949,00	3.898,00
11248	**KIT LARINGOSCÓPIO ADULTO**	02	1.508,00	3.016,00
11249	**KIT LARINGOSCÓPIO INFANTIL.**	2	1.645,00	3.290,00
3010	**REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIÁTRICO (AMBU)**	2	248,00	496,00
3006	**REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU)**	2	380,00	720,00
2570	**GRUPO GERADOR (8 A 100 KVA)**	1	12.854,00	12.854,00
10785	**ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO**	5	308,00	1.540,00
11244	**ESFIGMOMANOMETRO OBESO**	1	331,00	331,00
10786	**ESFIGMOMANOMETRO INFANTIL**	1	200,00	200,00
1829	**ESCADA CLÍNICA COM 2 DEGRAUS**	5	405,00	2.025,00
3001	**LASER TERAPÊUTICO ACP**	2	4.214,00	8.428,00
2426	**MESA PARA REFEITÓRIO**	1	1.442,00	1.442,00
1994	**FORNO MICROONDAS**	1	794,00	794,00
85	**ESTETOSCÓPIO ADULTO**	5	413,00	2.065,00
110	**ESTETOSCÓPIO INFANTIL**	1	367,00	367,00
1737 OP 6	**BIOMBO TRIPLO EM AÇO INOX, COM RODÍZIOS**	1	902,00	902,00
10983	**LAVADORA ULTRASSONICA ATÉ 15 LITROS**	1	6.010,00	6.010,00
			VALOR TOTAL	**500.000,00**

PLANALTO, 26 de junho de 2025

De acordo:

ASSINADO DIGITALMENTE
LUIZ CARLOS BONI
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

Prefeito do Município
LUIZ CARLOS BONI

006097

ASSINADO DIGITALMENTE
ANGELA REGINA GARCIA CANEPPA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

Secretário Municipal da Saúde do Município
ANGELA REGINA GARCIA CANEPPA

Aprovado:

Assinado eletronicamente

Carlos Alberto Gebrin Preto (Beto Preto)

Secretário do Estado da Saúde

006098

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Planalto, 14 de agosto de 2026.

DE: Luiz Carlos Boni – Prefeito Municipal

Preliminarmente para a autorização solicitada para aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR, encaminhamos:

PARA: Secretaria de Finanças;
- à fins de indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer frente à despesa;

PARA: Departamento de Licitações;
- à fins de elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação;

PARA: Departamento Jurídico;
- à fins de análise e indicação da modalidade a ser adotada.

Cordialmente,

Luiz C. Boni

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal.

006099

MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Planalto, 14 de agosto de 2026.

DE: Secretaria de Finanças

PARA: Prefeito Municipal

Senhor Prefeito,

Em atenção a solicitação visando a aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR, expedido por Vossa Excelência na data de 12 de agosto de 2026, vimos por meio deste, informar que a despesa decorrente do referido processo observadas as características e demais condições, especificações, valores e quantidades, definidas no edital e seus anexos, não comprometem os recursos mínimos destinados à saúde e a educação, conforme pedido exarado pela secretária municipal de Saúde deste município, Angela Regina Garcia Caneppa, no valor total de **R$ 31.822,17(Trinta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e dezessete centavos).** Sendo que o pagamento será efetuado através das Dotações Orçamentárias:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
02396	09.126.10.301.1001.2027	4.4.90.52.00.00.01933

Cordialmente,

JONES ROBERTO KINNER
Contador
C.I. RG Nº 3.654.820-7 - PR

ENSON ELEMAR SCHABO
Secretário de Finanças

006100

Prefeitura Municipal de Planalto - 2026

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 13/08/2026

Equiplano

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
09 Secretaria de Saúde					0,00	500.000,00	283.457,57	216.542,43
126 Fundo Municipal de Saúde					0,00	500.000,00	283.457,57	216.542,43
10.301.1001.2027 Gerenciamento e Qualificação da Atenção Primária em Saúde					0,00	500.000,00	283.457,57	216.542,43
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE								
02396	E	01933	0495/09/02/05/20	SESA - RESOLUÇAO 1514/2025 - EQUIPAMENTOS UBS	0,00	0,00	0,00	0,00
02396	EA	01933	0495/09/02/05/20	SESA - RESOLUÇAO 1514/2025 - EQUIPAMENTOS UBS	0,00	500.000,00	283.457,57	216.542,43
				Total Geral	**0,00**	**500.000,00**	**283.457,57**	**216.542,43**

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 13/08/2026
Fonte de recurso entre: 01933 e 01933

E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores

fl 0101

MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) N° ...../2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° ...../2026
DATA DA REALIZAÇÃO: ..../...../2026
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 09:00 horas
LOCAL: Prefeitura do Município de Planalto – Paraná
www.compras.gov.br "Acesso Identificado"

O **MUNICÍPIO DE PLANALTO**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 76.460.526/0001-16, através da Secretaria de Administração, sediado à Praça São Francisco de Assis n° 1583 – centro – Planalto - Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Luiz Carlos Boni, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, objetivando o **Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.**

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

..... de 2026 às 09h00min

UASG: 987775 – MUNICÍPIO DE PLANALTO/PR
Local da Sessão Pública: www.compras.gov.br

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº.123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, Decretos Municipais n° 5581 de 26 de dezembro de 2023 e n° 5585 de 09 de janeiro de 2024, e demais legislações aplicáveis.

São Pregoeiras deste Município, na qualidade de Agentes de Contratação, as servidoras Carla Sabrina Rech Malinski e Fernanda Scherer Marzec, auxiliadas pelos membros da Equipe de Apoio, todos designados pela Portaria nº 116/2026 de 12 de janeiro de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição n° 3446 de 13 de janeiro de 2026.

1 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA

1.1 O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.compras.gov.br.

1.2 A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá ..... de 2026 às 09h00min, no site www.compras.gov.br, nos termos das condições descritas neste Edital.

006102

2 DO OBJETO

2.1 Constitui objeto deste **PREGÃO o Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.**

2.2 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.compras.gov.br **e www.planalto.pr.gov.br/licitacoes/.**

2.3 A licitação será dividida em itens, conforme tabela do ANEXO I do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.4 Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no **Compras Governamentais** (CATMAT) e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas.**

2.5 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (046) 3555-8100/ 35558121 ou pelo e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br, sendo o atendimento realizado no horário das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h.

2.6 As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde, telefone nº (46) 3555-1589, sendo o atendimento realizado no horário das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h.

2.7 Além do órgão gerenciador, não há outros órgãos e entidades participantes desta contratação.

3 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.

3.1.1 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (salvo a hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) item(s), serão desclassificadas.

3.2 Será utilizado o modo de disputa **"ABERTO",** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos. O pedido deve ser protocolado no

006103

prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.1.1 As impugnações ao Edital serão protocoladas em campo específico no sítio eletrônico www.compras.gov.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, e deverão ser dirigidas a pregoeira e protocoladas em dias úteis, das 08h00 às 17h00, à Praça São Francisco de Assis, 1583, centro, Setor de Licitações, Centro, Planalto - PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: **licitacao@planalto.pr.gov.br**.

4.1.2 Caberá ao Pregoeiro(a), responder aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sendo que este poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

4.1.3 O pregoeiro(a) deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame.

4.1.4 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação/pregoeiro ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

4.1.5 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO e sua divulgação se dará na mesma forma de sua divulgação inicial.

4.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

4.2.1 Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro(a), **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, em campo específico no sítio eletrônico www.compras.gov.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, o deverão ser dirigidas a pregoeira e protocoladas em dias úteis, das 08h00 às 17h00, à Praça São Francisco de Assis, 1583, centro, Setor de Licitações, Centro, Planalto - PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: **licitacao@planalto.pr.gov.br**.

4.2.2 O pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

4.3.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão interessados MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que sejam especializadas e credenciadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.2 É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.2.1 Além de ser exclusiva e formalmente responsável pelas transações efetuadas em seu nome, a licitante assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.

5.4 Será vedada a participação de empresas:

a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, e/ou impossibilitados de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, na forma da legislação vigente, e aquelas declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

b) pessoas físicas ou jurídicas que constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item "a", enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

c) que não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

d) as pessoas físicas e jurídicas enquadradas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

006105

e) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

f) o servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente, sendo que se considera participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista;

6 DO CREDENCIAMENTO

6.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

6.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.compras.gov.br por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

6.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

7 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA

7.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2 Os licitantes encaminharão exclusivamente pelo sistema, por meio de chave de acesso e senha, proposta com a descrição do objeto/serviço ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta.

7.2.1 Serão consideradas inválidas as propostas apresentadas por quaisquer outros meios.

006106

7.3 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

III - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.5 O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5.3 O licitante organizado em sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 e 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os

documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.9 Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no edital e seus anexos, descrevendo as características do objeto/serviço cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema e o preço ofertado.

7.10 Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.11 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e carretos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Planalto.

7.12 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.13 Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.14 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.15 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.16. A empresa deverá anexar junto com a proposta, FOLDERS, ENCARTES, FOLHETOS TÉCNICOS ou CATÁLOGOS do equipamento ofertado, onde constem as

especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação da equipe técnica.

8 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

8.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preambulo deste edital, no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br .

8.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").

8.3 Cabe a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

8.4 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível as licitantes, os lances continuara o sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5 No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br .

8.6 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.7 A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa "aberto", conforme procedimento estabelecido no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e da seguinte forma:

8.7.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.7.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrera sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.7.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.8 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 8.9.

8.9 Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo a competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

8.9.1 Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

8.9.2 Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade.

8.10 Será o considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertados valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado e estabelecidos no Edital.

8.11 Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentara as razoes para a previa desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 8.9.

8.12 Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

8.13 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.14 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.15 Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

8.15.1 Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no § 1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.16 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.16.1 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.17 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.17.1 A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não retira da licitante a responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

8.18 Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de **R$ 1,00 (um real).**

8.19 O critério de julgamento adotado será o de menor preço por ITEM.

8.20 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.20.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.20.2 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

8.21 NÃO SERÃO ADJUDICADOS VALORES ACIMA DOS VALORES DE REFERÊNCIA ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

9 DA CONVOCAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA AO ÚLTIMO LANCE

9.1 O Pregoeiro solicitara a licitante provisoriamente vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo II do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no "chat" a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

9.1.2 O prazo para envio da proposta e de, no máximo, 02 (duas) horas úteis a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado por igual período e motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstancias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.1.3 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.1.4 O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e

detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

9.1.5 A apresentação dos materiais e documentos a que se referem o subitem 9.1.4 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas.

9.1.6 Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á as sanções previstas neste edital.

9.1.7 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

9.2 A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA DEVERÁ SER APRESENTADA contendo, preferencialmente: Razão social ou denominação social, número do CNPJ, endereço completo, com CEP e os números de veículos de comunicação à distância (telefone, e-mail) da empresa, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou borrões, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa (se Procurador acompanhado da respectiva Procuração) e conter a descrição completa dos itens/lotes vencidos, marca,/modelo (quando for o caso), quantidade estimada, preço ofertado, prazo de validade da proposta, e conter a declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo de proposta, ANEXO II deste edital.

9.3 A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

9.4 A proposta será desclassificada quando:

a) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

b) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

c) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

d) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.4.1 O Pregoeiro poderá realizar diligencias para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea "c" acima.

9.5 O Pregoeiro examinara a proposta mais bem classificada quanto a compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos preços unitários ofertados, que não poderão o ser superiores aos valores estimados constantes na tabela do Anexo I.

9.5.1 O Pregoeiro poderá promover diligencia destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares a proposta.
9.5.2 Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro devera empreender diligencias para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente cera cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10 DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, podendo abranger o Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

10.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, em relação a aqueles solicitados pelo Pregoeiro, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação as empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificara a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como "objeto social" no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

10.3. Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, em observância ao disposto no item 7.4 deste edital, no ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos seguintes requisitos de habilitação:

10.4. A HABILITAÇÃO DO LICITANTE SERÁ AFERIDA POR INTERMÉDIO DOS SEGUINTES DOCUMENTOS:

10.4.1. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:
10.4.1.1. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
10.4.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
10.4.1.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.4.2. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:
10.4.2.1. **Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.
10.4.2.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais

demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

10.4.2.3. O balanço patrimonial exigido será limitado ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.4.2.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.4.2.5. A proponente que é Microempreendedor Individual deverá apresentar a Declaração Anual do Simples Nacional - DASN SIMEI.

10.4.3. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

10.4.3.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;**

10.4.3.2. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.4.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

10.4.3.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

10.4.3.4.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.4.3.4.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

10.4.3.4.3. Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);**

10.4.3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

10.4.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações.

10.4.5. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, as empresas nesta condição serão declaradas habilitadas sob condição de regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.

10.4.6. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item supra, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 90 da Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

10.4.7. Na falta da regularização da documentação, no mesmo prazo previsto, a Administração poderá aplicar a multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado pela proponente vencedora da licitação.
10.4.8. Será considerada microempresa aquela que tiver auferido, no exercício social anterior, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), e empresa de pequeno porte aquela que tenha auferido receita bruta superior à R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações. Sendo comprovada através dos balanços patrimoniais exigidos como comprovação de qualificação econômica no item 8.5.3, "a".

10.4.9. Deverá apresentar ainda as **DECLARAÇÕES:**
10.4.9.1. Declaração Unificada conforme modelo. **(ANEXO III)**;
10.4.9.2. Declaração de Garantia/Fornecimento. **(ANEXO IV)**;
10.4.9.3. Declaração de Assistência Técnica **(ANEXO V)**.

10.5. O CADASTRO no SICAF, ou Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Divisão de Licitações do Município de Planalto (DESDE QUE VÁLIDO) poderá substituir os documentos indicados nos subitens 10.5.1 a 10.5.3, para a documentação por ele abrangida.

10.5.1. Caso os documentos válidos não estejam disponíveis para consulta e download, o licitante deverá encaminhá-los no prazo da convocação realizada pela Pregoeira.

10.5.2. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 10.5.1 e de 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado por igual período e motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstancias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.5.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.5.4. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á as sanções previstas neste edital.

10.6. Será verificado quanto às declarações obrigatórias no momento do cadastramento da proposta se o licitante apresentou via sistema, sob pena de inabilitação:

10.6.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.6.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.7. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

10.7.1. Havendo dúvida razoável quanto a autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

10.7.1.1. Os originais ou copias autenticadas, caso sejam solicitados, devera o ser encaminhados a Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, Planalto – PR CEP:85.750-000, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

10.8. Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, o Pregoeiro, a título de diligencia, poderá solicitar a licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de "anexos" do sistema.

10.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observados os prazos e procedimentos previstos em edital

10.10. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

11 DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

11.1 A confirmação de regularidade perante os órgãos oficiais será realizada junto aos "sites" na INTERNET.

11.2 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade.

11.3 Para que a licitante seja considerada vencedora, além de ter sua proposta aceita, deverá enviar todos os documentos previstos no edital dentro do prazo estipulado.

11.4 Não serão aceitos documentos em forma de FAX ou equivalente e nem a apresentação de protocolo ou comprovantes de pagamento em substituição a documento solicitado como definitivo.

11.5 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar:
I - Em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo.
II - Em nome da sede (matriz), se o licitante for à sede (matriz).
III - Em nome da filial, se o licitante for à filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

006116

11.6 A falta de quaisquer documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará a INABILITAÇÃO do licitante e sua consequente exclusão do processo.

11.7 Havendo superveniência de fato impeditivo, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.

11.8 A apresentação da proposta por parte do licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância e adesão para com as cláusulas deste edital e seus respectivos anexos.

11.9 Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

11.10 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de classificação e habilitação.

11.11 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

11.12 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.13 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.14 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação

12 DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinara a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.2 Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende as exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

006117

13 DOS RECURSOS

13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.4 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.5 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.6 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.7 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.8 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.9 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.10 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.11 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.12 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.planalto.pr.gov.br/ .

14 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores

à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

15.1.1 Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

15.1.2 A adjudicação e a homologação do resultado da licitação são de responsabilidade da autoridade competente, nos termos do art. 71 da Lei nº. 14.133, de 2021.

15.1.3 A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

16 DO RECEBIMENTO E CONDIÇÕES DOS ITENS

16.1 A CONTRATADA deverá entregar os objetos em até 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da solicitação formal de entrega emitido pela Secretaria Municipal de Saúde. A entrega deverá ser realizada na Rua Júlio Skrzypczak, nº742, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, CEP: 85750-000, município de Planalto-PR, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h.

16.2 O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
b) Discriminação do objeto a ser entregue;
c) Local onde será entregue o objeto;
d) Prazo para entrega dos objetos;

e) Quantidade e demais informações pertinentes, quando for o caso;
f) Assinatura da Secretária Municipal solicitante.

16.3 Os objetos serão recebidos, imediatamente depois de efetuada as entregas, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Edital;

16.4 A CONTRATADA deverá fazer a entrega dos objetos licitado junto à Secretaria Municipal solicitante no Município de Planalto – PR, sem custos adicionais ao município;

16.5 Não será aceito nenhum objeto que esteja em desacordo com o solicitado pelo departamento responsável neste Edital;

16.6 Os itens 01, 02, 03, 04, 05 e 11, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 12 (doze) meses, com assistência técnica especializada;

16.7 Os itens 06, 07, 08, 09 e 10, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 06 (seis) meses, com assistência técnica especializada;

16.8 Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Edital, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

16.9 Os objetos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso;

16.10 Os objetos deverão ser entregues por meio de transporte da(s) CONTRATADA(s) e através de seus próprios funcionários ou por intermédio da(s) contratada(s), ficando sob inteira responsabilidade desta(s) o ressarcimento de eventuais danos provenientes de acidente(s) porventura sofridos por seus colaboradores ou por interpostas pessoas;

16.11 A CONTRATADA deverá fornecer todos os manuais e catálogos dos objetos, editados em língua portuguesa;

16.12 Os objetos licitados deverão conter todas normas e certificações vigentes obrigatórios, exigidos pela legislação federal em vigor;

16.13 A CONTRATADA fica obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os objetos e/ou componentes e peças em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento do objeto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas;

16.14 Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente

a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;

16.15 A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

16.16 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura do respectivo contrato.

17 DAS OBRIGAÇÕES

17.1 São Obrigações da CONTRATANTE:

17.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

17.1.2 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

17.1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

17.1.4 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, após o ATESTO da Nota Fiscal/Fatura pelo servidor responsável;

17.1.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa fornecedora atinentes ao objeto do edital;

17.1.6 Acompanhar, fiscalizar e supervisionar o fornecimento dos objetos, por meio da verificação das especificações do edital e quantidades solicitadas, bem como a qualidade;

17.1.7 Devolver todo e qualquer objetos que estiver fora das especificações e solicitar expressamente sua substituição.

17.1.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente neste Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17.2 São Obrigações da CONTRATADA:

17.2.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

17.2.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência, registro e validade;

17.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de

006121

1990);

17.2.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

17.2.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.2.6 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

17.2.7 Os itens 01, 02, 03, 04, 05 e 11, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 12 (doze) meses, com assistência técnica especializada;

17.2.8 Os itens 06, 07, 08, 09 e 10, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 06 (seis) meses, com assistência técnica especializada;

17.2.9 Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Edital, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

17.2.10 Apresentar documentos que comprovem a procedência do objeto fornecido, sempre que solicitado;

17.2.11 Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Edital;

17.2.12 Cumprir, as suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

17.2.13 Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, ainda que seja transporte especial quando o produto assim exigir, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete.

17.2.14 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Edital, o objeto com avarias ou defeitos;

18 DO PAGAMENTO

18.2 O pagamento será efetuado através de transferência eletrônico para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.

18.3 A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

18.4 Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até

que o problema seja definitivamente sanado.

18.5 Valor máximo estimado da licitação é de **R$ 31.822,17(Trinta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e dezessete centavos).**

18.6 Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, são oriundos da Resolução da SESA/PR nº 1514/2025. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
02396	09.126.10.301.1001.2027	4.4.90.52.00.00.01933

18.7 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fara desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora será o calculados a taxa de 0,5% (meio por cento) ao me s, ou 6% (seis por cento) ao ano.

19 DO REAJUSTE

19.1 O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

19.2.1 Para mais, na hipótese de sobreviver fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado alea econômica (probabilidade de perda concomitante a probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

19.2.2 Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar superior ao valor de mercado.

19.3 Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar no setor de Contratos, a documentação que comprove o pedido de reequilíbrio.

19.4 A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo o MUNICIPIO a análise e deliberação a respeito do pedido.

19.5 A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

19.6 Se a CONTRATADA não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pelo Município e a Contratada

continuará obrigado a cumprir com os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

19.7 Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedores(es).

19.8 O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação confortável, através da troca de fornecedores por parte da empresa, será considerado justificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

19.9 A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagira a ordens de fornecimento já emitidas.

19.10 O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

19.11 Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através de juntada de planilha de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

19.12 O reajuste de preço será admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

19.13 O reajustamento dos preços praticados no contrato utilizará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

20 CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

20.2 As obrigações decorrentes deste **PREGÃO** consubstanciar-se-ão no **TERMO DE CONTRATUAL**, cuja minuta consta como **Anexo VI** deste Edital.

20.3 Uma vez homologado o resultado da licitação pela Autoridade Superior, o licitante vencedor será convocado, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após o ato convocatório, para assinatura do Instrumento Contratual.

20.3.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Instrumento Contratual, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura por meio

eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

20.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

20.5 A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar o Instrumento Contratual, dentro do prazo estabelecido pela Administração, ensejará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório.

20.5 Para assinatura do Instrumento Contratual, esta deverá ser realizada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurados), mediante apresentação do contrato social e procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante.

21 DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.2 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata no prazo estabelecido no item 20.1 caracterizara o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitara a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou da Ata, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

21.2 As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato ou a Ata, ficara o também sujeitas as sanções referidas no item 21.1.

21.3 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa a inexecução parcial do contrato;

b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa a inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.4 Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que na o se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas

"b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Clausula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clausula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Clausula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

21.5 A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.6 Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

21.7 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento

eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.9 Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.10 Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

21.11 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.12 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstancias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.13 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

21.14 A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a pra tica dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusa o patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica previa (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

006127

21.15 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

21.16 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

22 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

22.2 Fica assegurado ao Município de Planalto o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

22.3 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

22.4 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

22.5 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

22.6 A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

22.7 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

22.8 A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.9 A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Planalto - PR.

23 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

23.2 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a

3 006128

execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

24 DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

24.2 O Município de Planalto realizará todas as retenções tributárias a que for legalmente obrigado.

24.2 O Município de Planalto fará as retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

24.2.1 As alíquotas a serem aplicadas são aquelas previstas nos anexos da IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

24.2.2 As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais apresentados pelas empresas contratadas, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

24.2.3 As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

24.3 A licitante contratada deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

25 DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

25.2 Caberá aos gestores e fiscais designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do contrato ou da Ata.

25.2 A CONTRATADA deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representa -lá sempre que for necessário.

006129

26 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.2 O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná através do endereço eletrônico **www.diariomunicipal.com.br/amp/**, e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico **www.planalto.pr.gov.br/.**

26.3 As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

26.5 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira.

26.6 Será facultado à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase do pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

26.7 A Pregoeira poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

26.8 As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

26.9 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

26.10 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.11 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Planalto, exceto quando explicitamente disposto em contrário, espeitadas as disposições do art. 183 da Lei nº. 14.133, de 2021.

26.12 Fica assegurado à Município Planalto o direito de revogar a licitação por razões de conveniência e oportunidade, ou anulá-la em virtude de ilegalidade insanável, nos termos do art. 71, da Lei nº. 14.133, de 2021.

26.13 A anulação do procedimento licitatório induz a da Ata de Registro de Preços, ressalvado o disposto no Art. 148, da Lei n°14.133, de 2021.

26.14 O resultado da licitação será divulgado pelo Portal COMPRASGOV através do site www.compras.gov.br e estará disponível junto a Divisão de Licitações do Município de Planalto.

26.15 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

26.16 É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

26.17 A proponente deverá indicar à Pregoeira todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

26.18 A pregoeira não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Planalto, quanto do emissor.

26.19 Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

26.20 Caso o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

26.21 Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

26.22 CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELA PREGOEIRA VIA CHAT.

26.23 Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema ComprasGov que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

26.24 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

26.25 EM CASO DE DIVERGÊNCIA, EM RELAÇÃO AO DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL E NO PORTAL COMPRASGOV PREVALECERÁ O DESCRITIVO DO EDITAL.

26.26 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Capanema - PR.

26.27 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

26.28 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento;
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial;
ANEXO III	Modelo de Declaração Unificada;
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Garantia;
ANEXO V	Modelo de Declaração De Responsabilidade Da Assistência Técnica;
ANEXO VI	Modelo de Minuta de Contrato.

Planalto – PR, ... de agosto de 2026.

.....

LUIZ CARLOS BONI
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO Nº ...../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ORGÃO INTERESSADO:
1.1. Secretaria Municipal de Saúde.

2. OBJETO:
2.1. Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.

3. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA:
3.1. Angela Regina Garcia Caneppa.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO:
4.1. A presente aquisição tem por objeto a aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Planalto-PR, conforme especificações e quantitativos definidos no processo de contratação e em observância às necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como às disposições da Resolução nº 1514/2025 da SESA/PR. A relação contempla equipamentos destinados ao apoio às atividades assistenciais, procedimentos clínicos, atendimento de urgência e emergência, esterilização e demais serviços desenvolvidos pela rede municipal de saúde.
4.2. A aquisição mostra-se necessária para garantir a adequada estruturação e o pleno funcionamento dos serviços de saúde disponibilizados à população, proporcionando aos profissionais equipamentos apropriados para a execução de suas atividades e contribuindo para a segurança, qualidade e continuidade dos atendimentos.
4.3. Ressalta-se que os equipamentos pretendidos já foram objeto de procedimentos licitatórios anteriores, especificamente o Pregão Eletrônico nº 057/2025 e o Pregão Eletrônico nº 014/2026, nos quais os respectivos itens restaram desertos. Dessa forma, apesar das tentativas anteriores de contratação, a Administração não conseguiu concluir a aquisição dos equipamentos necessários, permanecendo a demanda existente e a necessidade de promover nova tentativa de contratação, a fim de evitar a descontinuidade ou a precarização dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.
4.4. A ausência desses equipamentos pode comprometer a execução adequada de determinadas atividades e procedimentos, especialmente aqueles relacionados ao

atendimento de situações de emergência, suporte à vida, avaliação dos pacientes, preparação e esterilização de materiais e demais procedimentos assistenciais.

4.5. Assim, considerando a necessidade permanente de assegurar condições adequadas de funcionamento da rede municipal de saúde, a importância dos equipamentos para o desenvolvimento das atividades assistenciais e administrativas da Secretaria Municipal de Saúde e, principalmente, o fato de que os itens já foram submetidos a procedimentos licitatórios anteriores, nos quais restaram desertos, justifica-se a realização de nova contratação, buscando possibilitar a efetiva aquisição dos equipamentos e atender à demanda existente.

4.6. A nova tentativa de contratação também se mostra necessária sob a perspectiva do interesse público, uma vez que a manutenção dos serviços de saúde em condições adequadas depende da disponibilidade de equipamentos compatíveis com as atividades desenvolvidas. A aquisição permitirá suprir as necessidades atualmente existentes, melhorar a estrutura disponível aos profissionais e proporcionar melhores condições de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Planalto-PR.

4.7. Por fim, a aquisição deverá observar integralmente as especificações técnicas estabelecidas para cada item, de modo a assegurar que os equipamentos fornecidos sejam compatíveis com as necessidades dos serviços municipais, apresentem qualidade e segurança adequadas e atendam às exigências aplicáveis aos equipamentos utilizados na área da saúde, garantindo, assim, que a contratação alcance efetivamente os resultados pretendidos pela Administração Pública.

5. MODALIDADE:

5.1. Conforme Art. 28. Da Lei 14.133/21 são modalidades de licitação:

I - Pregão;

5.2. Na mesma Lei, art. 6°, inciso XLI o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

5.3. Para esta contratação será utilizado a modalidade de licitação PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, com o modo de disputa ABERTO tendo como intervalo mínimo de R$ 1,00 (um real), conforme já definido no Estudo Técnico Preliminar.

6. VALOR:

6.1. O valor total estimado é de **R$ 31.822,17(Trinta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e dezessete centavos).**

6.2. O valor estimado foi apurado a partir do menor valor de orçamento apresentado, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, Banco de Preços e pesquisa em outros municípios.

6.3. Responsável pela conferência dos preços: Eduardo Rech Delares.

7. DEFINIÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO:

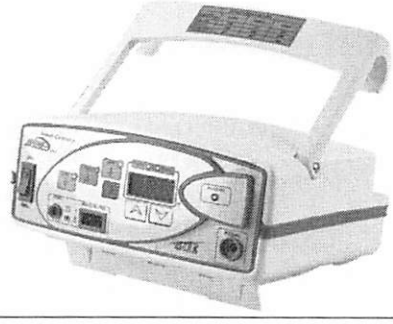
ITEM	UN	OBJETO	CATMAT	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	UN	SELADORA HOSPITALAR PAPEL GRAU CIRURGICO AUTOMÁTICA HORIZONTAL, de esteira, ideal para selagem de papel grau cirúrgico e filme bilaminado nas	306486	01	R$ 4.100,00	R$ 4.100,00

		versões analógicas e/ou digitais; Temperatura programável até 300º C; Velocidade de selagem de 10 metros por minutos; Espessura de selagem de 13 mm; Comando de aquecimento e motor independente. Especificações Seladora específica para rolos de papel grau-cirúrgico e filme bilaminado; Possui temperatura de selagem programável; Espessura de selagem de mínimo 13 mm conforme normas internacionais; Selagem rápida e eficiente; Comando de aquecimento e acionamento do motor independente; Velocidade de selagem de 10 metros por minuto. Largura da Solda: aproximadamente 13 mm; Procedência: Brasil; Potência: 280 Watts; C; Voltagem: 220 V- 60 Hz; Assistência Técnica garantida Certificado de calibração térmica RDC 15 Anvisa seção III Resistência em conformidade com norma ABNT 14990-9 **Garantia mínima de 12 (doze) meses.** MODELO DE REFERÊNCIA: Marca: Selapack; 				
02	UN	ESTADIOMETRO Tipo: Régua Material: Alumínio Anodizado Escala Graduação: 1 METRO C/	442930	01	R$ 450,00	R$ 450,00

006135

		Escala Métrica - Mm E Cm Componente: Desmontável, C/ Cursor Deslizante Adicional: C/ Base Plástica P/ Pés, portátil **Garantia mínima de 12 (doze) meses.**				
03	UN	DESFIBRILADOR AUTOMÁTICO DEA DESFIBRILADOR DEA, externo automático, até 250 choques autonomia da bateria; e 2 pares de eletrodos (adultos e pediátrico) cada. Operação com botão único: Inteligência artificial: diagnóstico acurado das condições do paciente, indicando ou não a aplicação do choque e impedindo o uso acidental. Compacto: 225 x 225 x 69 mm e peso entre 1,2 kg e 1,9 kg. Orientação por voz e por indicadores visuais na tela LCD ou LED. Choque Bifásico, IP56, Gravação de eventos e som ambiente para posterior análise, Display LCD de 4,3" com visualização de ECG, BPM, cronômetro de RCP e indicação de nível de bateria Autodiagnóstico de funções e bateria ,Software de conexão, download e gerenciamento de dados via PC (conexão USB), Baterias recarregáveis Cabo de ECG de 3 vias, Dispositivo de feedback para realização da manobra RCP (RCP Maestro) reutilizável, Bolsa funcional que permite a utilização do equipamento sem sua retirada, Acesso fácil às pás para uso e reposição. Resistente a quedas. **Garantia mínima de 12 (doze) meses.**	615328	01	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
04	UN	BISTURI ELETRICO mínimo 100W, função bipolar 1 Cabo de placa neutra 1 Pedal simples 1 Caneta padrão de baixa	470959	01	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00

006136

		1 Placa neutra em inox (150x100x0,5mm) 1 Cabo de força 1 Eletrodo tipo agulha (85mm) 1 Eletrodo tipo agulha de depilação (66mm) 1 Eletrodo tipo alça pequena (Ø= 4,5mm) 1 Eletrodo tipo bola (Ø= 2,1mm) 1 Eletrodo tipo bola (Ø= 4,2mm) 1 Eletrodo tipo faca reta pequena (67mm) 1 Manual do usuário 1 Certificado de garantia Modelo: Radiofrequência Modo De Operação Monopolar: Monopolar Potência Máxima Corte Monopolar: De 100 A 150 W Tipo De Coagulação: Coagulação, Spray E Fulguração Tipo De Corte: Corte Puro E No Mínimo 3 Mistos Modo De Operação: Bipolar, Micro E Macro Outros Componentes: Alarme, Memória Compatibilidade: Compatível C/ Coagulador Argônio **Garantia mínima de 12 (doze) meses.** Modelo referência: Emai digital 				
05	UN	CILINDRO DE GASES MEDICINAIS CILINDRO DE GASES MEDICINAIS, oxigênio, Conjunto portátil para oxigenoterapia contendo: cilindro metálico para acondicionamento de oxigênio	288079	02	R$ 1.190,00	R$ 2.380,00

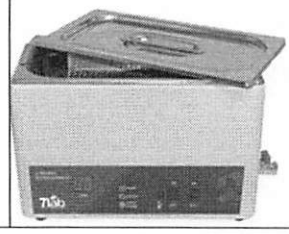
		medicinal, com capacidade hidráulica de 7 litros e 1,0m³, tipo G. Dotado de válvula de segurança para enchimento e abertura, conexão padrão standard; deve ser fornecido regulador de pressão adaptado a manômetro de carga e regulagem de pressão, além de fluxômetro, com régua graduada e acionamento por válvula Montado em suporte próprio, que permita transporte e adequada fixação ao solo e estabilização durante o transporte. **Garantia mínima de 12 (doze) meses.**				
06	UN	REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIÁTRICO (AMBU) Reanimador manual, INFANTIL, em silicone com reservatório, completo. Composto por: balão em silicone transparente (reanimador) de no mínimo 500 ml, máscara facial em silicone, conexão, válvula unidirecional, tubo de oxigênio (extensão) e bolsa reservatório. **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**	456407	02	R$ 143,07	R$ 286,14
07	UN	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU) Reanimador manual, ADULTO, em silicone com reservatório, completo. Composto por: balão em silicone transparente (reanimador) de no mínimo 1600 ml, máscara facial em silicone, conexão, válvula unidirecional, tubo de oxigênio (extensão) e bolsa reservatório. **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**	456408	02	R$ 143,07	R$ 286,14
08	UN	ESFIGNOMANÔMETRO ADULTO	434825	05	R$ 75,02	R$ 375,10

000138

		Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Tipo Fecho: Fecho Em Velcro Tamanho: Adulto Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**				
09	UN	ESFIGNOMANÔMETRO OBESO Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO Ajuste: Analógico, aneroide Tipo*: De Braço Faixa De Operação: Até 300 MMHG Material Braçadeira: Braçadeira Em Nylon **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**	432481	01	R$ 105,50	R$ 105,50
10	UN	ESFIGNOMANÔMETRO INFANTIL Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Fecho Em Metal Tamanho: Infantil Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**	432475	01	R$ 93,82	R$ 93,82
11	UN	LAVADORA ULTRASSONICA ATÉ 15 LITROS Painel em policarbonato com indicação de funções, chave liga/desliga e chave de acionamento para aquecimento, com indicador luminoso. Controle de tempo de trabalho indicado por LED para facilitar o	480952	01	R$ 3.745,47	R$ 3.745,47

006139

		monitoramento do processo, com função ""Pause"" que permite pausar a operação sem perder o tempo decorrido. Temporizador microprocessado digital com display de 02 dígitos. Ciclo de trabalho automático com temporizador de até 60 minutos e alarme sonoro de final de ciclo. Sistema de aquecimento através de resistência tubular blindada em aço inox AISI 304, localizada dentro da cuba, oferecendo uma limpeza eficaz. Porta fusível de segurança. Entrada e saída de água por meio de dreno lateral, com conexão para mangueira de silicone. Cuba interna em aço inox AISI 304, estampada e polida (sem emendas ou soldas). Cesto removível em aço inox perfurado proporciona maior durabilidade. Gabinete externo em chapa de aço carbono SAE 1020 com tratamento anticorrosivo e acabamento (pintura) em epóxi texturizado eletrostático. Montado sob pés de borracha. Faixa de Temperatura de Trabalho aproximadamente: 35°C - (fixo, não regulável). Frequência de trabalho: 40Khz. Tensão: Modelos até 15 Litros são bivolt (acompanha chave seletora). Litragens superiores 110 ou 220 Volts (definir), Bifásico. Dimensões Internas: 20 x 24 x 30 cm Dimensões Externas: 40 x 37 x 33 cm Potência: 160 Watts Peso: 20 KG Banho de Ultrassom / Lavadora ultrassônica com aquecimento 7Lab a 35°C - 15L - com timer bivolt.				

		Garantia mínima de 12 (doze) meses. MODELO REFERENCIA: 				
VALOR TOTAL: R$ 31.822,17						

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital.

8. CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO, ENTREGA E DA GARANTIA:

8.1. A CONTRATADA deverá entregar os objetos em até 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da solicitação formal de entrega emitido pela Secretaria Municipal de Saúde. A entrega deverá ser realizada na Rua Júlio Skrzypczak, nº742, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, CEP: 85750-000, município de Planalto-PR, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h.

8.2. O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
b) Discriminação do objeto a ser entregue;
c) Local onde será entregue o objeto;
d) Prazo para entrega dos objetos;
e) Quantidade e demais informações pertinentes, quando for o caso;
f) Assinatura da Secretária Municipal solicitante.

8.3. Os objetos serão recebidos, imediatamente depois de efetuada as entregas, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

8.4. A CONTRATADA deverá fazer a entrega dos objetos licitado junto à Secretaria Municipal solicitante no Município de Planalto – PR, sem custos adicionais ao município;

8.5. Não será aceito nenhum objeto que esteja em desacordo com o solicitado pelo departamento responsável neste Termo de Referência;

8.6. Os itens 01, 02, 03, 04, 05 e 11, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 12 (doze) meses, com assistência técnica especializada;

8.7. Os itens 06, 07, 08, 09 e 10, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 06 (seis) meses, com assistência técnica especializada;

8.8. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

8.9. Os objetos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso;

8.10. Os objetos deverão ser entregues por meio de transporte da(s) CONTRATADA(s) e através de seus próprios funcionários ou por intermédio da(s) contratada(s), ficando sob inteira responsabilidade desta(s) o ressarcimento de eventuais danos provenientes de acidente(s) porventura sofridos por seus colaboradores ou por interpostas pessoas;

8.11. A CONTRATADA deverá fornecer todos os manuais e catálogos dos objetos, editados

em língua portuguesa;
8.12. Os objetos licitados deverão conter todas normas e certificações vigentes obrigatórios, exigidos pela legislação federal em vigor;
8.13. A CONTRATADA fica obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os objetos e/ou componentes e peças em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento do objeto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas;
8.14. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;
8.15. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;
8.16. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura do respectivo contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:
9.1. Receber os objetos no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
9.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
9.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
9.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, após o ATESTO da Nota Fiscal/Fatura pelo servidor da Secretaria Municipal de Saúde;
9.5. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias uteis após a emissão e apresentação da referida nota fiscal;
9.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa fornecedora atinentes ao objeto do edital;
9.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
10.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega do objeto;
10.2. Efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e validade;
10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
10.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
10.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
10.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
10.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
10.8. Os itens 01, 02, 03, 04, 05 e 11, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 12 (doze) meses, com assistência técnica especializada;
10.9. Os itens 06, 07, 08, 09 e 10, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 06 (seis) meses, com assistência técnica especializada;
10.10. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Edital, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
10.11. Apresentar documentos que comprovem a procedência dos objetos fornecidos, sempre que solicitado;
10.12. Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;
10.13. Cumprir, as suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;
10.14. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega dos objetos até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete.

11. PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1. O pagamento será efetuado através de transferência eletrônico para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após a entrega do objeto;
11.2. A licitante contratada deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;
11.3. Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação serão utilizados recursos oriundos da Resolução da SESA/PR nº 1514/2025, proveniente da seguinte DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
02396	09.126.10.301.1001.2027	4.4.90.52.00.00.01933

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

12.1. A solução será adotada de forma parcelada por item, considerando que a contratação compreende diversos equipamentos com naturezas, especificações técnicas, funcionalidades e fabricantes distintos. Trata-se, portanto, de objeto divisível, sendo técnica e economicamente viável sua divisão em itens independentes.
12.2. O julgamento por item possibilita maior competitividade no certame, permitindo a participação de fornecedores especializados em determinados equipamentos, sem exigir que uma única empresa disponha de capacidade para fornecer todos os objetos integrantes da contratação.
12.3. O parcelamento também poderá proporcionar maior economicidade à Administração, uma vez que possibilita a obtenção de propostas específicas para cada equipamento,

favorecendo a disputa entre empresas que atuam nos respectivos segmentos de mercado.
12.4. A adoção do parcelamento não prejudica a funcionalidade da solução, uma vez que os equipamentos possuem utilização individualizada e não dependem, em regra, da aquisição conjunta para seu funcionamento.
12.5. Ressalta-se, ainda, que a realização anterior dos Pregões Eletrônicos nº 057/2025 e nº 014/2026, nos quais os itens restaram desertos, reforça a conveniência de preservar condições que favoreçam a participação de maior número de fornecedores, evitando o estabelecimento de exigências que possam restringir desnecessariamente a competitividade.
12.6. Assim, o parcelamento por item mostra-se a medida mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e competitivo, atendendo aos princípios da competitividade, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

13. GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO(S) CONTRATO(S):
13.1. O(s) contrato(s) serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pela servidora desta municipalidade, Jussania Aparecida Rossato Salvi, que assumirá a função de fiscal dos contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.
13.2. A gestão do Contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski, designada conforme Portaria n°302/2026.

Planalto-PR, 12 de agosto de 2026.

Angela Regina Garcia Caneppa
Secretária Municipal de Saúde

Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto-PR

EDITAL DE PREGÃO Nº ...../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: **Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.**

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº ...../2026 em epigrafe que tem por objeto a Implantação de Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR., em atendimento a as Secretarias e Departamentos do Município, conforme segue:

Item	Especificação	Marca e Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R$
1	xx	xx	xx	xx	R$

Informar Valor total R$...

A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO ELETRÔNICO**.
A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

EDITAL DE PREGÃO Nº ...../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: **Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.**

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(papel timbrado da licitante)

Á pregoeira e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Planalto, Estado do Paraná
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ...../2026

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 13° da Lei n° 14.133/21.

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.**

7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:
Telefone: ()

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/contrato**, referente ao Pregão Eletrônico n.º **Nº** ...../2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

EDITAL DE PREGÃO Nº ...../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE GARANTIA/FORNECIMENTO

A empresa....., com sede na ....., nº ....., C.N.P.J. nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). ....., portador (a) da Carteira de Identidade n° ..... e do CPF n° ....., DECLARA, sob as penas da Lei, que se obriga a oferecer garantia de funcionamento do equipamento, objeto deste edital, conforme constante no Anexo I do presente Edital, **pelo prazo de _____ meses**, contados da solicitação do equipamento, sendo que durante o período de garantia sempre através de representantes autorizados, devendo realizar substituições e reparos de toda e qualquer peça que apresente anomalia, vício ou defeito de fabricação, bem como, falhas ou imperfeições constatadas em suas características de operação, sem qualquer ônus para a administração.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

006148

EDITAL DE PREGÃO Nº ...../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

RAZÃO SOCIAL:_____

CNPJ Nº _____

ENDEREÇO_____FONE:_____

MUNICIPIO:_____EST._____

Declaramos conforme solicitado no edital em epígrafe que a empresa responsável pela assistência técnica do objeto abaixo, caso venhamos a vencer a referida licitação é:

Nome:
CNPJº
Endereço: Telefone:
Cidade: Estado:

ITEM	QUANT.	UNID.	OBJETO	MARCA/ MODELO

Distancia rodoviária da sede do Município de Planalto: _____km.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente

Local e data_____/_____/_____

_____
NOME:
RG/CPF
CARGO

001149

EDITAL DE PREGÃO Nº ...../2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.

ANEXO VI

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o MUNICÍPIO DE PLANALTO, com sede à Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.460.526/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor LUIZ CARLOS BONI, inscrito no CPF sob o nº 747.491.029-20 e abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede na cidade de....., neste ato representado pelo(a) Sr.(a)....., portador do CPF nº ....., doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através do **Pregão Eletrônico nº ...../2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O objeto do presente termo é a Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.

Item nº	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

PARÁGRAFO SEGUNDO - A execução deverá ser em estrita obediência ao presente Contrato, assim como ao Edital do **Pregão Eletrônico nº ...../2026**, observadas as especificações disponibilizadas no Anexo I do referido instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do **Pregão Eletrônico nº ...../2026**, aplicando-se, ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preço ajustado ao qual o CONTRATANTE se obriga a adimplir

e o CONTRATADO concorda em receber é de R$.....(....).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:
1) Para mais, na hipótese de sobreviver fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado alea econômica (probabilidade de perda concomitante a probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.
2) Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar superior ao valor de mercado.

PARÁGRAFO QUARTO - Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar no setor de Contratos, a documentação que comprove o pedido de reequilíbrio.

PARÁGRAFO QUINTO - A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo o MUNICIPIO a análise e deliberação a respeito do pedido.

PARÁGRAFO SEXTO - A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a CONTRATADA não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pelo Município e a Contratada continuará obrigado a cumprir com os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

PARÁGRAFO OITAVO - Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedores(es).

PARÁGRAFO NONO - O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação confortável, através da troca de fornecedores por parte da empresa, será considerado justificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagira a ordens de fornecimento já emitidas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através de juntada de planilha de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O reajuste de preço será admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O reajustamento dos preços praticados no contrato utilizará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, acompanha das CND's FGTS, TRABALHISTA e FEDERAL e após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrônico para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O respectivo pagamento somente será efetuado após efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação, em especial ao Art. 92º, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/21.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, em 01(uma) via, devidamente regularizada nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO QUARTO – Nenhum pagamento pelo CONTRATANTE isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, independentemente de sua natureza, nem implicará na aprovação definitiva do recebimento da mercadoria.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso seja apurada alguma irregularidade na fatura apresentada ao CONTRATANTE, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA, para o saneamento da irregularidade.

PARÁGRAFO SEXTO – As faturas deverão ser entregues e protocoladas na sede do CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso na data prevista para pagamento não haja expediente no MUNICÍPIO, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente a esta.

PARÁGRAFO OITAVO – Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, são oriundos da Resolução da SESA/PR nº 1514/2025. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
02396	09.126.10.301.1001.2027	4.4.90.52.00.00.01933

PARÁGRAFO NONO - A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões comprovando a sua situação regular perante à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. A CONTRATADA deverá ainda, manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação especificadas no edital (Fazendas: Federal, Estadual e Municipal e Justiça do Trabalho).

PARÁGRAFO DÉCIMO - Durante a vigência do contrato, os valores registrados não serão reajustados.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Licitação do Município de Planalto.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto nos Art. 134 e 135, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA, DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá entregar os objetos em até 20 (vinte)

dias consecutivos, contados a partir do recebimento da solicitação formal de entrega emitido pela Secretaria Municipal de Saúde. A entrega deverá ser realizada na Rua Júlio Skrzypczak, nº742, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, CEP: 85750-000, município de Planalto-PR, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h;

PARÁGRAFO SEGUNDO - O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:
a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
b) Discriminação do objeto a ser entregue;
c) Local onde será entregue o objeto;
d) Prazo para entrega dos objetos;
e) Quantidade e demais informações pertinentes, quando for o caso;
f) Assinatura da Secretária Municipal solicitante;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os objetos serão recebidos, imediatamente depois de efetuada a entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Contrato;

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA deverá fazer a entrega dos objetos licitado junto à Secretaria Municipal de Saúde no Município de Planalto – PR, sem custos adicionais ao município;

PARÁGRAFO QUINTO - Não será aceito nenhum objeto que esteja em desacordo com o solicitado pelo departamento responsável neste Contrato;

PARÁGRAFO SEXTO - Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

PARÁGRAFO SÉTIMO – O presente Contrato terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA E CONDIÇÕES:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - **Os itens 01, 02, 03, 04, 05 e 11, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 12 (doze) meses, com assistência técnica especializada;**

PARÁGRAFO SEGUNDO - **Os itens 06, 07, 08, 09 e 10, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 06 (seis) meses, com assistência técnica especializada;**

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os objetos deverão ser entregues por meio de transporte da(s) CONTRATADA(s) e através de seus próprios funcionários ou por intermédio da(s) contratada(s), ficando sob inteira responsabilidade desta(s) o ressarcimento de eventuais danos provenientes de acidente(s) porventura sofridos por seus colaboradores ou por interpostas pessoas;

PARÁGRAFO QUARTO - Os objetos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso;

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA deverá fornecer todos os manuais e catálogos dos objetos, editados em língua portuguesa;

PARÁGRAFO SEXTO - Os objetos contratados deverão conter todas normas e certificações vigentes obrigatórios, exigidos pela legislação federal em vigor;

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA fica obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os objetos e/ou componentes e peças em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento do objeto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas;

PARÁGRAFO OITAVO – Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

PARÁGRAFO QUARTO - Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

PARÁGRAFO QUINTO - Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água

PARÁGRAFO SEXTO – Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

PARÁGRAFO OITAVO - Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da

empresa.

PARÁGRAFO NONO - Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A contratada deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos.
a) Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função "duplex" (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
b) Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constitui direito do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições ajustadas e da CONTRATADA perceber o valor pactuado na forma e prazo estabelecidos.

006156

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações do CONTRATANTE:
a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Contrato;
b) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
d) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, após o ATESTO da Nota Fiscal/Fatura pelo servidor da Secretaria municipal de Administração;
e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa CONTRATADA atinentes ao objeto do Contrato;
f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Constituem obrigações da CONTRATADA:
a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
b) Efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e validade;
c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
e) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
h) **Os itens 01, 02, 03, 04, 05 e 11, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 12 (doze) meses, com assistência técnica especializada;**
i) **Os itens 06, 07, 08, 09 e 10, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 06 (seis) meses, com assistência técnica especializada;**
j) Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Edital, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
k) Apresentar documentos que comprovem a procedência dos objetos fornecidos, sempre que solicitado;
l) Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;

3 000157

m)Cumprir, as suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;
n) Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega dos objetos até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete.
o) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
p) Responsabilizar-se civil e criminalmente, por todo e qualquer dano que cause ao Município, a preposto seu ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução do serviço, objeto deste Contrato, não cabendo à Administração, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes;
q) A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

CLÁUSULA NONA – DAS PENAS PELA INADIMPLÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa a inexecução parcial do contrato;
b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa a inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que na o se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV - Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Clausula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clausula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Clausula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SÉTIMO - Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO - Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

PARÁGRAFO NONO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstancias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a pra tica dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusa o patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica previa (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).
PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme Art. 125 da lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficara prorrogada até a conclusa o do objeto, caso em que devera o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a não conclusão do contrato referida no Parágrafo anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

a) Ficara ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) Poderá o CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotara as medidas admitidas em Lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO - Para a extinção contratual, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO SEXTO - Se houver alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa sem restringir sua capacidade de concluir o contrato, deverá ser realizado termo aditivo para formalizar a alteração.

PARÁGRAFO SEXTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021), sendo que o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº. 14.133, de 2021

PARÁGRAFO SÉTIMO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira,

trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro, no Código Comercial Brasileiro e em outros referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

PARÁGRAFO ÚNICO - Incumbira ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

a) O(s) contrato(s) serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pela servidora desta municipalidade, Jussania Aparecida Rossato Salvi, que assumirá a função de fiscal dos contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.

b) A gestão do Contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski, designada conforme Portaria n°302/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como

estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

PARÁGRAFO QUINTO - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei n°14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Em ocorrendo a rescisão do presente contrato, em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com o CONTRATANTE, bem como sofrerá as penalidades previstas no Artigo n° 156 da Lei 14.133/2021.

b) A CONTRATADA assume exclusiva e integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil, penal ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

c) O presente Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.**

d) A via deste instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

e) Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUCESSÃO E DO FORO

PARÁGRAFO ÚNICO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02(duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Capanema, estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro.

Planalto - PR, ... de ..... de 2026.

PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

.....

.....

PARECER JURÍDICO Nº 119/2026

Processo Administrativo: *nº 158/2026 – Pregão Eletrônico*

Interessada: *Secretaria Municipal de Saúde*

Assunto: *compra de equipamentos hospitalares com recursos da Resolução SESA/PR nº 1514/2025 – análise da fase de planejamento (Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, pesquisa de preços e minuta do edital, com a minuta do contrato)*

Valor estimado: *R$ 31.822,17*

SÍNTESE DO PARECER

A compra pode seguir por pregão eletrônico, com julgamento por item e participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte. O processo está bem montado, mas o edital só deve ser publicado depois das correções listadas no item 6.

O ponto que mais preocupa é outro: esta é a terceira tentativa de comprar os mesmos equipamentos. Os Pregões nº 057/2025 e nº 014/2026 terminaram desertos, isto é, sem nenhum interessado. Se nada mudar, o risco de um novo pregão deserto é real. Por isso, além de corrigir erros de texto, recomendamos rever o que pode estar afastando os fornecedores: descrições muito fechadas, preço máximo fixado pelo menor orçamento e exigência de balanço de dois anos para uma compra pequena e de entrega rápida (item 5).

Conclusão: parecer favorável, com ressalvas.

1. O QUE FOI ANALISADO

A Secretaria Municipal de Saúde pretende comprar 11 itens de equipamentos para a rede municipal: seladora para papel grau cirúrgico, estadiômetro, desfibrilador externo automático (DEA), bisturi elétrico, dois conjuntos de cilindro de oxigênio, reanimadores manuais (dois infantis e dois adultos), esfigmomanômetros (cinco adultos, um para obeso e um infantil) e lavadora ultrassônica. A despesa será paga com recursos da Resolução SESA/PR nº 1514/2025, pela dotação 02396 (09.126.10.301.1001.2027 – 4.4.90.52 – fonte 01933).

Vieram para análise os autos do Processo nº 158/2026, instruídos com:

- o Estudo Técnico Preliminar nº 069/2026, de 10/08/2026, assinado pela Secretária Municipal de Saúde e pelo Chefe de Gabinete (fl. 10);
- o Termo de Referência, de 12/08/2026, assinado pela Secretária Municipal de Saúde e pelo Prefeito Municipal (fl. 21);
- a Tabela Comparativa de Valor (fl. 35), sem data e com o campo do responsável pela cotação em branco;
- os orçamentos das quatro empresas consultadas (fls. 36/64);
- as demais fontes de pesquisa de preços, com os preços praticados por outros órgãos e o Banco de Preços (fls. 66/98);

006165

- o despacho do Senhor Prefeito Municipal (fl. 99);
- a certidão contábil e financeira (fl. 100);
- a minuta do edital e seus anexos, a partir da fl. 102. Os anexos incluem o Termo de Referência, os modelos de proposta e de declarações e a minuta do contrato. Nessa minuta, o número do pregão e as datas ainda estão em branco.

2. QUAL É O PAPEL DESTE PARECER

Pela Lei nº 14.133/2021 (art. 53), a Procuradoria faz o controle prévio da legalidade antes da publicação do edital. A própria lei pede que o parecer seja escrito em linguagem simples, clara e objetiva (art. 53, § 1º, II), e é assim que este foi redigido.

Não cabe ao parecer decidir questões técnicas (qual equipamento atende melhor o serviço) nem confirmar preços de mercado. Essas escolhas são da Secretaria de Saúde e do setor de compras. Quando, porém, uma escolha técnica ou de preço cria risco jurídico ou ameaça o sucesso da compra, o parecer aponta o problema e sugere o caminho.

3. A FORMA DE COMPRA ESCOLHIDA ESTÁ CORRETA?

Sim. Os equipamentos são bens comuns, ou seja, podem ser descritos por especificações usuais de mercado (art. 6º, XIII). Para bens comuns, o pregão é a modalidade própria (art. 6º, XLI, e art. 29), e a forma eletrônica é a regra (art. 17, § 2º).

O julgamento por menor preço por item também está certo. São equipamentos diferentes, de fabricantes diferentes, e dividir por item permite que cada fornecedor dispute só aquilo que vende (art. 40, V, "b", e ETP, item 10).

A participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte decorre da lei, já que nenhum item passa de R$ 80.000,00 (art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006). Sobre esse ponto, veja o item 5.4.

Por fim, como os equipamentos têm garantia e assistência técnica, é correto formalizar contrato, e não apenas nota de empenho (art. 95, II).

4. O QUE ESTÁ EM ORDEM

A necessidade está bem explicada, e o ETP registra com transparência que as duas licitações anteriores fracassaram. As quantidades estão definidas, o prazo de entrega (20 dias), o local, as garantias mínimas e a obrigação de substituir produtos com defeito estão claros. Há indicação da dotação e da fonte de recurso, o fiscal e o gestor do contrato estão nomeados, e as regras de habilitação, recursos e sanções seguem a Lei nº 14.133/2021 e a Lei Complementar nº 123/2006.

O Plano de Contratações Anual ainda não foi concluído (ETP, item 12). A lei permite que o Município o adote (art. 12, VII), e sua falta não impede esta compra, mas recomendamos que o trabalho seja finalizado.

5. ATENÇÃO: É A TERCEIRA TENTATIVA DE COMPRA

Quando uma licitação fica deserta duas vezes, repetir as mesmas condições tende a dar o mesmo resultado. O próprio ETP reconhece isso ao dizer que é preciso evitar exigências que restrinjam a disputa (item 10.5). Ao comparar o texto com essa preocupação, encontramos quatro pontos que merecem revisão.

5.1. Descrições muito fechadas e marcas de referência

Algumas descrições trazem medidas exatas e nomes comerciais que poucos modelos, ou apenas um, conseguem atender:

- **Item 03 (DEA):** exige dimensões exatas (225 x 225 x 69 mm), faixa de peso, tela de 4,3 polegadas e o acessório "RCP Maestro", que é nome comercial de dispositivo de um fabricante específico. O valor de referência é de R$ 10.000,00.
- **Item 11 (lavadora ultrassônica):** fixa dimensões internas e externas exatas, peso de 20 kg e potência de 160 W, e cita a marca "7Lab" no meio da descrição.
- **Item 01 (seladora):** fixa potência de 280 W e exige "Procedência: Brasil". Exigir que o produto seja nacional, sem base legal, restringe a disputa (art. 9º, I, "a" e "c").
- **Itens 01, 04 e 11:** indicam marcas ou imagens como "modelo de referência" (Selapack, Emai, 7Lab). A lei permite citar marca apenas como referência, e nesse caso é obrigatório acrescentar a expressão "ou similar ou de melhor qualidade" (art. 41, I, "d"). Essa expressão não aparece.

Não há nos autos indício de intenção de favorecer alguém!

O risco é objetivo: descrição fechada afasta concorrentes, pode levar a nova licitação deserta e, se houver um único vencedor possível, expõe o Município a questionamentos.

A recomendação é que a Secretaria, com apoio de profissional da área, troque medidas exatas por faixas ("no máximo", "no mínimo", "aproximadamente"), substitua nomes comerciais pela função desejada (por exemplo, "dispositivo de retorno para manobra de RCP"), retire a exigência de procedência nacional e inclua a expressão "ou similar ou de melhor qualidade" sempre que citar marca. O que for mantido deve vir com uma frase de justificativa no ETP.

006167

5.2. Preço máximo fixado pelo menor orçamento

A tabela de preços adotou, para cada item, o menor valor entre os orçamentos das quatro empresas. O método é admitido pela lei (art. 23), mas, com duas licitações desertas, merece cuidado: se o teto do edital fica no menor preço encontrado, qualquer custo a mais (frete até Planalto, garantia, prazo de pagamento) pode fazer o fornecedor desistir de participar. Veja a comparação com a mediana de todas as fontes pesquisadas, que é o valor do meio, menos sensível a preços muito altos ou muito baixos:

Item	Valor adotado (unit.)	Mediana das fontes (unit.)	Observação
01 Seladora	R$ 4.100,00	R$ 4.285,03	
03 DEA	R$ 10.000,00	R$ 10.235,45	
04 Bisturi elétrico	R$ 10.000,00	R$ 10.363,99	
05 Cilindro de oxigênio	R$ 1.190,00	R$ 1.414,88	2 unidades
08 Esfigmomanômetro adulto	R$ 75,02	R$ 97,38	5 unidades
09 Esfigmomanômetro obeso	R$ 105,50	R$ 147,75	
10 Esfigmomanômetro infantil	R$ 93,82	R$ 121,91	
Total geral (11 itens)	R$ 31.822,17	R$ 33.442,96	ETP previa R$ 35.000,00

Mesmo usando a mediana, o total ficaria abaixo dos R$ 35.000,00 indicados no ETP. A escolha do método é da Administração, mas recomendamos que o setor de compras reavalie se o menor valor é realista para itens que já ficaram desertos e registre por escrito o motivo da escolha final.

A tabela também precisa de ajustes formais: indicar a data de cada orçamento, preencher o nome do responsável pela cotação, conferir, nos orçamentos de fls. 36/64, a data de cada um e explicar que o "menor valor" considerou apenas as empresas. Além disso, a tabela diz que usou "*contratos da licitação anterior deste Município*", o que não é possível, porque as licitações anteriores ficaram desertas. O ETP e o TR falam em "pesquisa em outros municípios". A redação deve ser uniformizada.

5.3. Balanço de dois anos para uma compra pequena e imediata

O edital exige balanço e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios (item 10.4.2). Para uma compra de cerca de R$ 32 mil, dividida em itens de R$ 93 a R$ 10 mil, essa exigência pesa muito para pequenas empresas.

A lei permite dispensar, total ou parcialmente, os documentos de habilitação nas compras para entrega imediata (art. 70, III). Entrega imediata é aquela feita em até 30 dias da ordem de fornecimento (art. 6º, X). Aqui o prazo é de 20 dias. Recomendamos, portanto, retirar a exigência de balanço

000168

(mantendo a certidão de falência e a regularidade fiscal e trabalhista), registrando o fundamento no edital.

5.4. Participação exclusiva de pequenas empresas

A exclusividade é obrigatória como regra (item 3). A mesma lei, porém, permite afastá-la quando não houver pelo menos três fornecedores competitivos dessa categoria, ou quando ela não for vantajosa para a Administração (art. 49, II e III, da Lei Complementar nº 123/2006).

Se os Pregões nº 057/2025 e nº 014/2026 também foram exclusivos, a Secretaria pode avaliar, com justificativa escrita, abrir a disputa a todas as empresas, mantendo o tratamento favorecido às pequenas.

É decisão administrativa; a Procuradoria apenas registra que existe essa saída legal.

6. CORREÇÕES NECESSÁRIAS ANTES DA PUBLICAÇÃO

Além do item 5, encontramos divergências entre os documentos e trechos herdados de outros modelos. A lista abaixo indica onde está cada problema e o que fazer:

Nº	Onde	Problema	O que fazer
1	ETP 8.1	Valor de R$ 35.000,0, diferente dos R$ 31.822,17 do TR e do edital	Uniformizar ou explicar a diferença (ex.: valor do recurso x valor pesquisado)
2	ETP (numeração)	Há dois tópicos "3" e não há tópico "6"	Renumerar
3	ETP 11.1	A frase diz que "existe" e que "não existe" contratação correlata	Manter apenas a afirmação correta
4	ETP 7.3 e 14.1	Remete a "definido no ETP" dentro do próprio ETP; cita "Lei 14.113/2021"	Corrigir a remissão e o número da lei (14.133)
5	TR 4.5 x TR 6.1, edital 17.2 e contrato (Cl. 4ª)	Pagamento em "30 dias úteis após a emissão" em um ponto e "30 dias da apresentação" nos demais	Adotar um único prazo em todos os documentos
6	TR 8.1, edital (Anexo I, 13.1) e contrato (Cl. 15ª)	Fiscalização "nos termos do Decreto 11.246/2022", que é decreto federal	Citar o Decreto Municipal nº 5.584/2024
7	Especificações (ETP e TR)	Item 11: trecho "Litragens superiores... (definir)"; item 01: sobra "C;"; itens 08 a 10: "garantia de calibração de 5 anos" ao lado de garantia mínima de 6 meses	Retirar as sobras e esclarecer o que se exige quanto à calibração
8	Especificações (geral)	Só os itens 08 a 10 citam registro na ANVISA	Exigir, para todos os itens sujeitos a controle sanitário, a indicação do número de registro ou notificação na ANVISA na proposta (Lei nº 6.360/1976), conferido na aceitação
9	Edital, preâmbulo e Anexo II	Diz que a compra atende à "Secretaria Municipal de Administração"; "objetivando o Aquisição"; "Implantação de Aquisição"	Corrigir para Secretaria Municipal de Saúde e ajustar o texto
10	Edital 2.5, 19.4, 21.1; Anexo III (itens 7 e 9); contrato Cl. 4ª, § 10	Referências a "órgão gerenciador", "Ata" e "valores registrados", próprias de registro de preços	Retirar: este pregão não é registro de preços

006169

Nº	Onde	Problema	O que fazer
11	Edital 4.1.2, 4.2.2 e 4.3.2	Prazos de resposta diferentes (3 e 2 dias úteis)	Uniformizar em até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil antes da abertura (art. 164, parágrafo único)
12	Edital 4.2	Exige documento original ou cópia autenticada e ato constitutivo para impugnar	Simplificar: qualquer pessoa pode impugnar (art. 164), e o meio é eletrônico
13	Edital 7.6, 10.4.8, 10.5 e 21.1	Remissões a itens errados (5.4/5.5; 8.5.3 "a"; 10.5.1 a 10.5.3; 20.1) e numeração saltada (tópico 18 com subitens 19.x etc.)	Revisar toda a numeração e as remissões
14	Edital 18.11 e 18.12 x contrato Cl. 4ª, § 10	Edital prevê reajuste pelo IPCA; contrato diz que não haverá reajuste	Uniformizar, mantendo o índice (art. 25, § 7º, e art. 92, V)
15	Edital 10.4.9 e Anexos IV e V	Declarações de garantia e de assistência técnica tratadas como documento de habilitação	Tratar como parte da proposta; a distância informada no Anexo V não pode servir para eliminar licitante
16	Contrato Cl. 17ª, "a"	Impedimento automático de contratar em caso de rescisão	Condicionar a processo com defesa prévia (arts. 156 a 158)
17	Contrato Cl. 7ª	Obrigações típicas de serviços (consumo de água, empregados) e citação da Lei nº 9.985/2000, que trata de unidades de conservação	Adaptar a equipamentos: descarte e logística reversa (Lei nº 12.305/2010), como já prevê o ETP, item 15
18	Contrato Cl. 10ª e 11ª	Título quebrado ("DA / S ALTERAÇÕES"); dois "Parágrafo Sexto"	Corrigir
19	Edital e contrato	Número do pregão, datas e data "de agosto" em branco	Preencher antes da publicação

Duas recomendações de organização

Segregação de funções. A servidora Carla Sabrina Rech Malinski é pregoeira (Portaria nº 116/2026) e também foi indicada como gestora do contrato (Portaria nº 302/2026). A lei pede que a mesma pessoa não acumule funções sensíveis no mesmo processo (art. 7º, § 1º). Se houver outro servidor apto, recomendamos designá-lo para uma das funções. Se não houver, **basta** registrar essa justificativa nos autos.

Comprovação do recurso. Recomendamos juntar a Resolução SESA/PR nº 1514/2025 e o respectivo plano de aplicação, para mostrar que os itens e valores conferem com o que foi aprovado pelo Estado e que a compra será feita dentro do prazo de uso do recurso.

7. E SE O PREGÃO FICAR DESERTO DE NOVO?

Se, mesmo com os ajustes, não aparecerem interessados, a lei permite a compra direta, sem nova licitação, desde que mantidas todas as condições deste edital e que a contratação ocorra em menos de um ano (art. 75, III, "a"). **É uma saída mais rápida, que deve ser instruída com nova consulta de preços e publicada normalmente.**

A dispensa pelo valor (art. 75, II, hoje até R$ 65.492,11, conforme o Decreto Federal nº 12.807/2025) só seria possível se a soma das compras de mesma natureza no ano não ultrapassasse

000170

esse limite (art. 75, § 1º). Como a Secretaria de Saúde faz outras compras de equipamentos, essa conferência teria de ser feita antes. Por isso, neste momento, o pregão é o caminho mais seguro.

8. CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Procuradoria Jurídica opina favoravelmente ao prosseguimento do Pregão Eletrônico do Processo nº 158/2026, desde que, antes da publicação do edital:

a) sejam feitas as correções listadas no item 6;

b) a Secretaria de Saúde revise as especificações dos itens 01, 03, 04 e 11, com inclusão da expressão "ou similar ou de melhor qualidade" onde houver marca de referência e retirada da exigência de procedência nacional (item 5.1);

c) o setor de compras reavalie e justifique por escrito o método de definição do preço máximo e complete a tabela de preços (item 5.2);

d) seja avaliada a retirada da exigência de balanço, com base no art. 70, III (item 5.3).

Recomenda-se, ainda, avaliar a exclusividade para pequenas empresas (item 5.4), observar a segregação de funções e juntar a documentação do recurso estadual (item 6), além de concluir o Plano de Contratações Anual.

Feitas essas providências, não é necessário novo parecer, salvo se as mudanças alterarem o objeto, as regras de participação ou de habilitação além do que aqui foi recomendado.

Este parecer trata apenas dos aspectos jurídicos. As escolhas técnicas, a conveniência da compra e os preços de mercado são de responsabilidade dos setores competentes.

É o parecer.

Planalto/PR, 1º de outubro de 2026.

PATRIQUE MATTOS DREY
Procurador Jurídico
OAB/PR nº 40.209

006171

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

AUTORIZAÇÃO PARA LICITAÇÃO

Planalto – PR, 05 de outubro de 2026.

DE: Luiz Carlos Boni

PARA: Agente de Contratações

Considerando as informações e pareceres contidos no presente Processo, **Autorizo** a Licitação sob a Modalidade ***PREGÃO, na forma ELETRÔNICO***, ***pelo critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM,*** que tem por objeto a aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR, na forma do Art. 79º, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

À Comissão de Licitações nomeada pela Portaria 485/2026.

Encaminhe-se ao Departamento de Licitações para as providências necessárias.

Luiz C. Boni

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

006172

MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) N° 043/2026
CONTRATAÇÃO: 987775-8/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 158/2026
DATA DA REALIZAÇÃO: 20/10/2026
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 09:00 horas
LOCAL: Prefeitura do Município de Planalto – Paraná
www.compras.gov.br "Acesso Identificado"

O **MUNICÍPIO DE PLANALTO**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 76.460.526/0001-16, através da Secretaria de Administração, sediado à Praça São Francisco de Assis n° 1583 – centro – Planalto - Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Luiz Carlos Boni, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, objetivando o **Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.**

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

20 de outubro de 2026 às 09h00min

UASG: 987775 – MUNICÍPIO DE PLANALTO/PR
Local da Sessão Pública: www.compras.gov.br

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº.123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, Decretos Municipais n° 5581 de 26 de dezembro de 2023 e n° 5585 de 09 de janeiro de 2024, e demais legislações aplicáveis.

É Pregoeira deste Município, na qualidade de Agente de Contratação, a servidora Fernanda Scherer Marzec, auxiliadas pelos membros da Equipe de Apoio, todos designados pela Portaria nº 485/2026 de 02 de setembro 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição n° 3609 de 03 de setembro de 2026.

1 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA

1.1 O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.compras.gov.br.

1.2 A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá 20 de outubro de 2026 às 09h00min, no site www.compras.gov.br, nos termos das condições descritas neste Edital.

BONI 006173

2 DO OBJETO

2.1 Constitui objeto deste **PREGÃO o Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.**

2.2 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.compras.gov.br **e www.planalto.pr.gov.br/licitacoes/.**

2.3 A licitação será dividida em itens, conforme tabela do ANEXO I do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.4 Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no **Compras Governamentais** (CATMAT) e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas.**

2.5 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (046) 3555-8100/ 35558121 ou pelo e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br, sendo o atendimento realizado no horário das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h.

2.6 As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde, telefone nº (46) 3555-1589, sendo o atendimento realizado no horário das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h.

3 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.

3.1.1 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (salvo a hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) item(s), serão desclassificadas.

3.2 Será utilizado o modo de disputa **"ABERTO",** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos. O pedido deve ser protocolado no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.1.1 As impugnações ao Edital serão protocoladas em campo específico no sítio eletrônico www.compras.gov.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, e deverão ser dirigidas a pregoeira e protocoladas em dias úteis, das 08h00 às 17h00, à Praça São Francisco de Assis, 1583, centro, Setor de Licitações, Centro, Planalto - PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: **licitacao@planalto.pr.gov.br**.

4.1.2 Caberá ao Pregoeiro(a), responder aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sendo que este poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

4.1.3 O pregoeiro(a) deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame.

4.1.4 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação/pregoeiro ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

4.1.5 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO e sua divulgação se dará na mesma forma de sua divulgação inicial.

4.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

4.2.1 Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro(a), **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, em campo específico no sítio eletrônico www.compras.gov.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, o deverão ser dirigidas a pregoeira e protocoladas em dias úteis, das 08h00 às 17h00, à Praça São Francisco de Assis, 1583, centro, Setor de Licitações, Centro, Planalto - PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: **licitacao@planalto.pr.gov.br**.

4.2.2 O pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

4.3.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Boni
006175

5 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão interessados MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que sejam especializadas e credenciadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.2 É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.2.1 Além de ser exclusiva e formalmente responsável pelas transações efetuadas em seu nome, a licitante assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.

5.4 Será vedada a participação de empresas:

a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, e/ou impossibilitados de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, na forma da legislação vigente, e aquelas declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

b) pessoas físicas ou jurídicas que constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item "a", enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

c) que não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

d) as pessoas físicas e jurídicas enquadradas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

e) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

f) o servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente, sendo que se

considera participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista;

6 DO CREDENCIAMENTO

6.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

6.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.compras.gov.br por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

6.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

7 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA

7.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2 Os licitantes encaminharão exclusivamente pelo sistema, por meio de chave de acesso e senha, proposta com a descrição do objeto/serviço ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta.

7.2.1 Serão consideradas inválidas as propostas apresentadas por quaisquer outros meios.

7.3 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

006177

7.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

III - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.5 O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5.3 O licitante organizado em sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 e 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.9 Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no edital e seus anexos, descrevendo as características do objeto/serviço cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema e o preço ofertado.

7.10 Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.11 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e carretos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Planalto.

7.12 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.13 Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.14 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.15 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.16. A empresa deverá anexar junto com a proposta, FOLDERS, ENCARTES, FOLHETOS TÉCNICOS ou CATÁLOGOS do equipamento ofertado, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação da equipe técnica.

8 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

8.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preambulo deste edital, no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br .

8.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").

8.3 Cabe a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

8.4 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível as licitantes, os lances continuara o sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5 No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br .

8.6 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.7 A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa "aberto", conforme procedimento estabelecido no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e da seguinte forma:

8.7.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.7.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrera sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.7.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.8 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 8.9.

8.9 Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo a competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

8.9.1 Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

8.9.2 Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade.

8.10 Será o considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertados valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado e estabelecidos no Edital.

8.11 Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentara as razoes para a previa desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 8.9.

8.12 Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

8.13 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.14 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.15 Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

8.15.1 Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no § 1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.16 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.16.1 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.17 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.17.1 A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não retira da licitante a responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

8.18 Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de **R$ 1,00 (um real).**

8.19 O critério de julgamento adotado será o de menor preço por ITEM.

006131

8.20 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.20.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.20.2 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

8.21 NÃO SERÃO ADJUDICADOS VALORES ACIMA DOS VALORES DE REFERÊNCIA ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

9 DA CONVOCAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA AO ÚLTIMO LANCE

9.1 O Pregoeiro solicitara a licitante provisoriamente vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo II do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacao@planalto.pr.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no "chat" a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

9.1.2 O prazo para envio da proposta e de, no máximo, 02 (duas) horas úteis a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado por igual período e motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstancias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.1.3 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.1.4 O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

9.1.5 A apresentação dos materiais e documentos a que se referem o subitem 9.1.4 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas.

9.1.6 Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á as sanções previstas neste edital.

9.1.7 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

9.2 A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA DEVERÁ SER APRESENTADA contendo, preferencialmente: Razão social ou denominação social, número do CNPJ, endereço completo,

006182

com CEP e os números de veículos de comunicação à distância (telefone, e-mail) da empresa, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou borrões, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa (se Procurador acompanhado da respectiva Procuração) e conter a descrição completa dos itens/lotes vencidos, marca,/modelo (quando for o caso), quantidade estimada, preço ofertado, prazo de validade da proposta, e conter a declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo de proposta, ANEXO II deste edital.

9.3 A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

9.4 A proposta será desclassificada quando:

a) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

b) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

c) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

d) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.4.1 O Pregoeiro poderá realizar diligencias para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea "c" acima.

9.5 O Pregoeiro examinara a proposta mais bem classificada quanto a compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos preços unitários ofertados, que não poderão o ser superiores aos valores estimados constantes na tabela do Anexo I.

9.5.1 O Pregoeiro poderá promover diligencia destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares a proposta.

9.5.2 Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro devera empreender diligencias para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente cera cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10 DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, podendo abranger o Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

10.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, em relação a aqueles solicitados pelo Pregoeiro, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação as empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificara a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como "objeto social" no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

10.3. Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, em observância ao disposto no item 7.4 deste edital, no ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos seguintes requisitos de habilitação:

10.4. A HABILITAÇÃO DO LICITANTE SERÁ AFERIDA POR INTERMÉDIO DOS SEGUINTES DOCUMENTOS:

10.4.1. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

10.4.1.1. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

10.4.1.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.4.2. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

10.4.2.1. **Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

10.4.3. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

10.4.3.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;**

10.4.3.2. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.4.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

10.4.3.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

10.4.3.4.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.4.3.4.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

10.4.3.4.3. Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);**

10.4.3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT),** nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

10.4.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações.

10.4.5. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, as empresas nesta condição serão declaradas habilitadas sob condição de regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.

10.4.6. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item supra, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 90 da Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

10.4.7. Na falta da regularização da documentação, no mesmo prazo previsto, a Administração poderá aplicar a multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado pela proponente vencedora da licitação.

10.4.8. Será considerada microempresa aquela que tiver auferido, no exercício social anterior, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), e empresa de pequeno porte aquela que tenha auferido receita bruta superior à R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações.

10.4.9. Deverá apresentar ainda as **DECLARAÇÕES:**

10.4.9.1. Declaração Unificada conforme modelo. **(ANEXO III)**;

10.4.9.2. Declaração de Garantia/Fornecimento. **(ANEXO IV)**;

10.4.9.3. Declaração de Assistência Técnica **(ANEXO V)**.

10.5. O CADASTRO no SICAF, ou Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Divisão de Licitações do Município de Planalto (DESDE QUE VÁLIDO) poderá substituir os documentos indicados nos subitens 10.5.1 a 10.5.3, para a documentação por ele abrangida.

10.5.1. Caso os documentos válidos não estejam disponíveis para consulta e download, o licitante deverá encaminhá-los no prazo da convocação realizada pela Pregoeira.

10.5.2. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 10.5.1 e de 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado por igual período e motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstancias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.5.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.5.4. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á as sanções previstas neste edital.

10.6. Será verificado quanto às declarações obrigatórias no momento do cadastramento da proposta se o licitante apresentou via sistema, sob pena de inabilitação:

10.6.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.6.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.7. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

10.7.1. Havendo dúvida razoável quanto a autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

10.7.1.1. Os originais ou copias autenticadas, caso sejam solicitados, devera o ser encaminhados a Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, Planalto – PR CEP:85.750-000, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

10.8. Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, o Pregoeiro, a título de diligencia, poderá solicitar a licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de "anexos" do sistema.

10.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observados os prazos e procedimentos previstos em edital

10.10. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

11 DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

11.1 A confirmação de regularidade perante os órgãos oficiais será realizada junto aos "sites" na INTERNET.

11.2 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade.

11.3 Para que a licitante seja considerada vencedora, além de ter sua proposta aceita, deverá enviar todos os documentos previstos no edital dentro do prazo estipulado.

11.4 Não serão aceitos documentos em forma de FAX ou equivalente e nem a apresentação de protocolo ou comprovantes de pagamento em substituição a documento solicitado como definitivo.

11.5 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar:
I - Em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo.
II - Em nome da sede (matriz), se o licitante for à sede (matriz).
III - Em nome da filial, se o licitante for à filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

11.6 A falta de quaisquer documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará a INABILITAÇÃO do licitante e sua consequente exclusão do processo.

11.7 Havendo superveniência de fato impeditivo, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.

11.8 A apresentação da proposta por parte do licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância e adesão para com as cláusulas deste edital e seus respectivos anexos.

11.9 Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

11.10 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de classificação e habilitação.

11.11 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

11.12 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.13 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.14 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão

fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação

12 DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinara a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.2 Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende as exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

13 DOS RECURSOS

13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.4 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.5 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.6 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.7 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.8 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.9 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.10 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.11 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.12 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.planalto.pr.gov.br/ .

14 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

15.1.1 Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

15.1.2 A adjudicação e a homologação do resultado da licitação são de responsabilidade da autoridade competente, nos termos do art. 71 da Lei nº. 14.133, de 2021.

15.1.3 A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

16 DO RECEBIMENTO E CONDIÇÕES DOS ITENS

16.1 A CONTRATADA deverá entregar os objetos em até 20 (vinte) dias consecutivos,

contados a partir do recebimento da solicitação formal de entrega emitido pela Secretaria Municipal de Saúde. A entrega deverá ser realizada na Rua Júlio Skrzypczak, nº742, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, CEP: 85750-000, município de Planalto-PR, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h.

16.2 O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
b) Discriminação do objeto a ser entregue;
c) Local onde será entregue o objeto;
d) Prazo para entrega dos objetos;
e) Quantidade e demais informações pertinentes, quando for o caso;
f) Assinatura da Secretária Municipal solicitante.

16.3 Os objetos serão recebidos, imediatamente depois de efetuada as entregas, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Edital;

16.4 A CONTRATADA deverá fazer a entrega dos objetos licitado junto à Secretaria Municipal solicitante no Município de Planalto – PR, sem custos adicionais ao município;

16.5 Não será aceito nenhum objeto que esteja em desacordo com o solicitado pelo departamento responsável neste Edital;

16.6 Os itens 01, 02, 03, 04, 05 e 11, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 12 (doze) meses, com assistência técnica especializada;

16.7 Os itens 06, 07, 08, 09 e 10, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 06 (seis) meses, com assistência técnica especializada;

16.8 Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Edital, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

16.9 Os objetos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso;

16.10 Os objetos deverão ser entregues por meio de transporte da(s) CONTRATADA(s) e através de seus próprios funcionários ou por intermédio da(s) contratada(s), ficando sob inteira responsabilidade desta(s) o ressarcimento de eventuais danos provenientes de acidente(s) porventura sofridos por seus colaboradores ou por interpostas pessoas;

16.11 A CONTRATADA deverá fornecer todos os manuais e catálogos dos objetos, editados em língua portuguesa;

006190

16.12 Os objetos licitados deverão conter todas normas e certificações vigentes obrigatórios, exigidos pela legislação federal em vigor;

16.13 A CONTRATADA fica obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os objetos e/ou componentes e peças em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento do objeto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas;

16.14 Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;

16.15 A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

16.16 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura do respectivo contrato.

17 DAS OBRIGAÇÕES

17.1 São Obrigações da CONTRATANTE:

17.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

17.1.2 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

17.1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

17.1.4 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, após o ATESTO da Nota Fiscal/Fatura pelo servidor responsável;

17.1.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa fornecedora atinentes ao objeto do edital;

17.1.6 Acompanhar, fiscalizar e supervisionar o fornecimento dos objetos, por meio da verificação das especificações do edital e quantidades solicitadas, bem como a qualidade;

17.1.7 Devolver todo e qualquer objetos que estiver fora das especificações e solicitar expressamente sua substituição.

17.1.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente neste Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Boni
000191

17.2 São Obrigações da CONTRATADA:

17.2.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

17.2.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência, registro e validade;

17.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

17.2.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

17.2.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.2.6 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

17.2.7 Os itens 01, 02, 03, 04, 05 e 11, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 12 (doze) meses, com assistência técnica especializada;

17.2.8 Os itens 06, 07, 08, 09 e 10, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 06 (seis) meses, com assistência técnica especializada;

17.2.9 Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Edital, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

17.2.10 Apresentar documentos que comprovem a procedência do objeto fornecido, sempre que solicitado;

17.2.11 Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Edital;

17.2.12 Cumprir, as suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

17.2.13 Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, ainda que seja transporte especial quando o produto assim exigir, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete.

17.2.14 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Edital, o objeto com avarias ou defeitos;

18 DO PAGAMENTO

18.2 O pagamento será efetuado através de transferência eletrônico para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.

18.3 A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

18.4 Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

18.5 Valor máximo estimado da licitação é de **R$ 31.822,17(Trinta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e dezessete centavos).**

18.6 Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, são oriundos da Resolução da SESA/PR nº 1514/2025. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
02396	09.126.10.301.1001.2027	4.4.90.52.00.00.01933

18.7 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fara desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora será o calculados a taxa de 0,5% (meio por cento) ao me s, ou 6% (seis por cento) ao ano.

19 DO REAJUSTE

19.1 O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

19.2.1 Para mais, na hipótese de sobreviver fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado alea econômica (probabilidade de perda concomitante a probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

19.2.2 Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar superior ao valor de mercado.

19.3 Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar no setor de Contratos, a documentação que comprove o pedido de reequilíbrio.

19.4 A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo o MUNICIPIO a análise e deliberação a respeito do pedido.

19.5 A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

19.6 Se a CONTRATADA não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pelo Município e a Contratada continuará obrigado a cumprir com os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

19.7 Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedores(es).

19.8 O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação confortável, através da troca de fornecedores por parte da empresa, será considerado justificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

19.9 A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagira a ordens de fornecimento já emitidas.

19.10 O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

19.11 Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através de juntada de planilha de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

19.12 O reajuste de preço será admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

19.13 O reajustamento dos preços praticados no contrato utilizará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

20 CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

20.2 As obrigações decorrentes deste **PREGÃO** consubstanciar-se-ão no **TERMO DE**

CONTRATUAL, cuja minuta consta como **Anexo VI** deste Edital.

20.3 Uma vez homologado o resultado da licitação pela Autoridade Superior, o licitante vencedor será convocado, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após o ato convocatório, para assinatura do Instrumento Contratual.

20.3.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Instrumento Contratual, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura por meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

20.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela secretaria demandante.

20.5 A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar o Instrumento Contratual, dentro do prazo estabelecido pela Administração, ensejará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório.

20.6 Para assinatura do Instrumento Contratual, esta deverá ser realizada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurados), mediante apresentação do contrato social e procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante.

21 DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.2 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata no prazo estabelecido no item 20.1 caracterizara o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitara a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou da Ata, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

21.2 As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato ou a Ata, ficara o também sujeitas as sanções referidas no item 21.1.

21.3 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa a inexecução parcial do contrato;

b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa a inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.4 Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que na o se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas
"b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Clausula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clausula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Clausula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

21.5 A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.6 Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a

multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

21.7 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.9 Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.10 Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

21.11 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.12 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstancias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.13 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

21.14 A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que

utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a pra tica dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusa o patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica previa (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.15 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

21.16 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

22 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

22.2 Fica assegurado ao Município de Planalto o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

22.3 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

22.4 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

22.5 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

22.6 A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

22.7 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

22.8 A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.9 A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Planalto - PR.

23 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

23.2 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

24 DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

24.2 O Município de Planalto realizará todas as retenções tributárias a que for legalmente obrigado.

24.2 O Município de Planalto fará as retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

24.2.1 As alíquotas a serem aplicadas são aquelas previstas nos anexos da IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

24.2.2 As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais apresentados pelas empresas contratadas, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

24.2.3 As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

24.3 A licitante contratada deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

25 DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

25.2 Caberá aos gestores e fiscais designados pela autoridade competente do Município

006199

promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do contrato ou da Ata.

25.2 A CONTRATADA deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representa -lá sempre que for necessário.

26 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.2 O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná através do endereço eletrônico **www.diariomunicipal.com.br/amp/**, e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico **www.planalto.pr.gov.br/.**

26.3 As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

26.5 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira.

26.6 Será facultado à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase do pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

26.7 A Pregoeira poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

26.8 As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

26.9 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

Boni 006200

26.10 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.11 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Planalto, exceto quando explicitamente disposto em contrário, espeitadas as disposições do art. 183 da Lei nº. 14.133, de 2021.

26.12 Fica assegurado à Município Planalto o direito de revogar a licitação por razões de conveniência e oportunidade, ou anulá-la em virtude de ilegalidade insanável, nos termos do art. 71, da Lei nº. 14.133, de 2021.

26.13 A anulação do procedimento licitatório induz a da Ata de Registro de Preços, ressalvado o disposto no Art. 148, da Lei n°14.133, de 2021.

26.14 O resultado da licitação será divulgado pelo Portal COMPRASGOV através do site www.compras.gov.br e estará disponível junto a Divisão de Licitações do Município de Planalto.

26.15 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

26.16 É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

26.17 A proponente deverá indicar à Pregoeira todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

26.18 A pregoeira não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Planalto, quanto do emissor.

26.19 Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

26.20 Caso o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo

recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

26.21 Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

26.22 CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELA PREGOEIRA VIA CHAT.

26.23 Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema ComprasGov que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

26.24 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

26.25 EM CASO DE DIVERGÊNCIA, EM RELAÇÃO AO DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL E NO PORTAL COMPRASGOV PREVALECERÁ O DESCRITIVO DO EDITAL.

26.26 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Capanema - PR.

26.27 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

26.28 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento;
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial;
ANEXO III	Modelo de Declaração Unificada;
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Garantia;
ANEXO V	Modelo de Declaração De Responsabilidade Da Assistência Técnica;
ANEXO VI	Modelo de Minuta de Contrato.

Planalto – PR, 05 de outubro de 2026.

.....

LUIZ CARLOS BONI
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO Nº 043/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ORGÃO INTERESSADO:
1.1. Secretaria Municipal de Saúde.

2. OBJETO:
2.1. Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.

3. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA:
3.1. Angela Regina Garcia Caneppa.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO:
4.1. A presente aquisição tem por objeto a aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Planalto-PR, conforme especificações e quantitativos definidos no processo de contratação e em observância às necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como às disposições da Resolução nº 1514/2025 da SESA/PR. A relação contempla equipamentos destinados ao apoio às atividades assistenciais, procedimentos clínicos, atendimento de urgência e emergência, esterilização e demais serviços desenvolvidos pela rede municipal de saúde.
4.2. A aquisição mostra-se necessária para garantir a adequada estruturação e o pleno funcionamento dos serviços de saúde disponibilizados à população, proporcionando aos profissionais equipamentos apropriados para a execução de suas atividades e contribuindo para a segurança, qualidade e continuidade dos atendimentos.
4.3. Ressalta-se que os equipamentos pretendidos já foram objeto de procedimentos licitatórios anteriores, especificamente o Pregão Eletrônico nº 057/2025 e o Pregão Eletrônico nº 014/2026, nos quais os respectivos itens restaram desertos. Dessa forma, apesar das tentativas anteriores de contratação, a Administração não conseguiu concluir a aquisição dos equipamentos necessários, permanecendo a demanda existente e a necessidade de promover nova tentativa de contratação, a fim de evitar a descontinuidade ou a precarização dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.
4.4. A ausência desses equipamentos pode comprometer a execução adequada de determinadas atividades e procedimentos, especialmente aqueles relacionados ao atendimento

de situações de emergência, suporte à vida, avaliação dos pacientes, preparação e esterilização de materiais e demais procedimentos assistenciais.

4.5. Assim, considerando a necessidade permanente de assegurar condições adequadas de funcionamento da rede municipal de saúde, a importância dos equipamentos para o desenvolvimento das atividades assistenciais e administrativas da Secretaria Municipal de Saúde e, principalmente, o fato de que os itens já foram submetidos a procedimentos licitatórios anteriores, nos quais restaram desertos, justifica-se a realização de nova contratação, buscando possibilitar a efetiva aquisição dos equipamentos e atender à demanda existente.

4.6. A nova tentativa de contratação também se mostra necessária sob a perspectiva do interesse público, uma vez que a manutenção dos serviços de saúde em condições adequadas depende da disponibilidade de equipamentos compatíveis com as atividades desenvolvidas. A aquisição permitirá suprir as necessidades atualmente existentes, melhorar a estrutura disponível aos profissionais e proporcionar melhores condições de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Planalto-PR.

4.7. Por fim, a aquisição deverá observar integralmente as especificações técnicas estabelecidas para cada item, de modo a assegurar que os equipamentos fornecidos sejam compatíveis com as necessidades dos serviços municipais, apresentem qualidade e segurança adequadas e atendam às exigências aplicáveis aos equipamentos utilizados na área da saúde, garantindo, assim, que a contratação alcance efetivamente os resultados pretendidos pela Administração Pública.

5. MODALIDADE:

5.1. Conforme Art. 28. Da Lei 14.133/21 são modalidades de licitação:

I - Pregão;

5.2. Na mesma Lei, art. 6°, inciso XLI o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

5.3. Para esta contratação será utilizado a modalidade de licitação PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, com o modo de disputa ABERTO tendo como intervalo mínimo de R$ 1,00 (um real), conforme já definido no Estudo Técnico Preliminar.

6. VALOR:

6.1. O valor total estimado é de **R$ 31.822,17(Trinta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e dezessete centavos).**

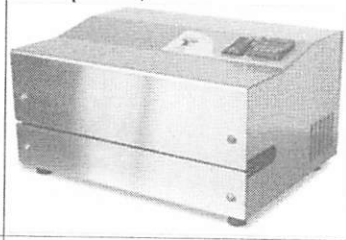
6.2. O valor estimado foi apurado a partir do menor valor de orçamento apresentado, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, Banco de Preços e pesquisa em outros municípios.

6.3. Responsável pela conferência dos preços: Eduardo Rech Delares.

7. DEFINIÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO:

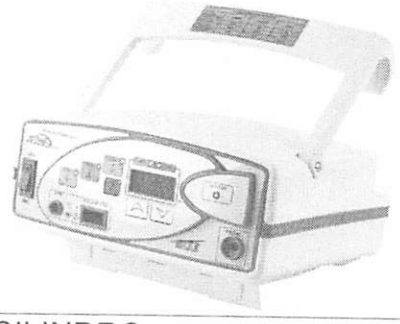
ITEM	UN	OBJETO	CATMAT	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	UN	SELADORA HOSPITALAR PAPEL GRAU CIRURGICO AUTOMÁTICA HORIZONTAL, de esteira, ideal para selagem de papel grau cirúrgico e filme bilaminado nas versões analógicas e/ou digitais;	306486	01	R$ 4.100,00	R$ 4.100,00

006204

		Temperatura programável até 300º C; Velocidade de selagem de 10 metros por minutos; Espessura de selagem de 13 mm; Comando de aquecimento e motor independente. Especificações Seladora específica para rolos de papel grau-cirúrgico e filme bilaminado; Possui temperatura de selagem programável; Espessura de selagem de mínimo 13 mm conforme normas internacionais; Selagem rápida e eficiente; Comando de aquecimento e acionamento do motor independente; Velocidade de selagem de 10 metros por minuto. Largura da Solda: aproximadamente 13 mm; Procedência: Brasil; Potência: 280 Watts; C; Voltagem: 220 V- 60 Hz; Assistência Técnica garantida Certificado de calibração térmica RDC 15 Anvisa seção III Resistência em conformidade com norma ABNT 14990-9 **Garantia mínima de 12 (doze) meses.** MODELO DE REFERÊNCIA, SIMILAR OU SUPERIOR: Marca: Selapack; 				
02	UN	ESTADIOMETRO Tipo: Régua Material: Alumínio Anodizado Escala Graduação: 1 METRO C/	442930	01	R$ 450,00	R$ 450,00

		Escala Métrica - Mm E Cm Componente: Desmontável, C/ Cursor Deslizante Adicional: C/ Base Plástica P/ Pés, portátil **Garantia mínima de 12 (doze) meses.**				
03	UN	DESFIBRILADOR AUTOMÁTICO DEA DESFIBRILADOR DEA, externo automático, até 250 choques autonomia da bateria; e 2 pares de eletrodos (adultos e pediátrico) cada. Operação com botão único: Inteligência artificial: diagnóstico acurado das condições do paciente, indicando ou não a aplicação do choque e impedindo o uso acidental. Compacto: 225 x 225 x 69 mm e peso entre 1,2 kg e 1,9 kg. Orientação por voz e por indicadores visuais na tela LCD ou LED. Choque Bifásico, IP56, Gravação de eventos e som ambiente para posterior análise, Display LCD de 4,3" com visualização de ECG, BPM, cronômetro de RCP e indicação de nível de bateria Autodiagnóstico de funções e bateria ,Software de conexão, download e gerenciamento de dados via PC (conexão USB), Baterias recarregáveis Cabo de ECG de 3 vias, Dispositivo de feedback para realização da manobra RCP (RCP Maestro) reutilizável, Bolsa funcional que permite a utilização do equipamento sem sua retirada, Acesso fácil às pás para uso e reposição. Resistente a quedas. **Garantia mínima de 12 (doze) meses.**	615328	01	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
04	UN	BISTURI ELETRICO mínimo 100W, função bipolar 1 Cabo de placa neutra 1 Pedal simples 1 Caneta padrão de baixa	470959	01	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00

006206

		1 Placa neutra em inox (150x100x0,5mm) 1 Cabo de força 1 Eletrodo tipo agulha (85mm) 1 Eletrodo tipo agulha de depilação (66mm) 1 Eletrodo tipo alça pequena (Ø= 4,5mm) 1 Eletrodo tipo bola (Ø= 2,1mm) 1 Eletrodo tipo bola (Ø= 4,2mm) 1 Eletrodo tipo faca reta pequena (67mm) 1 Manual do usuário 1 Certificado de garantia Modelo: Radiofrequência Modo De Operação Monopolar: Monopolar Potência Máxima Corte Monopolar: De 100 A 150 W Tipo De Coagulação: Coagulação, Spray E Fulguração Tipo De Corte: Corte Puro E No Mínimo 3 Mistos Modo De Operação: Bipolar, Micro E Macro Outros Componentes: Alarme, Memória Compatibilidade: Compatível C/ Coagulador Argônio **Garantia mínima de 12 (doze) meses.** MODELO DE REFERÊNCIA, SIMILAR OU SUPERIOR: Emai digital 				
05	UN	CILINDRO DE GASES MEDICINAIS CILINDRO DE GASES MEDICINAIS, oxigênio, Conjunto portátil para oxigenoterapia	288079	02	R$ 1.190,00	R$ 2.380,00

006207

		contendo: cilindro metálico para acondicionamento de oxigênio medicinal, com capacidade hidráulica de 7 litros e 1,0m³, tipo G. Dotado de válvula de segurança para enchimento e abertura, conexão padrão standard; deve ser fornecido regulador de pressão adaptado a manômetro de carga e regulagem de pressão, além de fluxômetro, com régua graduada e acionamento por válvula Montado em suporte próprio, que permita transporte e adequada fixação ao solo e estabilização durante o transporte. **Garantia mínima de 12 (doze) meses.**				
06	UN	REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIÁTRICO (AMBU) Reanimador manual, INFANTIL, em silicone com reservatório, completo. Composto por: balão em silicone transparente (reanimador) de no mínimo 500 ml, máscara facial em silicone, conexão, válvula unidirecional, tubo de oxigênio (extensão) e bolsa reservatório. **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**	456407	02	R$ 143,07	R$ 286,14
07	UN	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU) Reanimador manual, ADULTO, em silicone com reservatório, completo. Composto por: balão em silicone transparente (reanimador) de no mínimo 1600 ml, máscara facial em silicone, conexão, válvula unidirecional, tubo de oxigênio (extensão) e bolsa reservatório. **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**	456408	02	R$ 143,07	R$ 286,14
08	UN	ESFIGNOMANÔMETRO ADULTO	434825	05	R$ 75,02	R$ 375,10

006208

		Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Tipo Fecho: Fecho Em Velcro Tamanho: Adulto Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**				
09	UN	ESFIGNOMANÔMETRO OBESO Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO Ajuste: Analógico, aneroide Tipo*: De Braço Faixa De Operação: Até 300 MMHG Material Braçadeira: Braçadeira Em Nylon **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**	432481	01	R$ 105,50	R$ 105,50
10	UN	ESFIGNOMANÔMETRO INFANTIL Manômetro metálico 01 Braçadeira fabricada em nylon; 01 Manguito; 01 Pêra em pvc; 01 Válvula. Fecho Em Metal Tamanho: Infantil Garantia de calibração de 5 anos, Registro na ANVISA/INMETRO **Garantia mínima de 06 (seis) meses.**	432475	01	R$ 93,82	R$ 93,82
11	UN	LAVADORA ULTRASSONICA ATÉ 15 LITROS Painel em policarbonato com indicação de funções, chave liga/desliga e chave de acionamento para aquecimento, com indicador luminoso. Controle de tempo de trabalho indicado por LED para facilitar o monitoramento do processo, com	480952	01	R$ 3.745,47	R$ 3.745,47

006209

		função ""Pause"" que permite pausar a operação sem perder o tempo decorrido. Temporizador microprocessado digital com display de 02 dígitos. Ciclo de trabalho automático com temporizador de até 60 minutos e alarme sonoro de final de ciclo. Sistema de aquecimento através de resistência tubular blindada em aço inox AISI 304, localizada dentro da cuba, oferecendo uma limpeza eficaz. Porta fusível de segurança. Entrada e saída de água por meio de dreno lateral, com conexão para mangueira de silicone. Cuba interna em aço inox AISI 304, estampada e polida (sem emendas ou soldas). Cesto removível em aço inox perfurado proporciona maior durabilidade. Gabinete externo em chapa de aço carbono SAE 1020 com tratamento anticorrosivo e acabamento (pintura) em epóxi texturizado eletrostático. Montado sob pés de borracha. Faixa de Temperatura de Trabalho aproximadamente: 35°C - (fixo, não regulável). Frequência de trabalho: 40Khz. Tensão: Modelos até 15 Litros são bivolt (acompanha chave seletora). Litragens superiores 110 ou 220 Volts (definir), Bifásico. Dimensões Internas: 20 x 24 x 30 cm Dimensões Externas: 40 x 37 x 33 cm Potência: 160 Watts Peso: 20 KG Banho de Ultrassom / Lavadora ultrassônica com aquecimento 7Lab a 35°C - 15L - com timer bivolt. **Garantia mínima de 12 (doze) meses.**				

		MODELO DE REFERÊNCIA, SIMILAR OU SUPERIOR 				
VALOR TOTAL: R$ 31.822,17						

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital.

8. CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO, ENTREGA E DA GARANTIA:

8.1. A CONTRATADA deverá entregar os objetos em até 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da solicitação formal de entrega emitido pela Secretaria Municipal de Saúde. A entrega deverá ser realizada na Rua Júlio Skrzypczak, nº742, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, CEP: 85750-000, município de Planalto-PR, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h.

8.2. O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
b) Discriminação do objeto a ser entregue;
c) Local onde será entregue o objeto;
d) Prazo para entrega dos objetos;
e) Quantidade e demais informações pertinentes, quando for o caso;
f) Assinatura da Secretária Municipal solicitante.

8.3. Os objetos serão recebidos, imediatamente depois de efetuada as entregas, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

8.4. A CONTRATADA deverá fazer a entrega dos objetos licitado junto à Secretaria Municipal solicitante no Município de Planalto – PR, sem custos adicionais ao município;

8.5. Não será aceito nenhum objeto que esteja em desacordo com o solicitado pelo departamento responsável neste Termo de Referência;

8.6. Os itens 01, 02, 03, 04, 05 e 11, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 12 (doze) meses, com assistência técnica especializada;

8.7. Os itens 06, 07, 08, 09 e 10, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 06 (seis) meses, com assistência técnica especializada;

8.8. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

8.9. Os objetos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso;

8.10. Os objetos deverão ser entregues por meio de transporte da(s) CONTRATADA(s) e através de seus próprios funcionários ou por intermédio da(s) contratada(s), ficando sob inteira responsabilidade desta(s) o ressarcimento de eventuais danos provenientes de acidente(s) porventura sofridos por seus colaboradores ou por interpostas pessoas;

8.11. A CONTRATADA deverá fornecer todos os manuais e catálogos dos objetos, editados em língua portuguesa;

8.12. Os objetos licitados deverão conter todas normas e certificações vigentes obrigatórios,

exigidos pela legislação federal em vigor;
8.13. A CONTRATADA fica obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os objetos e/ou componentes e peças em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento do objeto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas;
8.14. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;
8.15. A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;
8.16. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura do respectivo contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1. Receber os objetos no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
9.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
9.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
9.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, após o ATESTO da Nota Fiscal/Fatura pelo servidor da Secretaria Municipal de Saúde;
9.5. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias uteis após a emissão e apresentação da referida nota fiscal;
9.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa fornecedora atinentes ao objeto do edital;
9.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega do objeto;
10.2. Efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e validade;
10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
10.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
10.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
10.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
10.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a

terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

10.8. Os itens 01, 02, 03, 04, 05 e 11, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 12 (doze) meses, com assistência técnica especializada;

10.9. Os itens 06, 07, 08, 09 e 10, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 06 (seis) meses, com assistência técnica especializada;

10.10. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Edital, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

10.11. Apresentar documentos que comprovem a procedência dos objetos fornecidos, sempre que solicitado;

10.12. Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;

10.13. Cumprir, as suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

10.14. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega dos objetos até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete.

11. PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1. O pagamento será efetuado através de transferência eletrônico para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após a entrega do objeto;

11.2. A licitante contratada deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais;

11.3. Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação serão utilizados recursos oriundos da Resolução da SESA/PR nº 1514/2025, proveniente da seguinte DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
02396	09.126.10.301.1001.2027	4.4.90.52.00.00.01933

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

12.1. A solução será adotada de forma parcelada por item, considerando que a contratação compreende diversos equipamentos com naturezas, especificações técnicas, funcionalidades e fabricantes distintos. Trata-se, portanto, de objeto divisível, sendo técnica e economicamente viável sua divisão em itens independentes.

12.2. O julgamento por item possibilita maior competitividade no certame, permitindo a participação de fornecedores especializados em determinados equipamentos, sem exigir que uma única empresa disponha de capacidade para fornecer todos os objetos integrantes da contratação.

12.3. O parcelamento também poderá proporcionar maior economicidade à Administração, uma vez que possibilita a obtenção de propostas específicas para cada equipamento, favorecendo a disputa entre empresas que atuam nos respectivos segmentos de mercado.

12.4. A adoção do parcelamento não prejudica a funcionalidade da solução, uma vez que os

equipamentos possuem utilização individualizada e não dependem, em regra, da aquisição conjunta para seu funcionamento.

12.5. Ressalta-se, ainda, que a realização anterior dos Pregões Eletrônicos nº 057/2025 e nº 014/2026, nos quais os itens restaram desertos, reforça a conveniência de preservar condições que favoreçam a participação de maior número de fornecedores, evitando o estabelecimento de exigências que possam restringir desnecessariamente a competitividade.

12.6. Assim, o parcelamento por item mostra-se a medida mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e competitivo, atendendo aos princípios da competitividade, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

13. GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO(S) CONTRATO(S):

13.1. O(s) contrato(s) serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pela servidora desta municipalidade, Jussania Aparecida Rossato Salvi, que assumirá a função de fiscal dos contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.

13.2. A gestão do Contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski, designada conforme Portaria n°302/2026.

Planalto-PR, 12 de agosto de 2026.

Angela Regina Garcia Caneppa
Secretária Municipal de Saúde

Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal de Planalto-PR

EDITAL DE PREGÃO Nº 043/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: **Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.**

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº 043/2026 em epigrafe que tem por objeto a Implantação de Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR., em atendimento a as Secretarias e Departamentos do Município, conforme segue:

Item	Especificação	Marca e Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R$
1	xx	xx	xx	xx	R$

Informar Valor total R$...

A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO ELETRÔNICO**.
A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

006215

EDITAL DE PREGÃO Nº 043/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: **Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.**

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(papel timbrado da licitante)

Á pregoeira e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Planalto, Estado do Paraná
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 13° da Lei n° 14.133/21.

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.**

7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:
Telefone: ()

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/contrato**, referente ao Pregão Eletrônico n.º **Nº** 043/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

BONI
006217

EDITAL DE PREGÃO Nº 043/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE GARANTIA/FORNECIMENTO

A empresa....., com sede na ....., nº ....., C.N.P.J. nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). ....., portador (a) da Carteira de Identidade n° ..... e do CPF n° ....., DECLARA, sob as penas da Lei, que se obriga a oferecer garantia de funcionamento do equipamento, objeto deste edital, conforme constante no Anexo I do presente Edital, **pelo prazo de _____ meses**, contados da solicitação do equipamento, sendo que durante o período de garantia sempre através de representantes autorizados, devendo realizar substituições e reparos de toda e qualquer peça que apresente anomalia, vício ou defeito de fabricação, bem como, falhas ou imperfeições constatadas em suas características de operação, sem qualquer ônus para a administração.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

BONI
000218

EDITAL DE PREGÃO Nº 043/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

RAZÃO SOCIAL:_____

CNPJ Nº _____

ENDEREÇO_____FONE:_____

MUNICIPIO:_____EST._____

Declaramos conforme solicitado no edital em epígrafe que a empresa responsável pela assistência técnica do objeto abaixo, caso venhamos a vencer a referida licitação é:

Nome:
CNPJº
Endereço: Telefone:
Cidade: Estado:

ITEM	QUANT.	UNID.	OBJETO	MARCA/ MODELO

Distancia rodoviária da sede do Município de Planalto: _____km.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente

Local e data_____/_____/_____

_____
NOME:
RG/CPF
CARGO

006219

EDITAL DE PREGÃO Nº 043/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.

ANEXO VI

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o MUNICÍPIO DE PLANALTO, com sede à Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.460.526/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor LUIZ CARLOS BONI, inscrito no CPF sob o nº 747.491.029-20 e abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede na cidade de....., neste ato representado pelo(a) Sr.(a)....., portador do CPF nº ....., doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através do **Pregão Eletrônico nº 043/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O objeto do presente termo é a Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.

Item nº	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

PARÁGRAFO SEGUNDO - A execução deverá ser em estrita obediência ao presente Contrato, assim como ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 043/2026**, observadas as especificações disponibilizadas no Anexo I do referido instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do **Pregão Eletrônico nº 043/2026**, aplicando-se, ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preço ajustado ao qual o CONTRATANTE se obriga a adimplir e

o CONTRATADO concorda em receber é de R$.....(....).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

1) Para mais, na hipótese de sobreviver fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado alea econômica (probabilidade de perda concomitante a probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

2) Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar superior ao valor de mercado.

PARÁGRAFO QUARTO - Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar no setor de Contratos, a documentação que comprove o pedido de reequilíbrio.

PARÁGRAFO QUINTO - A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo o MUNICIPIO a análise e deliberação a respeito do pedido.

PARÁGRAFO SEXTO - A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a CONTRATADA não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pelo Município e a Contratada continuará obrigado a cumprir com os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

PARÁGRAFO OITAVO - Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedores(es).

PARÁGRAFO NONO - O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação confortável, através da troca de fornecedores por parte da empresa, será considerado justificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagira a ordens de fornecimento já emitidas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através de juntada de planilha de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O reajuste de preço será admitido caso a vigência do contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O reajustamento dos preços praticados no contrato utilizará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, acompanha das CND's FGTS, TRABALHISTA e FEDERAL e após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrônico para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O respectivo pagamento somente será efetuado após efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação, em especial ao Art. 92º, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/21.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, em 01(uma) via, devidamente regularizada nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO QUARTO – Nenhum pagamento pelo CONTRATANTE isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, independentemente de sua natureza, nem implicará na aprovação definitiva do recebimento da mercadoria.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso seja apurada alguma irregularidade na fatura apresentada ao CONTRATANTE, o pagamento será sustado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA, para o saneamento da irregularidade.

PARÁGRAFO SEXTO – As faturas deverão ser entregues e protocoladas na sede do CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso na data prevista para pagamento não haja expediente no MUNICÍPIO, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente a esta.

PARÁGRAFO OITAVO – Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, são oriundos da Resolução da SESA/PR nº 1514/2025. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
02396	09.126.10.301.1001.2027	4.4.90.52.00.00.01933

PARÁGRAFO NONO - A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões comprovando a sua situação regular perante à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. A CONTRATADA deverá ainda, manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação especificadas no edital (Fazendas: Federal, Estadual e Municipal e Justiça do Trabalho).

PARÁGRAFO DÉCIMO - Durante a vigência do contrato, os valores registrados não serão reajustados.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Licitação do Município de Planalto.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto nos Art. 134 e 135, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA, DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá entregar os objetos em até 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da solicitação formal de entrega emitido pela Secretaria Municipal de Saúde. A entrega deverá ser realizada na Rua Júlio Skrzypczak, nº742, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, CEP: 85750-000, município de Planalto-PR, de segunda à

sexta-feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h;

PARÁGRAFO SEGUNDO - O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:
a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
b) Discriminação do objeto a ser entregue;
c) Local onde será entregue o objeto;
d) Prazo para entrega dos objetos;
e) Quantidade e demais informações pertinentes, quando for o caso;
f) Assinatura da Secretária Municipal solicitante;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os objetos serão recebidos, imediatamente depois de efetuada a entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Contrato;

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA deverá fazer a entrega dos objetos licitado junto à Secretaria Municipal de Saúde no Município de Planalto – PR, sem custos adicionais ao município;

PARÁGRAFO QUINTO - Não será aceito nenhum objeto que esteja em desacordo com o solicitado pelo departamento responsável neste Contrato;

PARÁGRAFO SEXTO - Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

PARÁGRAFO SÉTIMO – O presente Contrato terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA E CONDIÇÕES:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - **Os itens 01, 02, 03, 04, 05 e 11, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 12 (doze) meses, com assistência técnica especializada;**

PARÁGRAFO SEGUNDO - **Os itens 06, 07, 08, 09 e 10, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 06 (seis) meses, com assistência técnica especializada;**

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os objetos deverão ser entregues por meio de transporte da(s) CONTRATADA(s) e através de seus próprios funcionários ou por intermédio da(s) contratada(s), ficando sob inteira responsabilidade desta(s) o ressarcimento de eventuais danos provenientes de acidente(s) porventura sofridos por seus colaboradores ou por interpostas pessoas;

PARÁGRAFO QUARTO - Os objetos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso;

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA deverá fornecer todos os manuais e catálogos dos objetos, editados em língua portuguesa;

006224

PARÁGRAFO SEXTO - Os objetos contratados deverão conter todas normas e certificações vigentes obrigatórios, exigidos pela legislação federal em vigor;

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA fica obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os objetos e/ou componentes e peças em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento do objeto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas;

PARÁGRAFO OITAVO – Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

PARÁGRAFO QUARTO - Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

PARÁGRAFO QUINTO - Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água

PARÁGRAFO SEXTO – Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

PARÁGRAFO OITAVO - Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.

PARÁGRAFO NONO - Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e

006225

regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A contratada deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos.
a) Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função "duplex" (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
b) Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constitui direito do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições ajustadas e da CONTRATADA perceber o valor pactuado na forma e prazo estabelecidos.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações do CONTRATANTE:
a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Contrato;
b) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

006226

c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
d) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, após o ATESTO da Nota Fiscal/Fatura pelo servidor da Secretaria municipal de Administração;
e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa CONTRATADA atinentes ao objeto do Contrato;
f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Constituem obrigações da CONTRATADA:
a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
b) Efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e validade;
c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
e) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
h) **Os itens 01, 02, 03, 04, 05 e 11, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 12 (doze) meses, com assistência técnica especializada;**
i) **Os itens 06, 07, 08, 09 e 10, deveram possuir garantia do fabricante de no mínimo 06 (seis) meses, com assistência técnica especializada;**
j) Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Edital, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
k) Apresentar documentos que comprovem a procedência dos objetos fornecidos, sempre que solicitado;
l) Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;
m)Cumprir, as suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;
n) Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos objetos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega dos objetos até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete.
o) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

DONI
000227

p) Responsabilizar-se civil e criminalmente, por todo e qualquer dano que cause ao Município, a preposto seu ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução do serviço, objeto deste Contrato, não cabendo à Administração, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes;
q) A CONTRATADA deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

CLÁUSULA NONA – DAS PENAS PELA INADIMPLÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) Der causa a inexecução parcial do contrato;
b) Der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa a inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que na o se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV - Multa:
1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas clausulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" ate "h" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

000228

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Clausula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Clausula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clausula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Clausula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SÉTIMO - Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE a CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO - Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.
PARÁGRAFO NONO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e para grafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstancias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a pra tica dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusa o patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica previa (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).
PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA

S ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme Art. 125 da lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficara prorrogada até a conclusa o do objeto, caso em que devera o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a não conclusão do contrato referida no Parágrafo anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

a) Ficara ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) Poderá o CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotara as medidas admitidas em Lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO - Para a extinção contratual, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO SEXTO - Se houver alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa sem restringir sua capacidade de concluir o contrato, deverá ser realizado termo aditivo para formalizar a alteração.

PARÁGRAFO SEXTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021), sendo que o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº. 14.133, de 2021

PARÁGRAFO SÉTIMO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – Código de

Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro, no Código Comercial Brasileiro e em outros referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

PARÁGRAFO ÚNICO - Incumbira ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

a) O(s) contrato(s) serão acompanhados, controlados, fiscalizados e avaliados pela servidora desta municipalidade, Jussania Aparecida Rossato Salvi, que assumirá a função de fiscal dos contratos, nos termos do Decreto 11.246/2022 e da Lei n°14.133/21.

b) A gestão do Contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski, designada conforme Portaria n°302/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

PARÁGRAFO QUARTO - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

PARÁGRAFO QUINTO - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei n°14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) Em ocorrendo a rescisão do presente contrato, em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com o CONTRATANTE, bem como sofrerá as penalidades previstas no Artigo n° 156 da Lei 14.133/2021.

b) A CONTRATADA assume exclusiva e integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil, penal ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

c) O presente Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.**

d) A via deste instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

e) Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUCESSÃO E DO FORO

PARÁGRAFO ÚNICO - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02(duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Capanema, estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro.

Planalto - PR, ... de ..... de 2026.

PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

.....

.....

DIÁRIO OFICIAL
COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Pérola D'Oeste

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de licitações, designada pela Portaria nº 38/2026, expedida pelo Prefeito Municipal, pelo presente Edital de Convocação, **TORNA PÚBLICO** para ciência dos interessados, que o Município dará prosseguimento ao Processo Licitatório nº 45/2026 - Concorrência nº 09/2026, cujo objeto é Construção de MONUMENTO - SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS contendo: Pavimento Térreo: Instalação Sanitária Masculino; Feminino; Pessoa com deficiência (masculino e feminino); Escada. 1º Pavimento: Patamar, Circulação, Monumento do Sagrado Coração de Jesus, **estará realizando sessão pública de abertura dos envelopes de Proposta de Preço no dia 09/10/2026 as 08:30 horas** no setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sito à Rua Presidente Costa e Silva n º 290. Dúvidas e esclarecimentos poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@peroladoeste.pr.gov.br ou pelo telefone (46) 3556-1223.

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 05 de outubro de 2026.

Andressa Maiara Lang
Agente de Contratação

Protocolo 134179/2026

Piraí do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 049/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026

O MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, visando a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de medicina e segurança do trabalho e saúde ocupacional, abrangendo a elaboração, atualização e acompanhamento dos programas, laudos e documentos técnicos, bem como a realização dos exames médicos ocupacionais e emissão dos respectivos ASOs**. Valor Máximo Total: **105.415,50 (cento e cinco mil reais, quatrocentos e quinze mil e cinquenta centavos)**. Local: www.bll.org.br "Acesso Identificado". Recebimento das Propostas: A partir das 08h00min do dia 07/10/2026 até às 08h00min do dia 23/10/2026. Abertura e Julgamento das Propostas: Das 08h01min até às 08h59min do dia 23/10/2026. **Início da Sessão de Disputa de Preços: 09h00min do dia 23/10/2026**. OBS: Referência de Tempo: Horário de Brasília (DF). Informações Complementares: O edital poderá ser obtido através do sítio (Portal Transparência) e demais informações poderão ser solicitadas pelo telefone (42) 3179-0100 tramais 117, 119 e 143).

Piraí do Sul, 1 de outubro de 2026.
HENRIQUE DE OLIVEIRA CARNEIRO
Prefeito Municipal

Protocolo 133035/2026

Planalto

MUNICÍPIO DE PLANALTO
AVISO DE LICITAÇÃO
"PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 043/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 043/2026, conforme descrito abaixo:
OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.
VALOR: R$ 31.822,17(Trinta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e dezessete centavos).
ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: Dia 20 de outubro de 2026, a partir das 09h00min.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br ou através do site www.compras.gov.br.
SISTEMA ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Protocolo 134081/2026

Pontal do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2026

PROCESSO LICITATÓRIO nº 463/2026 - Objeto: **Aquisição de 01 (um) veículo automotor, tipo Sedan, novo, zero quilômetro**, destinado à **Superintendência de Comunicação do Município de Pontal do Paraná**, com recursos provenientes do **Convênio nº 697/2026 - SECID**, celebrado entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado das Cidades - SECID, e o Município de Pontal do Paraná. DATA DE ABERTURA: **20/10/2026**, às 09:00 horas. A sessão será realizada na internet no endereço eletrônico http://comprasbr.com.br . Critério de Julgamento: MENOR PREÇO. O edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.pontaldoparana.pr.gov.br, link portal da transparência/licitações e portal http://comprasbr.com.br .

Pontal do Paraná, 05 de outubro de 2026.

Aurea Munhoz
Pregoeira Municipal
Decreto 13.485/2026

Protocolo 134002/2026

Quedas do Iguaçu

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026/PMQI
EXCLUSIVA PARA MEI/ME/EPP

OBJETO AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS MOBILIÁRIOS E UTENSÍLIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO IDOSO COM RECURSOS ATRAVÉS DO PROGRAMA CUIDA NAIS PARANÁ - DELIBERAÇÃO 033/2024 (CEDIPI/PR) EM APOIO AO MUNICÍPIO DE IGUAÇU/PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
1.2. Início do recebimento das propostas: às 08:00 horas do dia 07 de outubro de 2026.
1.3. Fim do recebimento das propostas: até às 08:59 horas do dia 20 de outubro de 2026.
1.4. Abertura e verificação das propostas: às 09:00 horas do dia 20 de outubro de 2026.
1.5. Início da sessão de disputa de lances: às 09:00 horas do dia 20 de outubro de 2026.
- LOCAL: Sistema da Bolsa Nacional de Licitações - BNC (www.bnc.org.br).
AUTORIZAÇÃO: RAFAEL CIRYLLO CHIAPETTI ALVES DE MOURA - Prefeito Municipal.
INFORMAÇÕES E OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O caderno de instruções para esta licitação está disponível aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (www.gov.br/pncp/), no Sistema de Licitações da Bolsa Nacional de Compras - BNC (www.bnc.org.br), no Portal do Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná (www.quedasdoiguacu.pr.gov.br).

Quedas do Iguaçu, 05 de outubro de 2026.
RAFAEL CIRYLLO CHIAPETTI ALVES DE MOURA
Prefeito de Quedas do Iguaçu/Pr.

Protocolo 134222/2026

Renascença

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2026

Em análise ao processo de Inexigibilidade nº 024/2026, de 02 de outubro de 2026, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições a Sra. Fabieli Manfredi, Prefeita Municipal de Renascença - Pr, HOMOLOGA o procedimento com amparo no artigo 74, inciso II da Lei 14133/21.
PERÍODO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado, nas hipóteses da Lei nº 14.133 de 2021.
VALOR DO CONTRATO: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
OBJETO: Contratação por meio de INEXIGIBILIDADE da Banda Corpo e Alma, representada pela empresa MUSICAL CORPO E ALMA LTDA, inscrita no CNPJ: 03.355.893/0001-86, para realizar Show Artístico Musical, entre a noite do dia 31 de dezembro de 2026 para madrugada do dia 1º de

SELO DE AUTENTICIDADE
COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

LICITAÇÃO

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

MUNICÍPIO DE PLANALTO

AVISO DE LICITAÇÃO

"PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 043/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 043/2026, conforme descrito abaixo:

OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.

VALOR: R$ 31.822,17(Trinta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e dezessete centavos).

ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: Dia 20 de outubro de 2026, a partir das 09h00min.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br ou através do site www.compras.gov.br.

SISTEMA ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

LUIZ CARLOS BONI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:948C9218

Publicada em	06/10/2026
Diário	Diário Oficial dos Municipios do Paraná
Edição	3631
Código identificador	948C9218

A autenticidade desta matéria pode ser conferida informando o código identificador em
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

MUNICÍPIO DE PLANALTO
AVISO DE LICITAÇÃO
"PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 044/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 044/2026, conforme descrito abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e os benefícios, encargos e demais obrigações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº PR000063/2026.

VALOR: R$ 597.094,02(Quinhentos e noventa e sete mil, noventa e quatro reais e dois centavos).

ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: Dia 22 de outubro de 2026, a partir das 09h00min.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br ou através do site www.compras.gov.br.

SISTEMA ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PLANALTO
AVISO DE LICITAÇÃO
"PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 043/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 043/2026, conforme descrito abaixo:

OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares e para uso da Secretaria Municipal de Saúde do município de Planalto-PR, conforme estabelecido na Resolução 1514/2025 da SESA/PR.

VALOR: R$ 31.822,17(Trinta e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e dezessete centavos).

ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: Dia 20 de outubro de 2026, a partir das 09h00min.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br ou através do site www.compras.gov.br.

SISTEMA ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

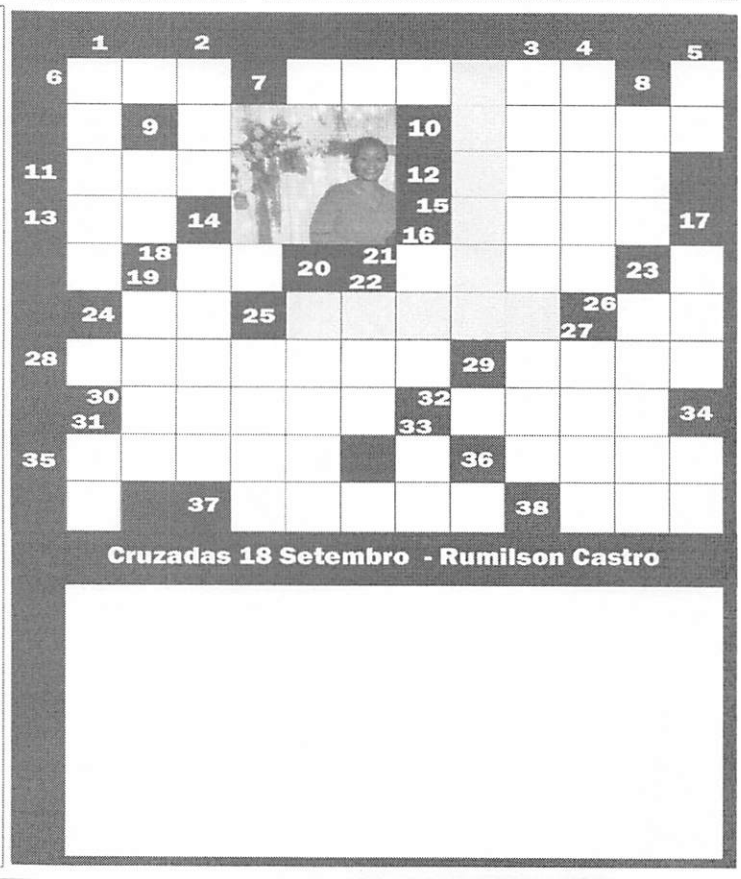
EXTRATO DE CONTRATO Nº253/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 033/2026

DATA DA ASSINATURA: 01 de outubro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: MAGNUS DESSOTTI
OBJETO: Fornecimento e instalação de forros, divisórias e portas internas, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Saúde e Educação do Município de Planalto/PR.
VALOR TOTAL: R$203.082,00 (duzentos e três mil e oitenta e dois reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

1- Rainha da Pérsia e a primeira esposa do rei Assuero. **2-** Filho de Abinadabe, morto ao tocar na Arca da Aliança. **3-** "Os ímpios andam por toda parte, enquanto os mais vis dos filhos dos homens são (?)". **4-** Ancestral de uma das famílias de porteiros do templo que retornaram do exílio na Babilônia com Zorobabel. **5-** Filho de Harã e sobrinho de Abraão. **6-** Do templo que se rasgou em dois de alto a baixo. **7-** Profeta hebreu condutor dos israelitas para fora da escravidão no Êxodo do Egito. **8-** "Dai, e ser-vos-á dado; boa medida, recalcada, sacudida e transbordando vos (?); porque com a mesma medida com que medirdes também vos medirão de novo". **9-** "Eu e o Pai somos (?)". **10-** Segundo livro do Velho Testamento. **11-** " E dizia a todos: Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, e tome cada dia a (?) Cruz e siga-me. **12-** Cidade situada em Judá, localizada em uma colina, mencionada junto à cidade de Quiriate-Jearim. **13-** Consoantes de Tomé, apóstolo também chamado de Dídimo. **14-** "Era Moisés da idade de cento e vinte anos quando morreu; os seus olhos nunca se escureceram, nem perdeu o seu (?)". **15-** Filho mais velho de Sem, filho de Noé. **16-** Mãe do profeta Samuel. **17-** Sumo sacerdote e o penúltimo juiz de Israel que liderou o povo por 40 anos. **18-** "Eu falo do que (?) junto de meu Pai, e vós fazeis o que também vistes junto de vosso pai". **19-** "(?)-se a erva, e cai a sua flor, mas a palavra de nosso Deus permanece eternamente". **20-** Pai de Moisés, Arão e Miriã. **21-** "Filhinhos, é já a última hora; e, como ouvistes que vem o anti-cristo, também agora muitos se têm feito (?)-cristos: por onde conhecemos que é já a última hora". **22-** "E disse-lhes: (?) por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura". **23-** Cidade do rei Hadade, filho de Bedade, que governou a região de Edom. **24-** "Assim também a fé, se não tiver as obras, é morta em (?) mesma". **25-** "E o governador lhes disse que não comessem das coisas santíssimas, até que houvesse sacerdote com (?) e com Tumim". **26-** Sílaba de Alfândega, na qual estava assentado Mateus, quando convidado por Jesus para segui-lo. **27-** "Depois, nós, os que ficarmos vivos, seremos arrebatados juntamente com eles nas nuvens, a encontrar o Senhor (?), e assim estaremos sempre com o Senhor". **28-** "(?) Epístola do apóstolo Pedro, o ...ssimo livro do Novo Testamento. **29-** Filho mais novo de Jessé, pastor de ovelhas em Belém. **30-** "Assim, pois, isto não depende do que quer, nem do que (?), mas de Deus, que se compadece'. **31-** "Ninguém tomará em penhor as duas mós, nem mesmo a (?) de cima, pois se penhoraria assim a vida". **32-** "(?) e Homã", filhos de Lotã. **33-** Antigo Testamento. **34-** "Porque onde estiverem dois ou três reunidos (?) meu nome, aí estou eu no meio deles". **35-** Irmã de Marta e de Lázaro. **36-** Terceiro filho de Adão e Eva, nascido após a morte de Abel. **37-** "Os que confiam no Senhor serão como o (?) Sião, que não se abala, mas permanece para sempre." **38-** Irmão de Cam Jafé, filhos de Noé.

Personagem Oculto: Organista, pedagoga musical, "símbolo-mor" no cenário do órgão de tubos e da música sacra na região de Curitiba.



Solução

1-Vasti; 2-Uzá; 3-Exaltados; 4-Sobai; 5-Lói; 6-Véu; 7-Moisés; 8-Dão; 9-Um; 10-Êxodo; 11-Sua; 12-Rabe; 13-TM; 14-Vigor; 15-Elão; 16-Ana; 17-Eli; 18-Vi; 19-Seca; 20-Arrão; 21-Ano; 22-Ide; 23-Avite; 24-Si; 25-Umi; 26-Al; 27-Ares; 28-Segunda; 29-Davi; 30-Corre; 31-Mó; 32-Hon; 33-AT; 34-EM; 35-Maria; 36-Sete; 37-Monte; 38-Sem. Personagem: Aninã Sereno.

Expediente: 46 98832 1833 / 46 99938-3838
Site: www.folhadecapanema.com.br
otrombetajornal@gmail.com

C C Martine Folha de Capanema Me.
CNPJ 26.450.654/0001-00
Redação:
Av. Independencia, 884 Sala 1
Bairro Centro
Capanema–PR CEP 85760-080

Diretor Geral:
Carlos Cezar Martine
MTB 10212/PR
46 99938-3838

Correspondente Ctba:
Costa Kotzias
Diretora Financeira
Tabta Marina Martine
(46) 98832-1833

Diretor Administrativo:
Thaylan Rodrigo Martine

Projeto Gráfico e Arte:
Jeferson Fabiano Kuhn.
artedafolha@gmail.com

Vendas
Neizieli Nunes

Matérias assinadas contidas nesta edição não exprimem necessariamente a opinião deste jornal, e sim de seus idealizadores. Contém materias revisadas com IA.

Tiragem 2.000
Jornal bissemanal.

Filiado
ADJORI/PR
ACEC
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA

006238